

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LAÍZE DA SILVA CRUZ

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ICSEZ NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

PARINTINS – AM

2023

LAÍZE DA SILVA CRUZ

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ICSEZ NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado para apresentação ao Colegiado de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção de grau em Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Valmiene Florindo Farias Sousa

PARINTINS – AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cruz, Laíze da Silva
C957a A atuação profissional de assistentes sociais do ICSEZ na política de assistência estudantil / Laíze da Silva Cruz . 2023
129 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Valmiene Florindo Farias de Sousa
TCC de Graduação (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Atuação profissional. 2. Política de Educação. 3. Política de Assistência Estudantil. 4. Pnaes. I. Sousa, Valmiene Florindo Farias de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

À minha mãe, Rosinelia Tavares,

Às minhas avós, Antônia Evangelista e Luna Anselmo,

Às minhas tias, Ana Anselmo e Fortunata Oliveira

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

O Serviço Social surgiu na minha vida como esperança de cursar o tão sonhado ensino superior. E ao passo que me fez evoluir intelectualmente, me fez sentir cada vez mais vontade de lutar e enfrentar o presente, de resistir e poder sonhar, de alimentar as esperanças para tempos mais humanos, mais justos e solidários, como diz nossa querida lamamoto.

Agradeço primeiramente ao meu Pai Oxalá por me conceder a vida e a força para viver. Agradeço aos meus guias pela proteção e luz em toda a minha caminhada.

À minha mãe Rosinelia Tavares (*in memoriam*) e ao meu irmão Rodrigo Tavares, por compartilharmos os genes, por serem minha família sem perto vivermos e me ensinarem a ser forte. A vocês o meu eterno amor e gratidão.

Às minhas mães Maria de Fátima e minha mãe Fabiany Cruz, por me criarem e dentro de todas as possibilidades me proporcionarem uma vida melhor. Por terem me dado amor, o maior alimento que nutriu quem sou hoje. Por me ensinarem a superar as barreiras da vida e me mostrar que sempre podemos seguir em frente. Jamais poderei retribuir todo o esforço que empreenderam para que hoje eu estivesse aqui.

As minhas irmãs, Auxiliadora Evangelista, por acreditar no potencial; Fabieny Cruz por ter junto as minhas mães me criado durante sua juventude; Fabíola Cruz, Auciléia, Sâmia Aline por compartilharmos essa jornada. Aos meus irmãos Leon Anselmo Cruz e Edgar Silva Cruz, por serem os melhores comigo, vocês “*dão nome*”. As minhas sobrinhas, Luane Aline, Luíza Cruz, pelo companheirismo e pelos bons momentos.

Ao meu companheiro Gabriel Alfaia por compartilhar a vida comigo e pela nossa Família, por segurar a minha mão todas as vezes em que eu precisei e preciso, por me dá seu ombro pra chorar e enxugar minhas lágrimas, pelo cuidado e zelo diário, pelo seu amor incomparável, mas principalmente por ser meu porto seguro durante todo o processo de construção desse trabalho. As minhas filhas de coração, Lilith e Amora, pelos lambeijos, pelo amor e companheirismo de todos os dias. Ao nosso bebê que está chegando. Eu amo vocês.

À minha mãe de santo Edna Bentes por todo cuidado e zelo para que eu não desistisse da minha missão, por cada vela acedida ao meu anjo de guarda, por cada

oração e pelos abraços de consolo em meus desesperos. Aos meus irmãos de santo pelo acolhimento em nossa casa, o “Terreiro de São Cosme e Damião”.

Às amigas de toda vida de Roberta Cidade, Mariana Cidade e Rhuanna Ferreira. Às amigas que fiz durante o percurso de graduação, o meu trio querido Bruna Leonarda e Glenda Nogueira, as queridas Victoria Leal, Evellyn dos Anjos, Zenira Mendes, Sara Evellyn, Dayana Picanço e Rafael Alexandre, vocês são os melhores, obrigada por cada momento.

Agradeço também ao meu psiquiatra Alessandro Gonzaga, por todo suporte durante o meu tratamento em saúde mental, pela dedicação e zelo para que eu pudesse me sentir capaz de enfrentar as minhas dores. A minha eterna psicóloga Simei Lessa, pelo tempo em que esteve comigo me mostrando que eu podia e tinha forças para sair da escuridão e também por me apresentar “Pink Floyd”.

Ao meu pai de afeto e de lutas, Gustavo Passaneli, por não me deixar sozinha, por me instigar a ser forte, ser quem sou e lutar pelo que acredito, por me acolher como família e me fazer sentir parte da sua. As minhas companheiras de luta, Marinez França, Dalvina Rolim, Lane Vasconcelos e Mari Portilho, sem vocês a nossa união não seria a mesma, obrigada por compartilhar essa jornada com vocês.

Aos professores que passaram pela minha vida acadêmica, do qual eu exalto Jadson Justi, pela paternidade que me deu durante o início de graduação e pelos ensinamentos acadêmicos e da vida; as professoras: Sandra Damasceno, Sandra Helena, Audirene Cordeiro e Dayana Rolim, pela empatia que tiveram comigo durante a graduação; aos professores: Aldair Andrade, Adelson Fernando, Gladson Rosas e Patrício Ribeiro e Antônio Guerra, por todo ensinamento a mim repassado.

À minha supervisora de estágio supervisionado, Elizabeth Gomes, por ter me acompanhado e contribuído com essa pesquisa e a supervisora Maura Pantoja pelo suporte e contribuição a minha formação.

À minha orientadora, prof.^a Dr^a. Valmiene Farias, por caminhar essa jornada ao meu lado. Por todo suporte e apoio durante a construção desse trabalho, pela sagacidade em lidar com as limitações que afligiram nosso caminho durante esse percurso. Obrigada também por estarmos no mesmo lado da trincheira de luta.

Agradeço também ao meu presidente Lula, sem seu compromisso político não teríamos conseguido abrir espaço para que os mais pobres entrassem e concluíssem o ensino superior, apesar dos dilemas, essa é a nossa grande vitória. “Na hora do vamos ver, quem defende você é o PT”.

No mundo onde as desigualdades, intolerâncias e preconceitos fecham importantes espaços para reflexões críticas, o Serviço Social, se consolida como um instrumento categórico de oposição ferrenha ao autoritarismo antidemocrático, se tornando um grande aparato de luta e resistência da classe trabalhadora.

(Laíze Cruz)

RESUMO

O trabalho em questão aborda uma discussão sobre a atuação profissional de assistentes sociais na Política de Assistência Estudantil, considerando como particularidade de análise o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. Objetiva-se com esse estudo “analisar a atuação profissional de assistentes sociais do ICSEZ a partir da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil”. Para alcançar o objetivo geral dessa pesquisa, foram definidos três objetivos específicos: 1) identificar as demandas de trabalho das assistentes sociais do ICSEZ frente a implementação da Política de Assistência Estudantil; 2) analisar como se deu a implementação do PNAES no ICSEZ a partir dos editais de auxílio de assistência estudantil, bem como a percepção de discentes sobre cada modalidade; 3) apontar os desafios do assistente social na execução do PNAES no ICSEZ a partir das suas demandas de trabalho. Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se como metodologia, a pesquisa documental e de campo com a abordagem qualitativa. Para a pesquisa documental considerou-se editais de auxílios estudantis dispostos no acervo do ICSEZ, para a pesquisa de campo utilizou-se de entrevistas estruturadas com assistente social do ICSEZ e discentes beneficiários. Como resultado da investigação, foi possível perceber que muitos dos desafios impostos ao cotidiano profissional de assistentes sociais na política de educação do ICSEZ decorrem de fatores endógenos e exógenos gestados nas relações capitalistas. Não obstante, pode-se evidenciar também o comprometimento profissional da assistente social em responder às demandas existentes no setor de serviço social da instituição, buscando não somente executar uma atividade, mas responder ao próprio projeto profissional. Embora os desafios cotidianos limitem a atuação profissional, percebe-se um grande movimento da categoria, de forma geral, em buscar novas formas de agir e garantir qualidade ao exercício profissional. Nessa perspectiva, a atuação profissional da assistente do ICSEZ na política de assistência estudantil tem se mostrado muito eficaz, através não somente da organização nos processos de implementação dos auxílios, mas também na busca intransigente de que seu trabalho não se limite somente a essa questão, buscando alcançar novas competências e por que não que todo o processo referente do PNAES seja trabalhado considerando as especificidades da instituição.

Palavras-chave: Atuação profissional; Política de Educação; Política de Assistência Estudantil; PNAES.

ABSTRACT

The work in question addresses a discussion about the professional performance of social workers in the Student Assistance Policy, considering as a particularity of analysis the Institute of Social Sciences, Education and Animal Science. The objective of this study is to "analyze the professional performance of social workers of ICSEZ from the implementation of the National Program of Student Assistance". To achieve the overall objective of this research, three specific objectives were defined: 1) to identify the work demands of ICSEZ social workers in view of the implementation of the Student Assistance Policy; 2) to analyze how the implementation of the PNAES in the ICSEZ took place from the student assistance notices, as well as the perception of students about each modality; 3) to point out the challenges of the social worker in the execution of the PNAES in the ICSEZ from their work demands. To achieve the proposed objective, documentary and field research was used as methodology with the qualitative approach. For the documentary research, it was considered notices of student aid arranged in the ICSEZ collection, for the field research, structured interviews with social workers of ICSEZ and beneficiary students were used. As a result of the investigation, it was possible to perceive that many of the challenges imposed on the daily professional life of social workers in ICSEZ education policy arise from endogenous and exogenous factors in capitalist relations. Nevertheless, it can also be evidenced the professional commitment of the social worker to respond to the existing demands in the social service sector of the institution, seeking not only to perform an activity, but to respond to the professional project itself. Although daily challenges limit professional performance, a great movement of the category is perceived, in general, in seeking new ways of acting and ensuring quality to professional practice. From this perspective, the professional performance of the ICSEZ assistant in the student assistance policy has proved very effective, through not only the organization in the processes of implementation of the aid, but also in the uncompromising search that her work is not limited only to this issue, seeking to reach new competencies and why not that the entire process referring to the PNAES is worked out considering the specificities of the institution.

Keywords: Professional performance; Education Policy; Student Assistance Policy; PNAES.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Áreas estratégicas de atuação em assistência estudantil

Quadro 2: Ações de assistência estudantil da Ufam período de 2007 a 2015.

Quadro 3: Categorias de análise nos editais de auxílios estudantis

Quadro 4: Informações gerais sobre o perfil acadêmico e profissional

Quadro 5: Indicadores de avaliação socioeconômica (salário mínimo base 2022).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

ADUA – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL AMAZONAS

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

CBAS – CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

CNSS – CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

CONSUNI – CONSELHO UNIVERSITÁRIO

CRESS – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

DAE – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

DAEST – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

DAS – DEPARTAMENTO DE APOIO AO SERVIDOR

DSS – DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

FIES – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

FONAPRACE – FORÚM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

ICSEZ – INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA

IFs – INSTITUTOS FEDERAIS

LBA – LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

LBD – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PBP – PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

PBT – PROGRAMA BOLSA TRABALHO

PNAES – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

PROCOMUN – PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

R.U – RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

RAA – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

REUNI – PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

SISBP – SISTEMA DE GESTÃO DA BOLSA PERMANÊNCIA

SISU – SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA

SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UBES – UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

UFs – UNIVERSIDADES FEDERAIS

UNE – UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	21
1.1 – O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL: REPERCUSSÕES TEÓRICAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	21
1.1.1 - O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO AVANÇADO E AS INFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL	29
1.2 SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE TRABALHO: ÊNFASE NA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS UNIVERSIDADES (PNAES)	32
CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS OFERTADOS NO ICSEZ	44
2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	44
2.2 PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ICSEZ	49
2.3 O DECRETO Nº. 7.234/2010 E O SURGIMENTO DOS EDITAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	52
2.3.1 Categorias de análise documental	59
2.3.1.1 Acesso aos programas: inscrição e condições.....	60
2.3.1.2 Acesso aos programas: análise acadêmica e socioeconômica.....	61
2.3.1.3 Acesso aos programas: ausência de técnicos	62
2.3.2 Auxílio acadêmico	64
2.3.3 Auxílio Creche	67
2.3.4 Auxílio Residência Universitária – RUNI	70
2.3.5 Programa Bolsa Permanência.....	73
CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO ICSEZ	78
3.1 A EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR COMO ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL	78
3.2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO	84
3.2.1 Perfil Profissional.....	88
3.2.2 Implementação do PNAES no ICSEZ	91
3.3 CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PNAES DO ICSEZ	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

Em decorrência do desenvolvimento capitalista pós-Revolução Industrial, o mundo do trabalho vivencia transformações, das quais inclusive perduram até hoje. Uma das principais mudanças se configura como o surgimento de novas profissões e conseqüentemente de novos postos de trabalho.

A instauração de novas formas nas relações sociais e de trabalho refletem principalmente nas condições de vida dos trabalhadores, afinal, as transformações advindas com o desenvolvimento das forças produtivas atingem diretamente àqueles que vendem a força de trabalho.

Nesse cenário, as expressões da questão social se agudizam e refletem diretamente na forma como a sociedade se organiza. Ao que concerne aos espaços institucionais, as desigualdades eclodem e se tornam fortemente marcados pela iniquidade.

Desse modo, com a nova configuração no mundo do trabalho aumentam as demandas por qualificação profissional, logo, as instituições de ensino passam a ser mais procuradas. Sob essa perspectiva, as desigualdades se mostram como um grande desafio a ser superado a quem desejava se qualificar.

Como reflexo da hegemonia do capital, logo surgem várias instituições privadas de ensino. No entanto, as condições em que surgem acaba por dificultar o acesso das classes mais empobrecidas ao ensino superior, culminando, em sua exclusão.

Esse cenário muda quando surgem governos mais progressistas passam a assumir o comando. Longe de ser uma benevolência, a expansão do ensino superior público visou mais responder a necessária qualificação da mão-de-obra do que garantir um direito legal aos trabalhadores.

No viés da expansão das universidades públicas, podemos ressaltar o REUNI como um dos programas que mais possibilitou o acesso de estudantes das camadas populares às universidades, conforme direcionam Soares (2011) e Nascimento e Arcoverde (2012).

Todavia, podemos acrescentar que devido ao mau planejamento na forma como ocorreriam as expansões das universidades, o fato de existir possibilidade de ingresso nas universidades gerou grandes impactos sociais no ambiente educacional superior.

Desse modo, podemos destacar a criação de políticas de assistência aos estudantes, as quais buscavam minimizar os efeitos das desigualdades sociais e econômicas dentro das universidades, objetivando também garantir a permanência e conclusão do curso de graduação.

Embora inicialmente as ações socioassistenciais aos estudantes tenham tido caráter assistencialista, pontual e focalista, logo, os movimentos sociais buscaram a efetivação da mesma como um direito social equivalente à assistência social.

Nessa perspectiva, dada a compreensão de que nos espaços educacionais, as expressões da questão social agudizam-se, aponta-se a requisição do trabalho de assistente social na perspectiva de mediar os conflitos e responder às demandas presentes. Posteriormente a atuação volta-se também a operacionalização da política de assistência estudantil nas universidades.

Diante desse panorama, considerando a atuação profissional de assistentes sociais permeada de desafios e dilemas cotidianos, pretendemos aqui analisar como se configura a atuação profissional de assistentes sociais na Política de Assistência Estudantil no ICSEZ.

Considerando ainda a experiência enquanto beneficiária da política nos últimos anos de graduação quanto o período de Estágio Supervisionado Obrigatório-curricular realizado na Divisão de Serviço Social do ICSEZ, do qual pude vivenciar e perceber muitos desafios que acompanham não só a implementação da política, mas o próprio modo como se configura a atuação profissional de assistente social a partir dessas limitações, sob as quais discutiremos durante os próximos capítulos desse estudo, diante disso, emergiu a necessidade de evidenciar o trabalho de assistente social na política de educação, com foco no PNAES, visando não somente uma ampla discussão sobre o que configura a atuação, como também corroborar com o debate sobre a temática, que apesar de tímido se mostra muito contributivo para o Serviço Social.

Nessa direção, esse estudo justifica-se pela necessidade de aprofundamento no debate sobre a atuação profissional no âmbito da política de assistência estudantil, considerando principalmente sua inserção em contexto capitalista. Do qual, além de impor desafios cotidianos à profissão, também fomenta a precarização e o sucateamento dos espaços de trabalho, culminando na limitação da atuação profissional.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos o trabalho do/a assistente social na Política de Assistência Estudantil, considerando os elementos que inserem o Serviço Social no mundo do trabalho, assim como consideramos os processos de trabalho de assistente social nas universidades, com foco na sua atuação no PNAES.

No segundo capítulo discutimos de forma mais específica a Política de Assistência Estudantil e como esta é implementada no ICSEZ, a partir da análise documental nos editais de assistência estudantil. No último capítulo discutimos a atuação profissional da/o assistente social na política de assistência estudantil, enfatizando a avaliação socioeconômica com instrumento de trabalho que insere os assistentes sociais nos processos de análises dos editais ofertados no ICSEZ e a partir dessa instrumentalidade situamos os desafios e possibilidades que se apresentam ao profissional de Serviço Social.

A presente investigação busca contribuir para a discussão e problematização teórico-crítica sobre a atuação profissional de Assistentes Sociais enquanto trabalhadores assalariados inseridos nas exigências do amplo sistema neoliberal cujas estruturas se contrapõem ao que dispõe as orientações e princípios do Projeto Ético Político Profissional solicita ultrapassagem das ações imediatas e causa grande tensionamento no seu exercício profissional.

O foco na Política de Assistência Estudantil se dá, conforme pontuaremos nos próximos capítulos, devido à timidez nas produções teóricas sob o tema, principalmente dado os processos vivenciados e ainda presentes, nas relações capitalistas, com cortes e agudização da questão social, e conseqüentemente das condições de trabalho da classe trabalho.

Desse modo, para alcançarmos nossos objetivos, seguimos o percurso metodológico que pudesse, conforme aponta Demo (2011) tratar a realidade teórica e prática. Diante disso, ancorando-nos ao que afirma Cervo, Bervian (2002), para alcançarmos o objetivo geral deste estudo foi necessário utilizar diferentes processos metodológicos.

As técnicas e os instrumentos utilizados nessa investigação são considerados como elementos interligados, desde a problemática proposta e o objeto de pesquisa até a delimitação do universo de amostra, situado dentro da perspectiva do real em movimento. Cada procedimento utilizado subsidiou a pesquisa em sua totalidade para

alcançar o resultado mais abrangente e elevado em termos da abstração dos fenômenos trazidos (SANTOS, 2005; JUSTI, 2016).

Para tanto, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema a fim de conhecer profundamente o objeto. Esse levantamento justificou-se por garantir um olhar científico e teórico expressivo sobre a temática a ser investigada já que, de acordo com Minayo, Sanches (1993) e Gil (2008), o conhecimento científico articula teoria e realidade e todo conhecimento reside na fundamentação do ser humano pelo mundo que o rodeia.

Para a análise de construção inicial foram considerados principalmente os estudos de: Lukács (1979; 2010), Yamamoto (1985; 2000; 2006; 2014; 2015; 2017; 2020), Netto (1992; 1998; 2004; 2005;), Antunes (1995), Dias (1999), Netto e Braz (2012); Lessa (2012), Marx (2013), Pereira (2019) para efeito de referencial teórico sobre as categorias a serem utilizadas nesse estudo, como: trabalho enquanto categoria fundante do ser social; processos de trabalho no contexto de capitalismo avançado, reflexos dos processos de trabalho no capitalismo para o serviço social.

Em seguida, para o auxílio nas análises e discussões que concerne aos processos de trabalho do/a assistente social na política de educação com foco no PNAES, foram considerados os trabalhos de: Mota (2009), Oliveira (2016), Souza (2017), Santos (2017), Mukai, Leite e Cavalcante (2018), Santos (2019), Lima e Nascimento (2019), Lara e Araújo (2021) e Araújo (2021).

Desse modo, a partir do conjunto de teorias e realidades identificadas no levantamento bibliográfico foi preciso colocá-las a prova através dos conjuntos de procedimentos metodológicos que possibilitassem responder o objetivo proposto neste estudo (JUSTI, 2016).

Como abordagem de pesquisa também optamos por utilizar a pesquisa documental com dimensão qualitativa associada ao estudo de campo. Considerando os caminhos percorridos para responder a objetivação proposta, foi necessário um aprofundamento maior sobre como se configuram as categorias elementares desse estudo e como se apresentam na cotidianidade. Desse modo, para a identificação de tais aspectos dentro da comunidade do ICSEZ realizou-se um estudo de campo mais particular sobre a questão.

A pesquisa documental é utilizada nesse estudo para auxiliar no processo de investigação sobre as demandas de trabalho da assistente social frente ao PNAES no ICSEZ. Ressalta-se que como se tratam de documentos e conteúdos que não tiveram

quaisquer tratamento analítico (SEVERINO, 2016), os conteúdos dos documentos serão analisados junto aos estudos existentes sobre o tema.

A pesquisa em campo, de acordo com Gil (2008, p. 57), “os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas (...) e estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes.”. Além disso, esse método tem sido frequentemente utilizado nas ciências sociais pois possibilita explorar os fenômenos da vida real dos quais os limites não estão definidos e permite explicar as possíveis causas desses fenômenos, completa Nogueira (1978).

A partir da coleta de dados foi preciso interpretá-los de modo a atribuir significados a eles, desse modo, utilizou-se a abordagem qualitativa, pois acredita-se ser a mais indicada para o estudo visto a coleta de dados ser o seu ambiental natural de análise (PRODANOV, FREITAS, 2013). Além disso, há uma maior preocupação com a realidade pois é possível trabalhar com um universo de significados que não podem quantificados, mas que devem ser interpretados e jamais generalizados (MINAYO, 2010).

Afinal, como buscamos também conhecer e compreender os processos de trabalho que incidem sob a/o assistente social no âmbito da política de assistência estudantil no ICSEZ, a consideração da abordagem qualitativa no processo da pesquisa se tornou consubstancial, dada a sua natureza em permitir analisar diferentes contextos sociais e suas diversas manifestações, de modo que, não se preocupa em somente colher e analisar o dado achado, mas que alcancemos o amadurecimento de forma geral, conforme argumenta Souza (2016).

Desse modo, ao evocarmos as considerações de Gil (2022) sobre a abordagem qualitativa, consideramos também indissociabilidade entre os sujeitos e a realidade concreta dada a sua relação dinâmica.

Como instrumentos definidos para coleta de dados, a partir da contextualização de Prodanov, Freitas (2013), optou-se pela realização de entrevistas estruturadas com a Assistente Social do ICSEZ¹ e com quatro discentes beneficiários dos auxílios estudantis, visando obter relatos sobre a atuação profissional no âmbito da política de

¹ Consideramos nessa pesquisa os relatos apenas da assistente social cujo vínculo profissional é estatutária e seria uma representação da realidade profissional vivenciada na condução das atividades relacionadas à PNAES. Vale mencionar que no ICSEZ atua também uma assistente social contratada pela prefeitura municipal de Parintins, a qual exerce as mesmas atribuições e a mesma carga horária.

assistência estudantil, para pôr fim correlacioná-los com os dados teóricos levantados inicialmente.

A técnica de pesquisa escolhida para esse estudo visou direcionar as questões propostas a articulação com o tema proposto (SEVERINO, 2016), e foi auxiliar no processo de compreensão do fenômeno investigado. Recorremos a essa técnica principalmente por meio dela ser possível flexibilizar e conduzir o processo de investigação (GIL, 2008), de modo que, através da organização e roteirização alcancemos os resultados esperados ao construirmos nossas análises.

Com relação aos instrumentais utilizados na pesquisa documental, foram consideradas: a indicação nos editais da requisição do trabalho de assistentes sociais e as indicações que se relacionassem com a atuação de assistentes sociais na política de assistência estudantil baseadas no documento “Subsídios para atuação do/a assistente social na análise socioeconômica no âmbito da assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior”, de Araújo (2021).

Ao que concerne aos instrumentais de entrevista à assistente social, foram estabelecidas as seguintes categorias: **1)** política de educação; **2)** política de assistência estudantil e **3)** trabalho da/o assistente social no PNAES. Dos instrumentais para entrevista aos discentes, categorizamos a partir dos seguintes elementos: **1)** acesso a orientações sobre o programa; **2)** realização de suporte da DSS para as inscrições dos auxílios e, **3)** a democratização das informações sobre os editais.

Posteriormente, para associar ao estudo de campo realizado pelas entrevistas, analisamos os documentos e os conteúdos técnicos aplicados durante todo o percurso identificado sobre a implementação do PNAES no ICSEZ a fim de complementar as informações levantadas.

O material colhido pela pesquisa documental referiu-se aos editais de auxílios estudantis, dispostos no acervo do ICSEZ, relatórios mensais e documentos que pudessem direcionar a discussão sobre a atuação profissional de assistentes sociais. Ressalta-se que os documentos utilizados são de fontes que ainda não receberam tratamento e análises científica (GIL, 2008) visto se tratar de documentos que veiculam na linha de institucionais públicos.

Acrescenta-se ainda que pouco foram os documentos encontrados, dado o desgaste do material que ocorre devido a conservação e armazenamento, por conta disso, também não foi possível apresentar o panorama geral que poderia ter sido

construído se houvesse documentos que possibilitassem tal análise. Aponta-se também a dificuldade em acessar os documentos em via eletrônica por meio do site do ICSEZ e no próprio site da UFAM.

Partindo dessa questão, buscou-se então utilizar referenciais teóricos produzidos especificamente na área de abrangência desse estudo, com foco as produções que tinham autores ligados à própria instituição, como o caso de Soares (2011), Teles (2015) e Cardoso, Santos e Weil (2016).

Finalmente, por todo o percurso da investigação o método investigativo do materialismo histórico dialético foi utilizado com a finalidade de fortalecer o vínculo da pesquisa em serviço social, pois, por meio deste, é possível a apropriação dos fenômenos reais por meio do que se denomina aproximações e constituição de totalidades provisórias (PRATES, s/d), somado a isso, os instrumentos e as técnicas utilizadas no correr da pesquisa devem permitir o acompanhamento claro do processo de desenvolvimento da investigação, do seu início até os resultados alcançados, com base em um desenvolvimento lógico para o resultado em nível mais profundo e validado teórico e praticamente (PRODANOV, FREITAS, 2013).

CAPÍTULO 1 - O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Neste capítulo apresentamos a discussão sobre o trabalho dos/as assistente social. Inicialmente, apontamos as repercussões teóricas sobre a categoria trabalho que refletem ao Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Em seguida, discutiremos como se manifesta a relação entre capital-trabalho ao Serviço Social, considerando expressões como agudização da questão social, precarização das condições de trabalho e os processos de renovação da profissão.

Por fim, discutiremos como os fatores elencados se expressam no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais quando inseridos na área da educação, com foco na atuação no âmbito da política de assistência estudantil.

1.1 – O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL: REPERCUSSÕES TEÓRICAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

A fim de compreender o Serviço Social enquanto profissão e a atividade desenvolvida pelos profissionais como trabalho, é necessário revisitar brevemente a história da profissão e sua gênese marcada e situada pelo conservadorismo e nas possibilidades de avanços para setores mais progressistas da sociedade enquanto um movimento interno de profissionais que implicará mudanças na forma de entender a profissão como parte da divisão sociotécnica do trabalho.

Afinal, que trabalho é esse? Quais seus fundamentos histórico-teóricos? Quais são suas dimensões técnico-operativas? Qual o seu arsenal ético-político? Portanto, é preciso situar o debate da historicidade da profissão, sua imersão no mundo do trabalho, as tendências culturais e seu movimento que acompanha as transformações sociais, econômicas e políticas inseridas no desenvolvimento da sociabilidade burguesa.

A priori, não há como negar que as mudanças no âmbito do sistema capitalista provocam mudanças cruciais em todas as esferas da sociedade. As estruturas sociais se reconfiguram consoante ocorrem mudanças no mundo do trabalho. No plano destas transformações surgem movimentos de necessidades e demandas, respostas

e intervenções aos resultados das correlações de forças no âmbito do trabalho no capitalismo.

O Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo se insere também no “processo de produção e reprodução das relações sociais” (ABEPSS, 1996). Afinal, o trabalho das/os assistentes sociais no âmbito da questão social desvela o real significado social da profissão face à dinâmica social no capitalismo. A dinâmica que envolve a análise da realidade social possibilita a apreensão “da história a partir das classes sociais e suas lutas, [o que sinaliza] o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

Nessa direção, a institucionalização do Serviço Social enquanto profissão, no Brasil, surge no contexto de acirramento econômico, político e social ocasionado pelo capitalismo na década de 1930. Inicialmente tem-se veementemente a influência dos estudos de Mary Richmond, onde as assistentes sociais são inseridas num contexto de reprodução das relações sociais, o qual suas funções estão vinculadas à ação da igreja católica, num caráter missionário de caridade, marcado pela criação da escola de Serviço Social, em São Paulo (IAMAMOTO, 2014). A criação da escola objetivava formar “*moças da sociedade*” representadas fortemente na burguesia da época que era assiduamente católica.

No Brasil, ainda em sua fase monopólica, o Estado e a Igreja passam a ofertar a formação profissional bem como o espaço para o trabalho, diante disso, pode-se perceber a inclusão da categoria na divisão social e técnica do trabalho, no entanto, passou a atuar como um agente executor de políticas sociais, assinala Pereira (2008).

Segundo aponta Silva (2007), já em meados da década de 40, o Serviço Social passou a ser influenciado pelo referencial teórico funcionalista norte-americano, o qual não se limitou somente às disciplinas e aos currículos como também na própria tentativa de teorização e constituição do *status professional* que não se havia alcançado até então.

Ainda que o surgimento da profissão tenha sido pautado nas bases conservadoras da igreja católica e pela influência europeia, o fenômeno destinatário norte-americano não foi o único movimento que influenciou a constituição da profissão no Brasil. Iamamoto (1995) evidencia que o Serviço Social também sofreu a influência de classes sociais, a autora ainda aponta que para o perfil profissional, as candidatas deveriam ter entre 18 e menos de 40, apresentar referências de pelo menos 03 (três)

peças idôneas e realizar exame médico para comprovar “*boa saúde e ausência de deficiências físicas*” (idem, p. 228).

O Serviço Social se legitima enquanto profissão, num período marcado pela intensificação das expressões da questão social² a partir da emergência de duas classes antagônicas, com a ressignificação do trabalho e dos homens no âmbito do sistema capitalista, assim como, as novas relações entre o Estado e a Sociedade. A nova configuração social passou a demandar imediatas intervenções não apenas econômicas, mas também políticas.

Diante disso, evidenciou-se grande influência positivista na atuação das assistentes sociais, destacando-se o ajustamento dos indivíduos como a intervenção mais praticada, afinal, as mazelas sociais eram vistas como problemas individuais e não causadas pelo próprio modo de produção (ibidem).

Nesse período, marcado pela sociedade industrial, o sistema necessitava ainda mais de mão-de-obra, com isso, as profissionais atuavam numa espécie de reeducação das mulheres e de seus filhos por meio da naturalização do capitalismo, num viés de ação ideológica condicionante das relações sociais, afirma Iamamoto (1995).

Desse modo, a influência de classes à profissão ocasionou a constituição de um modelo de Serviço Social diferente do norte-americano imposto no Brasil. A partir disso, segundo apontam Viana; Carneiro; Gonçalves (2015), emerge no Serviço Social brasileiro uma visão mais crítica sobre a prática profissional que havia se formado, pois, embora no Estado Novo tenham sido incorporadas algumas reivindicações trabalhistas e se tenha reconhecido que a questão social não era causa de polícia, esses eventos foram apropriados pelo estado como forma de controle social e ideológico, complementa Silva (2006).

Inclusive, é nesse período em que se massificam a ideia de que os direitos seriam benesses do Estado, afinal, Getúlio Vargas foi denominado como o ‘pai dos pobres’ por ter incorporado em seu governo algumas pautas da classe trabalhadora. Essa ideia de favor perdura até hoje como uma herança que reforça constantemente uma submissão dos trabalhadores ao estado (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015).

² “processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 77).

Sob o mesmo ponto de vista, lamamoto (1995, p. 244) acrescenta:

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação (IAMAMOTO, 1985, p. 244).

Em contrapartida ao que vinha propondo a sociabilidade capitalista, ainda segundo a autora, houve na profissão uma certa organização, a destacar em 1930, a criação do Conselho Nacional De Serviço Social – CNSS, através do Decreto-Lei n. 1/7/1938, no Estado Novo.

Ressalta-se ainda, um salto quantitativo de profissionais após a expansão da profissão em virtude da criação de instituições de assistência social, como a Legião Brasileira De Assistência - LBA (Decreto-Lei nº 4830 de 15/10/1942), e o Serviço Nacional De Aprendizagem Industrial – SENAI (Decreto-Lei nº 4048 de 22/02/1942), completa a autora.

Convém lembrar que tais instituições foram criadas no bojo da expansão do capitalismo com intuito de promover a adequação social da força de trabalho tal qual necessitava o sistema industrial vigente, para isso, produzia-se uma força de trabalho ajustada socialmente ao desenvolvimento do sistema capitalista, ou seja, reforçando a dominação de classe, conforme afirma Silva (2007).

Similarmente a autora, lamamoto destaca que “além das transformações na retórica do discurso oficial do serviço social, solidifica-se uma adesão ao capitalismo em sua etapa de aprofundamento industrial urbano” (idem, p. 273).

Desse modo, Netto (1999, p. 117) pondera:

até o final da década de sessenta, e entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamental há um claro componente de validação e reforço do que [...] caracterizamos como Serviço Social "tradicional" (NETTO, 1999, p. 117).

Considera-se Serviço Social tradicional para o autor:

à prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 1999, p.117-8).

Outrossim, em 1960, sob o governo populista de Goulart, houve políticas desenvolvimentistas e reformas de base. Num nítido contexto de crise social, política e econômica e com o auge dos movimentos sociais e sindicais abriu-se espaço para o golpe militar de 1964. Foi no rápido governo de Goulart que o Serviço Social participou de formulações de políticas e de planejamentos, desse modo, sendo redefinida sua participação nas equipes interdisciplinares, segundo lamamoto (1995).

Nesse íterim, Netto (1999, p. 164) aponta a organização da categoria firmada nos resultados do

1º Seminário de Teorização do Serviço Social de Araxá (MG), promovido pelo CBCISS entre 19 e 26/março/1967, e se desdobra num segundo evento da mesma série e também patrocinado pelo CBCISS, entre 10 e 17/janeiro/1970 em Teresópolis (RJ), que culminaram nos documentos de Araxá³ e Teresópolis⁴ (NETTO, 1998, p. 164).

Ainda segundo o autor, é a partir desses documentos que o Serviço Social se inscreve numa perspectiva modernizadora e expressa um processo de renovação da profissão no Brasil. Conforme Netto (2005), nesse contexto, ocorre um confronto de vertentes dentro da categoria profissional, entre o serviço social tradicional e a perspectiva modernizadora, do qual se gesta um questionamento sobre a própria legitimidade e os compromissos políticos do exercício profissional.

Sobre a perspectiva modernizadora, Netto (2005, p. 154) pontua:

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2005, p. 154).

Ou seja, nesse momento propôs-se uma ruptura com as práticas tradicionais na profissão, o chamado de Movimento de Reconceituação, o qual marca um divisor de águas na profissão, pois, foi através desse período que foi possível pensar um perfil profissional mais crítico e capaz de intervir nos desafios apresentados a

³ “um texto orgânico expressando sistematicamente o que emergiu de consensual entre seus formuladores” (NETTO, 1998, p. 177).

⁴ “possuem um tríplice significado no processo de renovação do Serviço Social no Brasil: apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora” (NETTO, 1999, p. 192).

cotidianidade profissional. Afinal, buscou-se debater no serviço social as teorias e a prática profissional que eram pautadas na perspectiva norte-americana, destaca Simionatto (2004).

Ainda segundo a autora, também ocorre a aproximação teórica aos escritos originais de Marx, ainda que de forma enviesada e panfletária, essa aproximação teórica possibilita que a ocorrência da ruptura ao conservadorismo, além disso, a contribuição das críticas veementes de Faleiros ao Serviço Social Tradicional, o qual expõe o vínculo histórico da profissão ao capitalismo e aos interesses da burguesia além de apontar as inconsistências teóricas até então seguidas pela profissão, o empirismo, tecnicismo e pragmatismo.

O amadurecimento crítico da profissão é intrínseco ao avanço teórico buscado pela categoria profissional, afinal, a partir da aproximação ao marxismo e seu conseguinte aprofundamento através de Yamamoto e Carvalho, na década de 80, têm-se uma nova caracterização de projeto profissional, envolvendo uma nova imagem da profissão, valores, funções sociais e objetivos, conhecimentos teóricos e metodológicos e etc. (NETTO, 1999).

Cabe destacar ainda, conforme aponta Netto (1992, p. 73):

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionada e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissional) se laiciza [...] (NETTO, 1992, p. 73).

A partir disso, se passa a analisar melhor a atuação profissional no bojo da sociedade capitalista. Com isso, cumpre ressaltar que, conforme Netto (1982), não havia de fato uma organização política e o compromisso com a classe trabalhadora, a intervenção política estava voltada à contribuição da produção e reprodução da lógica do capital.

De maneira idêntica, conforme Silva (2007), esse cenário ficou estático até 1979, quando em São Paulo ocorre o III CBAS – Congresso Brasileiro De Assistentes

Sociais, conhecido como “Congresso Da Virada⁵”. Em virtude desse evento, em 1982, é elaborado um novo currículo acadêmico tendo como núcleo a categoria trabalho, o qual possibilitou uma aproximação com a classe trabalhadora. Todavia, apesar disso, a fragilidade instrumental técnico-operativo ainda permanecia viva no exercício profissional.

Netto (2004) assinala que, em 1980, a organização política da categoria se encontrava intrínseca à posição de consolidação do PT – Partido dos Trabalhadores, afinal, surgia uma nova esquerda no cenário político.

Ainda segundo o autor:

O saldo do período, todavia, é nitidamente positivo: sem esses caminhos e descaminhos, o Serviço Social brasileiro (em todos os domínios, da sua qualificação acadêmica à sua forte organização profissional) não teria se alçado ao nível onde hoje se encontra (NETTO, 2004, p. 22).

Salienta-se ainda que esse período foi de grandes transformações no Brasil, o fim da ditadura militar e a transição para um sistema democrático culminou em diversas mobilizações e manifestações da sociedade civil, o resultado desse movimento foi a promulgação da Constituição da República, em outubro de 1988, a qual marcou a história do país e o início da justiça social (SILVA, 2007).

A década de 1990 é marcada por grandes avanços na profissão, a exemplo, a formulação do Projeto Ético-Político da categoria, referindo-se ao Código De Ética do Assistente Social, Lei n. 8.662 de 13 de março de 1993, que regulamenta o exercício profissional e as diretrizes curriculares para a formação acadêmica (NETTO, 2004).

Nesse sentido, o Serviço Social se firma como prática legitimada e institucionalizada ao responder às necessidades históricas das classes alicerçadas na produção e reprodução da vida e do trabalho. A partir dessas satisfações, ancoradas pela produção, troca e consumo das mercadorias têm-se a divisão do trabalho, consideradas em formas gerais e singulares, conforme aponta lamamoto (2006).

A autora ainda pontua que, ao ocorrer as transformações no mundo do trabalho, estas manifestam a determinação de vinculação dos indivíduos em categorias profissionais específicas e distintas, desse modo, o trabalho assume condição social, afinal, este é produzido em sociedade.

⁵ No qual a categoria profissional passa a se colocar em uma outra perspectiva, como demonstração de resistência à ditadura militar instaurada no Brasil pelo grande capital em 1964 (Netto, 1982).

Nesse ínterim, o desenvolvimento das forças produtivas, sob a lógica do capital, resulta na fragmentação do trabalho e é executado por vários trabalhadores e máquinas. Com isso, a divisão do trabalho, ao passo que distingue os donos dos meios de produção dos trabalhadores, organiza a sociedade em classes, conclui a autora.

Ao que concerne ao Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, o seu modo de trabalho não está alheio ao desenvolvimento das forças produtivas na sociabilidade capitalista, pelo contrário, ele se modifica constantemente consoantes as mazelas derivadas do capitalismo e não somente por isso, mas também pelas diferentes características das lutas de classes em resposta da expansão do capital, afirma lamamoto (2000).

Desse modo, ainda conforme expressa a autora, as transformações societárias gestadas nas contradições cíclicas de classes agudizam as expressões da questão social e criam novas agendas para o trabalho profissional de assistentes sociais no capitalismo contemporâneo, dimensão esta que historicamente têm inserido a profissão na contemporaneidade.

A autora aponta que a re-imersão conservadora e as ondas neoliberais no Estado provocam graves rombos nos sistemas de proteção social e da distribuição de riquezas socialmente produzidas, desse modo, culminando em fortes prejuízos às classes trabalhadoras, nas relações de trabalho e para o acirramento da questão social.

Além disso, lamamoto (2000) destaca que as ondas neoliberais além de buscar as privatizações dos sistemas públicos e sucateamento das políticas públicas sociais ainda reforça a desproteção social dos trabalhadores, trazendo inseguranças e vulnerabilidades a eles, como se não bastasse, estimula as contratações precárias, tanto nos aparelhos públicos quanto nos privados, com isso, intensificando mais a exploração da classe trabalhadora e colocando-a em situações degradantes de subsistência.

Diante disso, conforme afirma Pereira (2008), ao contrário do que foi pensado, hoje sabe-se que o Serviço Social surge a partir da relação com alguns contextos, tais como: os movimentos de investigação e reforma social, que incitaram o surgimento e desenvolvimento de pesquisas sobre a área social vendo-a como terreno científico e buscando o estudo in loco sobre a miséria e suas causas; novas determinações e intervenções do Estado sobre a sociedade.

Uma vez que desde a década de 1980, o Serviço Social brasileiro vem qualificando sua especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social ao afirmar a premissa do trabalho na própria construção do indivíduo social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

Conseqüentemente a isso, a profissão incide sob a recusa do aprisionamento fetichizado do capital ao passo que se alia com as forças sociais mais progressistas, as quais contribuem com as bandeiras de lutas políticas da profissão e contribuem historicamente no processo de reorganização de uma sociedade mais justa, equitativa, a qual os indivíduos possam desenvolver-se dentro de projetos societários mais humanos, completa lamamoto (2014) e (2015).

1.1.1 - O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO AVANÇADO E AS INFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Quando pensamos sobre o processo de transformação no mundo do trabalho que vem ocorrendo na sociedade, devemos rememorar as estruturas culturais, sociais, econômicas e ambientais que as ocasionaram. Muito do que hoje se sabe sobre essas mudanças é que elas foram causadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e de seu conflito com as relações de produção. No mundo do trabalho, calcado no sistema capitalista, as adaptações ocorrem na mesma formulação estrutural e fundamental a qual se engendraram (LEITE, 2013).

Ao refletir acerca da historicidade de expansão do sistema capitalista, percebe-se as nuances de sua contradição, se por um lado o “trabalho é central para a sociabilidade humana, é também, no capitalismo, esvaziado de sentido.” (LEITE, 2013, p. 192). Ou seja, seu desenvolvimento e expansão pela exploração do trabalho atuam na produção e reprodução ideológica burguesa.

Mas afinal, o que é o trabalho? O trabalho é no seu fundamento, primeiro, “referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade”, e depois, “é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os *valores* que constituem a riqueza social.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 29). Essa é então a relação do homem com a natureza, com a sociedade e o entre os próprios homens, denominada por Marx de forças produtivas e meios de produção, que organizam e orientam um modo de produção, neste caso, o capitalista (NETTO; BRAZ, 2012).

O trabalho enquanto categoria fundante do ser social (LUKÁCS, 1979) difere das atividades biologicamente estabelecidas entre as espécies animais, isso pois, sua estruturação alicerçada no desenvolvimento tecnológico das forças produtivas rompeu com os padrões *naturais* das atividades do trabalho. Convém lembrar que, o trabalho não somente transforma a natureza, ele também transforma o seu próprio ser (NETTO; BRAZ, 2012). Foi através dele e por ele que os primeiros hominídeos se afastaram dos seres orgânicos e inorgânicos, tornando-se, portanto, ser social (LESSA, 2012).

Ao que se refere ao ser social, pode-se entendê-lo como um salto ontológico qualitativo diferente. Considerando que o ser humano ocupa um complexo concreto da sociabilidade como forma de ser, encontra-se pelo trabalho a explicação do que Marx chamou de “afastamento da barreira natural”. Afinal, mesmo que possa parecer um atributo privilegiado, conforme aponta Lukács (2010, p. 35),

[...] todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2010, p. 35).

Desse modo, consoante afirma o autor, o trabalho categoriza o ser humano como ser social, afinal, por meio do trabalho o homem modifica a natureza (inorgânica) e a sua própria natureza a partir das relações que se constituem pelo trabalho (sociedade).

As relações sociais resultantes das particularidades do ser social, implica nas premissas do trabalho como condição de coletividade, pois, por meio da comunicação, da linguagem e da sociabilidade entre os homens criam-se estratégias para a transformação do natural a fim de produzir bens de uso à satisfação de suas necessidades básicas, complementa Lessa (2012).

Desse modo, tem-se na centralidade da categoria trabalho a condição concreta dotada de potencial de criação pautada na capacidade teleológica do ser humano, o qual perfaz condição específica do ser social, isso pois, conforme aponta Antunes, 1995, p. 121):

[...] o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas (ANTUNES, 1995, p.121).

Ainda segundo o autor, no âmbito da sociedade capitalista, a partir do seu desenvolvimento, o trabalho tem tomado outras formas, tendo seu significado totalmente invertido e desvalorizado, e cerceando as possibilidades de ampliação das capacidades do ser, portanto, transformando o trabalho em condição alienante, do qual o processo torna quem o executa limitado, esvaziando-se dos sentidos sociais de sua participação.

Sem dúvida, as corriqueiras transformações no mundo do trabalho (DIAS, 2015) são resultados das reorganizações do modo de ser capitalista. Tais transições sistêmicas afetam a sociedade como um todo, são fragmentos que se estendem do trabalho à questão social, muitas vezes, a última oriunda do próprio trabalho e/ou da ausência dele (FREIRE; FREIRE; CASTRO, 2008).

A historicidade da sociedade afirma que o trabalho como centro da reprodução capitalista fez emergir novas configurações dessa sociabilidade: a alienação, o fetichismo e a reificação. Tais categorias ideológicas do capitalismo projetam a desumanização do trabalho contra o movimento de emancipação humana (ANTUNES, 1999).

Ao passo que as crises surgem e provocam mudanças na organização do sistema capitalista, acentuam-se as desigualdades sociais, aqui chamadas de expressões da questão social. Estas, manifestadas também nas configurações da vida do trabalhador, a exemplo da intensificação da exploração do trabalho e sua precarização, no desemprego estrutural – formação do exército social de reserva, na desarticulação da classe trabalhadora e retiradas de direitos historicamente conquistados, são as formas mais complexas que engendram a manutenção e existência do sistema capitalista (FREIRE; FREIRE; CASTRO, 2008).

Por certo, o mundo do trabalho muda com essas crises, visto que as precariedades tornam difícil a manutenção das relações sistêmicas, bem como ineficientes para a manutenção da exploração. A exploração pelo trabalho é quem suporta a existência do sistema capitalista, sem ela, ele não se mantém, logo, após as precedentes depressões são objetivadas estruturações que não se restringem

somente a uma estrutura, elas partem para o viés ideológico e buscam amarrar o corpo e a mente dos trabalhadores em função à ordem do capital (LEITE, 2013).

Com isso, a duplicidade do trabalho, enquanto categoria ontológica e de exploração pelo capitalismo, torna-se, na modernidade, fragmentado e culmina numa própria formulação do que seria a classe trabalhadora (NETTO, 1996; DIAS, 2015). É, portanto, não menos que a apropriação do capitalismo da reificação da classe trabalhadora sob consequência da exploração, conforme aponta Leite (2013).

1.2 SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE TRABALHO: ÊNFASE NA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS UNIVERSIDADES (PNAES)

Partindo do viés Marxiano, o qual subsidia conceitualmente a categoria trabalho para o Serviço Social, “[...] o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 211). Desse modo, sendo o trabalho, em condição teleológica, uma atividade exclusivamente humana, essa premissa propicia uma dupla transformação, afinal, por meio do trabalho o homem transforma não somente a natureza, mas no mesmo processo, ele transforma a si mesmo.

Dentro dessa perspectiva, e a partir do trabalho de Iamamoto e Carvalho (2014), ressalta-se que a contribuição da tradição marxista ao Serviço Social impulsionou o desenvolvimento teórico da profissão. Como resultado, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, tal feito contribuiu para a criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, assim como, publicitação do livro de Marilda Vilela Iamamoto “Relações Sociais e Serviço Social: *esboço de uma interpretação histórico-metodológica*”.

Inclusive, a obra em questão, tem sido, desde os últimos trinta anos, um subsídio relevante para a formação profissional em Serviço Social, principalmente, pois, é necessário ter uma leitura profunda do que se refere às relações sociais gestadas no capitalismo monopolista e não somente disso, como, principalmente, da relação de surgimento do Serviço Social em contexto capitalista, acrescentam as autoras.

Apesar dos avanços que a categoria vinha traçando, a aproximação com as obras de Marx se fez extremamente importante para que se construísse uma base

teórica que realmente estivesse comprometida com a análise crítica sobre a realidade, por isso, por conseguinte foram também incorporadas as leituras em Gramsci e Lukács, assim como outros estudiosos da tradição marxista, finalizam as autoras.

Em vista disso, conforme Almeida e Alencar (2011, p. 126), tais aproximações:

Ancoradas nos processos de análise da realidade brasileira a partir da dinâmica das classes sociais e das funções do Estado na formulação das políticas sociais como uma das formas de enfrentamento das expressões da questão social no marco da sociedade capitalista madura, a produção teórica do Serviço Social foi sendo adensada com outros aportes da tradição marxista (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 126).

Dentro desse processo, as expressões da questão social, ao se desenvolver e configurar-se no âmago da classe trabalhadora se evidencia na sociabilidade capitalista e requisitam novas intervenções, afinal

as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83-84).

Por efeito disso, a emergência institucionalizada do Serviço Social, seja em sua afirmação e necessidade de consolidar um instrumental técnico-operativo específico da profissão, seja na afirmação de ser uma tecnologia social⁶ perpassa entre o lugar de destaque da dimensão técnica-instrumental que se legitima desde a sua base fundante (SOUSA, 2008).

Ora se não, o debate da instrumentalidade do Serviço Social sempre esteve presente na história da profissão, afirma Sousa (2008), aliás, o Serviço Social constitui-se enquanto profissão no seio do momento, ao qual, o Estado e o Empresariado passam a intervir nas chamadas expressões da questão social por meio de políticas sociais.

Conforme descrevem Carvalho, Iamamoto (2005) e Netto (2005), as complexas estruturas que se desenvolviam nas relações sociais, econômicas e políticas entre as classes trabalhadoras e o Estado e o Empresariado requisitaram das/os assistentes

⁶ Expressão componente da corrente denominada por Netto (2004) de “modernização conservadora”, hegemônica no cenário profissional brasileiro durante o período da ditadura militar e do movimento de renovação do Serviço Social no Brasil.

sociais a promoção do controle e da reprodução material e ideológica, isso pois, os conflitos advindos pela ordem capitalista punham em xeque os “problemas sociais” gestados pelas correlações de forças sociais.

Ressalta-se ainda que, sendo o Serviço Social, inicialmente, uma profissão fundamentalmente interventiva, a atuação das/os assistentes sociais no âmbito das políticas sociais, no estágio supracitado, era meramente executiva, conforme contribui Sousa (2008). Com isso, a partir do debate marxiano sobre a divisão do trabalho, têm-se o que Marx assinala como a separação do trabalho intelectual – a formulação das políticas sociais, e do trabalho manual – quem executa essas políticas. Nesse caso, sendo o assistente social responsável somente pelo trabalho manual.

Tais fatos expressam ainda a realidade limitada de espaços sócio-ocupacionais para as/os assistentes sociais nos órgãos públicos e a limitação para a atuação profissional, ressalta Iamamoto (2008) e Yasbek (20109).

Nesse ínterim, apesar de toda diversificação que envolveu o Movimento de Reconceituação, em 1965, a articulação do movimento criticava fortemente essa divisão – *trabalho intelectual e trabalho manual*, e por conta disso, a categoria profissional passou a aprofundar o caráter teórico-metodológico da profissão e esse salto qualitativo possibilitou aos profissionais a romper com essa lógica tecnicista e alcançar novas atribuições no mundo do trabalho, sobretudo, a administração e ao planejamento de políticas públicas sociais.

Isso pois, tal movimento propiciou à categoria profissional amplo debate sobre seus próprios fundamentos de intervenção, que até então envolviam o assistencialismo, a benemerências e o positivismo norte-americano, por meio do *Social Work*⁷ (IAMAMOTO, 2020).

A superação de fato expressa-se na Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº. 8662 de 07/06/1993, em seu art. 4º, inciso II:

Art.4º.São competências do Assistente Social:

[...]

II. elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil (CFESS, 2002, p. 17).

⁷ O Social Work norte-americano consistia em uma atuação que fundada na teoria sistêmica e no funcionalismo, com base na tríade Serviço Social de Casos, Serviço Social de grupos e a Organização/Desenvolvimento de Comunidades (IAMAMOTO, 2019).

É válido destacar que as dimensões previstas no inciso II do art. 4º da Lei, embora sejam uma realidade legal para a atuação profissional de assistentes sociais, atualmente, ela não garante veementemente que o profissional alcance o objetivo geral da sua intervenção, como será retratado no Capítulo III e IV deste estudo.

Pensar sob o ponto de vista que, apesar de legalmente a profissão ser regulamentada e esse status não possibilitar a atuação integral de suas capacidades é reconhecer as fragilidades legais que se produzem diretamente sob a ótica da ordem burguesa.

Uma vez que o Serviço Social tem a liberdade como seu valor central, o compromisso com a autonomia, a plena expansão dos indivíduos sociais e a emancipação desses (BRASIL, 2013) e, contrariamente o sistema no qual a profissão se insere no mundo do trabalho tem um projeto de sociedade marcado pela exploração, alienação e desigualdades, é possível compreender como incide, em muitos casos, a autonomia relativa no trabalho profissional das/os assistentes sociais, conforme expõe Iamamoto (2015).

No âmbito dessa dinâmica das relações de trabalho percebe-se grande tensão quanto a implementação do projeto profissional de assistentes sociais bem como a própria condução do trabalho no seio dessas instituições, as quais, muitas vezes fazem parte do Estado capitalista (idem, 2015).

Diante disso, para a promoção do fortalecimento da cidadania, da preservação da dignidade humana, dos indivíduos e dos direitos sociais, Mota (2009) acrescenta que as/os assistentes sociais não devem enquadrar sua atuação apenas nos parâmetros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), isso porque, ao passo que a cotidianidade apresenta e manifesta várias formas de desigualdades à sociedade, esses profissionais precisam ter a competência

[...] político-profissional na formulação, proposição e negociação de iniciativas que politizam demandas sociais nos municípios e nos estados, ultrapassando o sentido restrito e os parâmetros dos manuais profissionais (MOTA, 2009, p. 47).

Isso porque, ao considerar a questão social como o objeto de trabalho dos assistentes sociais, compreende-se a partir da vivência em diferentes espaços sócio-

ocupacionais como as refrações da questão social podem se manifestar no cotidiano dos sujeitos sociais e como podem se agudizar em cada espaço.

Afinal, sendo o trabalho das/os assistentes sociais não somente pautado na intervenção da questão social, tal compreensão do real em sua mais próxima essência, auxilia também na dimensão pedagógica da profissão, a qual se inclina na busca de visibilização dos sujeitos sociais e ao estímulo para a sua organização com fins de defender seus direitos e ampliá-los, completa lamamoto (2017).

Desse modo, com a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, que se desenvolvem no âmbito privado e público, em políticas de saúde, assistência, educação, previdência, habitacional, do meio ambiente, assessoria e consultoria e tantas outras, no âmbito da política de educação, os assistentes sociais podem realizar suas atividades em diferentes níveis do ensino e em diferentes esferas, como: nível básico, médio, técnico e superior e a nível municipal, estadual e federal (LARA; ARAÚJO, 2021).

Inicialmente, as políticas públicas surgem no seio dos processos de expansão do capitalismo e se relacionam como o modo em que o Estado responde as disparidades nas relações de dominação e exploração entre as classes sociais, com foco naqueles que são explorados nas sociedades capitalistas, conforme aponta Abreu (2017).

Partindo dessa perspectiva, entende-se que, ao se ampliar os processos de acumulação do capital, a partir da espoliação da mais-valia, se ampliam também, ou até mais, as linhas de desigualdades entre as classes envolvidas nesses processos, e, tais discrepâncias expressam também as formas como se relacionam essas classes, acrescenta a autora.

As configurações societárias que se engendram em cada fase de expansão do capitalismo requisitam ao Serviço Social novas incorporações em seus espaços sócio-ocupacionais. Com base nessa compreensão e do entendimento que o Serviço Social constitui também a totalidade histórica (CARDOSO, 2016), esse estudo utiliza o espaço da educação, em nível superior e na esfera federal como *locus* de investigação para “Analisar a atuação profissional de assistentes sociais do ICSEZ a partir da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil”.

Em se tratando da Educação enquanto direito social garantido constitucionalmente, está sempre esteve envolta de avanços e retrocessos, aos quais, tomam forma em cada momento histórico e condução político-ideológico, como pode

ser demonstrado na Constituição de 1824 e Constituição Republicana de 1891, pela qual, foi retirada a obrigatoriedade o Estado em ofertar a educação primária, por exemplo (CURY, 2000).

O decurso pelo qual percorre a Educação pública no Brasil expressa os movimentos de lutas de classes, tanto ao que concerne a sua existência como direito social, quanto às formas de permanecer e poder concluir a formação educacional no âmbito dos parâmetros instituídos socialmente.

Diante dos cenários que se configuram no âmbito da educação tem-se como expressão o agravamento da questão social incididas, principalmente, nas transições das estruturas econômicas, políticas e sociais, das quais recaem fortemente no modo como sobreviverão as classes subalternas, conforme aponta Soares (2011).

Ressalta-se ainda, sendo as instituições educacionais – *escolas, universidades, faculdades e institutos*, palco de lutas sociais, esta também é fortemente marcada pelas expressões das vulnerabilidades socioeconômicas, acrescenta a autora.

Não obstante, a inserção de assistentes sociais no campo da educação sempre esteve presente e remonta a década de 1930, logo nos anos iniciais de profissão, desse modo, não se trata, necessariamente, de um espaço sócio-ocupacional novo. Todavia, conforme aponta Ferriz e Almeida (2019), após o desenvolvimento e do salto qualitativo do projeto ético-político profissional, na década de 1990, houve grande busca de assistentes sociais na área da educação.

Essa requisição do Estado por assistentes se deu principalmente pela intensificação das refrações da questão social no âmbito educacional, principalmente no que tange às condições de permanência dos estudantes nas instituições, isso porque, é no cotidiano que se manifestam as desigualdades, segundo aponta Soares (2011).

Ainda segundo a autora, com base nisso, abriu-se espaço para que se buscasse alternativas que possibilitam não somente o acesso, mas também a permanência desses estudantes nas instituições.

Inicialmente, conforme apontam Costa (2010) e Imperatori (2017), as primeiras intervenções que apontavam para as políticas de assistência aos estudantes remetem à década de 1930, em programas voltados à alimentação e moradia. Ressalta-se ainda que em 1928, já havia sido manifestada ação para auxílio voltado à moradia de universitários, com a Casa do Estudante Brasileiro, que muito embora fosse em Paris,

esta política era destinada a estudantes que estudavam fora do país, especificamente na França.

Conforme exposto anteriormente, a educação enquanto direito, ao longo da história, sempre foi alvo de ações que perpassam ideologias de projetos societários, sejam eles mais progressistas ou não. Diante disso, é válido trazer destaques quanto a historicidade da política de educação e seus avanços e retrocessos que moldam os direitos, programas e projetos que temos hoje.

O governo Vargas foi um dos marcos políticos progressistas ao incorporar políticas sociais em seu governo e legitimar a educação como direito social, afirma Vasconcelos (2010).

A partir disso, tem-se a Reforma Francisco Campos, em 1931, que modernizou o ensino secundário no país por meio da reestruturação do sistema federal (DALLABRIDA, 2009), a qual contribuiu para a instituição da Lei Orgânica do Ensino Superior através do Decreto n. 19.851/1931, que se destinava a auxiliar estudantes socioeconomicamente mais pobres através da concessão de bolsas de estudos a eles.

A assistência aos estudantes compôs a Constituição de 1934, assegurando constitucionalmente à assistência estudantil, em seu art. 157, o qual estabeleceu

[... [parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas [...]

A Constituição de 1946, em seu art. 172, estabeleceu que

[...] cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar.

Quanto ao trabalho em assistência social nas escolas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, possui artigos específicos que tratam sobre os direitos dos estudantes, em seus artigos 90º e 91º, respectivamente

Art. 90º: “Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91º “A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade”.

Desse modo, com a ampliação de acesso à educação superior, não necessariamente somente pública, Vasconcelos (2010, p. 40) aponta que, “entre as décadas de 50 e 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares”. Tal feito se intensificou na década de 1970 e explodiu na década de 1980.

A expansão de acesso à educação superior possibilitou às classes mais pobres a busca por uma vaga nas universidades, e isso, conseqüentemente, demandou atendimento específico a esse público. Não exatamente porque eram pobres, e sim por diversos fatores, mudança de cidade, desemprego estrutural, precariedades nas situações de moradias, violências, preconceitos e falta de acesso à próprias políticas sociais básicas (IMPERATORI, 2017).

Tal cenário constitui certa organização do movimento estudantil na luta e reivindicações por políticas de assistência aos estudantes. Ressalta-se que os movimentos estudantis possuem vasta importância na conquista de direitos no âmbito da política de educação que estão além do acesso, pois é, a partir das reivindicações que as instituições de educação se responsabilizam pela satisfação das necessidades de estudantes hipossuficientes, destaca Souza (2005).

É necessário frisar ainda que na década de 70, com a criação do Departamento de Assistência ao Estudante – DAE, foram implantados programas de assistência como o bolsa trabalho, o qual objetivava dar oportunidades para o trabalho profissional nas instituições públicas e/ou privadas, e as Bolsas de Estudo, pela qual os acadêmicos recebiam auxílio financeiro sem precisar realizar outro tipo de atividade como no Bolsa Trabalho completa a autora.

O programa da Bolsa Trabalho foi instituído através do Decreto n. 69,927, em 1972, a qual se destina a estudantes com desvantagens financeiras e objetiva “associar auxílio financeiro e educação” (RAMALHO, 2013, p. 28).

Assim como em vários contextos de retrocessos vivenciados no Brasil, a década de 80 marcou a extinção do DAE e abriu espaço para o clientelismo já que tal destituição interrompeu o avanço das políticas de assistência estudantil. Afinal, de tal

forma como a assistência social, a assistência estudantil também vivenciou as práticas assistencialistas do Estado.

Embora a assistência aos estudantes tenha tido conotação clientelista, em momento algum ela pode ser entendida como benesse do Estado ou boa vontade de quaisquer que sejam a representação, todas as conquistas no âmbito da educação e da política de assistência estudantil são resultantes das lutas e dos movimentos estudantis que historicamente estão à frente dessas conquistas, acrescenta Barbosa (2009).

Dessa forma, a Constituição Federal de 88, como fruto das reivindicações dos movimentos sociais, consolida os direitos sociais e políticos no seio do processo de redemocratização do país. A partir dela, a educação é reconhecida como direito social em seu

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Diante disso, ressalta-se que, o Conselho Federal de Serviço Social juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) defenderam incansavelmente a inserção dos profissionais no âmbito da educação básica pública pelo poder público. Somado a isto, os Conselhos participaram também do processo de tramitação da Lei Federal n.º 3.688/2000 e lançaram o documento "Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação", conforme afirma o CFESS (2012).

Assim sendo, em decorrência das transformações econômicas, políticas e sociais que ocorrem no Brasil nos últimos anos, a Política de Educação vem experimentando diferentes reformulações. Nessa direção, é possível salutar o processo de ampliação ocorrido na educação pública superior por meio de programas de governo federal, tais, Programa de Financiamento Estudantil – FIES, em 1999; Programa Universidade para Todos – PROUNI, em 2004; Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, em 2007 (FÉRRIZ; ALMEIDA, 2019).

Precipuamente, em consonância com Férraz e Almeida (2019), não há como negar que os programas elencados se fizeram e se fazem essenciais para saltos sociais de inclusão qualitativos, além disso, se configura também como uma

ampliação de espaços sócio ocupacionais de assistentes sociais. O trabalho profissional da categoria no âmbito da educação, em se tratando da política de educação, segue tanto na execução de programas e projetos como na própria gestão da política.

Tal qual se faz o trabalho profissional de assistentes sociais nas políticas públicas, conforme afirmam as autoras, na política de educação, o atendimento também se volta a um público-alvo, neste caso, estudantes, professores e demais servidores. Analogamente a isso, a inserção de assistentes sociais na política de educação tem se intensificado na instância da gestão da política.

Apona-se ainda que a acentuada requisição de assistentes sociais na esfera da administração da política de educação refere-se também progressão ideológica gerencial do Estado, completa as autoras.

Conforme afirma Iamamoto e Carvalho (2014), ainda que tenham ocorrido ampliações em espaços sócio ocupacionais aos assistentes sociais no país, o Estado ainda se configura como o maior empregador da categoria. Enfatiza-se ainda, que as/os assistentes sociais, conforme o Código de Ética de 1999, em seu art. 2º, alínea C devem atuar na “*participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais*” e G “*pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população*”. Desse modo, sendo o Estado, o maior responsável pela criação de políticas públicas sociais, é por meio delas que ocorre a absorção de grande percentual de assistentes sociais.

Afinal, ainda de acordo com as autoras (idem, p.142), “[...] as políticas públicas encerram condições socioinstitucionais nas quais o trabalho do assistente social se efetiva”. Destaca-se nesse ponto que essas políticas se configuram em várias áreas para atuação, como: assistência social, educação, saúde e da criança, do adolescente e do idoso, por exemplo.

Conforme exposto inicialmente, o trabalho de assistentes sociais na esfera da educação se consolidou concomitantemente ao desenvolvimento do Código de Ética, desse modo, evocando o CFESS (2011), esse desdobramento emana de um momento histórico que consideravelmente possibilitou a ocupação dos profissionais na área da educação.

Ainda conforme afirma o CFESS, em um levantamento realizado nos anos de 2010 e 2011, a atuação de assistentes sociais é maior requisitada na área da

educação, seja na educação básica – *pública ou privada*, seja na educação superior ou seja na educação profissionalizante ou tecnológica, uma vez que, tem se buscado a ampliação de “[...] em programas e projetos (governamentais e não) voltados para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada” (CFESS, 2011, p. 51).

A partir disso, é possível caracterizar quais as formas que a/o assistente social pode atuar na política de educação, conforme o CFESS (2011):

- Garantia do acesso da população à educação formal;
- Garantia da permanência da população nas instituições de educação formal;
- Garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional;
- Garantia da gestão democrática e participativa na política de educação.

Inclusive, de acordo com Brasil (2010), a educação pública superior necessita de diversos programas que se vinculam a partir do que se define no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, criado a partir do Decreto nº7.234, de 19 de julho de 2010, o qual “*tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal*” e objetiva, conforme seu art. 2º:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Diante disso, ressalta-se que a atuação da/o assistente social na educação se volta a constituição das mais diversas formas de intervenção, conforme orientação do CFESS, o qual tem o intuito de constituir concepções da educação coerentes ao projeto ético-político profissional do Serviço Social a fim de contribuir para consolidação do Serviço Social na educação (CFESS, 2014).

Nessa direção, a/o assistente social é o principal profissional que atua no processo de articulação de programas e ações que contribuem para democratização e permanência dos grupos socialmente vulneráveis e que são evidentes mais

expressivas as refrações da questão social, como os negros, indígenas, os ribeirinhos e quilombolas (SOUZA JUNIOR et al., 2018).

Desse modo, apontar o PNAES como um programa que possibilita a permanência dos/as estudantes na educação pública superior instaura uma série de inflexões que podem inviabilizam a efetivação integral desse programa, isto pois, o modelo de sociedade baseada na ideologia neoliberal, propaga a todo o momento e de todas as formas os interesses da classe dominante, a qual constantemente busca diminuir os direitos sociais historicamente conquistados (IMPERATORI, 2017).

Com isso, seja pela exacerbada burocracia que constituem o processo de para a participação desses programas, seja pela forma como são constituídos os processos, seja na defasagem de mais profissionais e sobrecarga de trabalho, seja na sua segregação de público, de qualquer forma, há sempre uma maneira de dificultar o acesso às políticas de assistência estudantil.

Não obstante, o constante processo de precarização da educação pública superior e a alienação que a educação assume pelo capitalismo, tem sido cada vez mais difícil a implementação de um projeto profissional emancipador.

Diante disso, se por um lado houve certa expansão de acesso às universidades, por outro lado tem sido cada vez mais difícil para os estudantes permanecerem. Isso pois a questão socioeconômica tem cada vez mais impactado a continuidade dos estudos.

Em vista disso, quais têm sido as ações que as instituições têm realizado para garantir não somente o acesso, mas a própria permanência e a conclusão do curso? Como o PNAES tem sido trabalhado nas instituições? Qual tem sido o trabalho das assistentes sociais nesses processos e suas contribuições?

CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS OFERTADOS NO ICSEZ

Este capítulo realiza um breve resgate histórico dos processos de implantação do PNAES no Brasil e seu processo de expansão a partir da democratização do ensino superior público federal. Em seguida, discutimos a implementação da assistência estudantil no ICSEZ/UFAM e dos programas socioassistenciais ofertados na instituição a partir do Decreto nº. 7.234/2010.

Com a finalidade de aprofundar o debate, a construção desse capítulo contou com o subsídio da pesquisa documental e de campo através de entrevistas realizadas com discentes beneficiários da política de assistência estudantil do ICSEZ.

Sobre a pesquisa documental, o material utilizado para a análise refere-se aos documentos de editais encontrados no acervo da DSS/ICSEZ. Para análise dos documentos utilizou-se as categorias referentes as dimensões de atuação de assistentes sociais.

Sobre as entrevistas com os beneficiários, buscou-se investigar como era percebida atuação de assistentes sociais nos processos de inscrição nos auxílios.

Por fim, aponta-se a relação das requisições do trabalho de assistentes sociais presentes nos editais com as competências profissionais regulamentadas.

2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

No âmbito das instituições de ensino superior federal, as ações afirmativas e as políticas de expansão para ampliação do acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade emergem a partir de lutas e conflitos sociais que buscavam um ambiente mais diversos socialmente, inclusivo e o menos injusto possível.

A Política de Assistência Estudantil nos moldes que se apresenta hoje, com dotação orçamentária específica, com áreas estratégicas de atuação em ensino, pesquisa e extensão e enquanto uma política pública social (BRASIL, 2010), é recente. Todavia, ações socioassistenciais estudantis existiam minimamente já na década de 1930. Conforme aponta Costa (2010), uma das primeiras manifestações de subsídio a estudantes universitários ocorreu em 1928 quando se inaugurou a casa do estudante em Paris, a qual visava auxiliar brasileiros que se mudavam para a capital para estudar nas universidades locais.

Ainda nessa perspectiva, em 1931, por meio da Reforma Francisco Campos se instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior⁸ através do Decreto nº. 19.851/1931, são regulamentadas medidas que buscavam amparar estudantes vulneráveis com bolsas de estudos e demais providências, acrescenta Vasconcelos (2010). Essa lei foi inclusive incorporada na Constituição de 1934 e assegurou a assistência aos estudantes, inclusive declara em seu art. 157: *“parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”*

Diante disso, a assistência aos estudantes passou a abarcar todos os níveis de ensino, sendo ainda fortalecida na Constituição de 1946, a qual estabeleceu em seu art. 172 que *“cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”*.

As décadas seguintes marcam o movimento de expansão do ensino superior no Brasil. De acordo com Vasconcelos (2010) por volta de 50 e 70 foram criadas universidades federais em todo o país, além das estaduais e privadas. Com isso, a expansão resultou na possibilidade de as camadas populares terem acesso à educação pública, fato que provocou diversas mudanças nas estruturas das universidades e requisitou do Estado medidas e ações para atender a essas demandas específicas.

O movimento social migratório de jovens por todo o país elevou o patamar de reivindicações estudantis fazendo com que as instituições assumissem também o compromisso de subsidiar condições de permanência dos estudantes que não tinham condições de se manterem durante o processo de graduação, aponta Souza (2005).

Dessa forma, ainda na década de 1970 fundou-se o Departamento de Assistência ao Estudante – DAE vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. A partir da criação do DAE foram implantados alguns programas de assistência aos estudantes, como o Bolsa Trabalho, Bolsa de Estudo e também de programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica, acrescenta Costa (2010).

O Programa Bolsa Trabalho foi instituído em 1972 por meio do Decreto nº. 69.927 e era destinado a estudantes comprovadamente pobres que desenvolvessem atividades profissionais e objetivava *“associar auxílio financeiro e educação”*, além de

⁸ LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.*

contribuir na preparação do estudante para o mercado de trabalho, explica Ramalho (2013, p. 28).

A década de 1980 é marcada pela alta fragilidade no âmbito da assistência aos estudantes, primeiro pois o DAE é extinto, depois que as ações socioassistenciais passam a ser fragmentadas e quase inexistentes e em seguida, assim como a assistência social, no período em questão, a assistência ao estudante passa a ter um caráter mais clientelista. Todos esses fatores historicamente prejudicam a consolidação da assistência estudantil no Brasil, acrescenta o autor.

Nessa direção, Barbosa (2009) acentua que durante esses processos evidenciou-se que os movimentos estudantis, historicamente, demandam melhorias e que todas as ações assistenciais aos estudantes sempre foram respostas das solicitações e não benevolências e favores, como em muitos casos quiseram fazer entender a respeito dos direitos estudantis à assistência.

O autor ainda acrescenta que:

A assistência desenvolvida na universidade, do ponto de vista de sua implementação técnica, expressa, por um lado, o descaso com a área social e revela-se, por outro, enquanto um campo onde prevalecem concepções paternalistas e clientelistas, traduzidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis (BARBOSA, 2009, p. 38).

Com isso, é válido destacar, como o caráter clientelista das ações ofertadas aos estudantes não eram imperceptíveis, o corpo dos movimentos sociais questionava e buscava incansavelmente que assumissem o caráter de direito, logo, as pressões que historicamente são processadas pelos movimentos sociais buscam garantir e consolidar direitos sociais e políticos a todos, não são balbúrdias e vagabundagens, esses, hoje, expressam muito do que se temos como direitos.

Até porque conforme aponta Imperatori (2017, p. 285), “O direito à educação é garantido desde a Constituição Imperial de 1824 [...]” e segue prevalecendo como direito social na Constituição de 1988, em seu art. 6º:

Art. 6. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

Sendo ainda corroborada em seus arts. 205º e 206º em seus incisos I e IX:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

IX – Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida

Dessa forma, em sequência aos marcos, em 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (LEI nº. 9.394/1996), cria-se um item específico para tratar sobre os direitos de assistência aos estudantes, ressaltando os arts. 90º e 91º:

Art. 90º: Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91º: A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade.

A LDB também permitiu a criação de uma política de educação para todos os níveis de educação. Ao que concerne a assistência estudantil propriamente dita, esta somente foi regulamentada anos mais tarde com o Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa direção, a partir de 2007, sob comando de um chefe de Estado no Governo Federal mais progressista e pelos esforços dos movimentos sociais por meio da luta histórica pela garantia da assistência estudantil enquanto direito social (VASCONCELOS, 2010), intensificam-se as ações voltadas para fomentar maior igualdade entre os estudantes no âmbito da educação pública superior.

Logo, a criação de políticas com fins de democratização do ensino no Brasil, como do Programa de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado em 2009, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 2010 e das políticas de cotas étnico-raciais, a exemplo, culminaram em transformações no cerne das estruturas do universo acadêmico.

Desta feita, do movimento social que acompanha o caminhar da sociedade percebe-se que consoante se ampliou o acesso ao ensino superior público brasileiro demonstrou-se em maior densidade as fragilidades socioeconômicas das próprias instituições quando as camadas populares passaram a adentrar o ambiente acadêmico superior.

O adendo às fragilidades aqui elencadas não se restringe à questão somente econômica, engloba muito também questões sociais e culturais intrínsecas à própria diversidade do público acadêmico que passou a adentrar às universidades. A ampliação e expansão do ensino superior provoca uma nova composição do público que vinha a ser atendido trazendo também novas demandas.

As transformações que ocorrem no âmbito das universidades requerem respostas do Estado. Afinal, *a priori* o público que estava nas universidades eram considerados de elite, economicamente falando, então, quando as camadas populares da sociedade passam a ter uma oportunidade de entrar no ensino superior esse cenário muda, o cotidiano de necessidades e vulnerabilidades desse novo público passa a compor uma expressão maior e requer subsídio financeiro estatal para responder ao propósito das próprias políticas educacionais do Estado, de democratizar o acesso a essa modalidade de ensino e propiciar um ambiente menos desigual.

A exemplo, o REUNI (Decreto nº. 6.096/2007) que objetivou a interiorização do ensino e sua expansão. Tal política culmina na diversificação do público das Universidades Federais (UFs) e dos Institutos Federais (IFs), a qual amplia a possibilidade do acesso ao ensino superior também a estudantes que residem próximo aos *campis*.

Conforme aponta Filardi (2014), o programa sempre se apresentou mais do que somente uma reformulação no âmbito das universidades públicas federais. Destaca-se que mesmo que o governo federal tenha buscado demonstrar que o objetivo do REUNI era otimizar os recursos das universidades, atualmente, é possível perceber, não somente pelos estudos levantados desde sua implantação, que o cotidiano mostra também o caráter econômico e político, dos quais, estão muito ligados à própria estrutura capitalista (LIMA, 2009; FERREIRA, 2010).

Afinal, até a primeira década do século XXI no Brasil, o índice da população brasileira que cursava ou tinha concluído um curso de graduação em nível superior

era bem baixo em relação a outros países emergentes, logo, o país estava entre os piores no *ranking* mundial, pontua Filardi (2014).

Logo, essa situação implicava e dificultava a inserção do país no âmbito da economia mundializada. Pois, no seio do capitalismo avançado, era necessária uma maior qualificação da mão-de-obra e o país não contava com essa condição devido ao déficit neste nível de ensino (*idem*).

Desse modo, conforme afirma o autor:

Faz-se interessante ressaltar como, a partir da necessidade econômica de formação profissional, o intercâmbio cultural e as possibilidades do aproveitamento dos recursos humanos para a reprodução do capital, perante a economia capitalista atuante em âmbito mundial, se coadunam de maneira justa e própria com um discurso de “construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente (FILARDI, 2014, p. 567).

Nessa direção, tomando como foco o objetivo do capítulo, a partir dos marcos regulatórios em educação, se intensifica o movimento de expansão do ensino superior, já citado, e com isso surgem vários questionamentos, principalmente no que tange a permanência dos estudantes nas universidades e a conclusão do curso.

2.2 PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ICSEZ

Para tratarmos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) é necessário, inicialmente, pôr em evidência destaques sobre seu percurso histórico de sua criação e sua efetivação em Parintins (AM).

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) faz parte da história de mais de 100 anos de implantação do ensino superior no Brasil. Sendo descendente da Universidade Livre de Manaós, primeira universidade brasileira, a UFAM teve seu reconhecimento oficial em 1909. Com a denominação de Universidade do Amazonas, a instituição foi fechada em 1926 sendo recriada somente em 1962 a partir de um projeto do deputado federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho.

Ressalta-se que a partir do desenvolvimento econômico, político e social que ocorria à época, se fez necessária a qualificação dos trabalhadores com o nível

superior em diversas áreas do conhecimento para atuar, principalmente, na Zona Franca de Manaus.

Nessa direção, se destaca também que o cenário em Manaus, capital do Amazonas, já sofria com as grandes transformações advindas com a exploração da borracha no Estado. E essa não era uma realidade somente da capital, afinal, muitos interioranos saíam de seus municípios em busca de trabalho, outros em busca de cursar o ensino superior a fim de se qualificar profissionalmente.

Como a Universidade era a mais procurada, logo o público que passa a adentrar aos cursos de graduação se torna diverso e a instituição fica sobrecarregada devido à alta procura.

Nessa direção, conforme destacam Cardoso, Santos e Weil (2016), em 2006 é estabelecida uma unidade acadêmica da UFAM em Parintins/AM, atendendo a Resolução 022/2005 – CONSUNI (Conselho Universitário), a qual visava atender municípios vizinhos a cidade, complementa Soares (2011).

Tal feito possibilitou uma maior inclusão pela expansão do ensino superior, de modo que, esse fator foi decisivo para cobrir relativamente às demandas por vagas que aumentava ano a ano, além disso, a expansão possibilitou uma maior cobertura territorial, acentua a autora.

Foi, portanto, através do REUNI que a Unidade Acadêmica de Parintins consegue ter estrutura “física e humana” (SOARES, 2011, p. 43) para possibilitar, de fato, o acesso dos estudantes à universidade. Destaco ainda, que embora já houvesse uma universidade na cidade, a UEA, com cursos de licenciatura, a chegada da unidade ampliou os horizontes para o ingresso a outros cursos.

Isso, pois, o REUNI teve como objetivo:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007).

Ressaltando ainda, ante as expansões que ocorriam pelo Brasil, por meio do programa, muitos jovens tinham que se deslocar de cidade para ter a possibilidade de cursar o ensino superior e isso gerava uma grave crise socioeconômica, afinal, passariam então a ter gastos com custo de vida, transporte, alimentação, moradia e

os próprios materiais didáticos, e muitos estudantes não possuíam condições para permanecer em seus cursos quando conseguiam adentrar à universidade.

É preciso ainda salientar que o programa de expansão não respondeu a todas as questões ligadas ao acesso do ensino superior. Inclusive, se por um lado o REUNI possibilitou um maior acesso de jovens aos cursos de ensino superior, por outro revelou suas fragilidades.

Assim como ocorreu no início da expansão do ensino superior no Brasil, a chegada do ICSEZ em Parintins também foi permeada de bônus e ônus. O bônus do programa foi a possibilidade de jovens cursarem uma graduação no próprio município, sem a necessidade de deslocamento, no entanto, o ônus foi que havia muitas dificuldades em torno do “estar em um curso de graduação superior”.

Conforme apontado por Filardi (2014), o REUNI surge em resposta a duas vias, numa para responder a questões gerenciais do país, no sentido da sua inserção na economia mundializada, na outra, para responder as demandas e pressões dos movimentos sociais pela democratização do acesso ao ensino superior público.

Nessa perspectiva, Carneviskis, Macalini e Silva (2016) destacam que, a partir das transformações e depressões econômicas que entornaram os anos de 2007 e 2008, implementam-se no Brasil processos de reestruturação produtiva a fim de recuperar o desenvolvimento econômico.

Dentro dessa perspectiva, cabe evocar Silva (2014) para pontuar que as depressões que sucumbiram a consolidação concreta do REUNI causaram diversos prejuízos quanto a implementação do programa nas universidades federais, com ênfase na realidade da própria UFAM.

Não obstante, os cortes orçamentários declinados sob a educação superior, desde antes a 2008, não impactaram ao acesso as universidades em sua perspectiva quantitativa, conforme avaliação do REUNI realizado pelo Ministério da Educação em 2012 (BRASIL, 2012), por outro lado, consoante afirmam Carneviskis, Macalini e Silva (2016), a permanência dos estudantes, a consolidação e expansão do programa às universidades ficou totalmente fragilizada.

Diante dessa realidade, havia uma necessidade maior em garantir certa igualdade e condições reais de acesso e permanência desses jovens na universidade. Nessa perspectiva, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que desde a década de 1980 se preocupava com a assistência aos estudantes, passa a intensificar as discussões em busca da criação

de uma política de assistência estudantil, fato que se concretiza em 2007 com a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sob o governo do presidente petista, Lula (SOARES, 2011).

A partir de então, a luta passa a ser para tornar o programa uma política pública social. Considerando a política como “*uma proposta institucionalizada de solução de um problema central, orientada por uma concepção*” e programa como “*a solução dada a cada um dos problemas causais que explicam o problema central da política e que foram julgados cruciais por uma estratégia concebida para cercá-lo, enfrentá-lo e superá-lo*” (Lassance, 2021, p. 63).

Em outras palavras, a assistência aos estudantes deveria ser tratada como uma questão central na perspectiva do direito social e não como algo casual, afinal, pois jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica estariam sempre presentes nos espaços das universidades, logo, a urgência em institucionalizar uma política de atendimento a esses estudantes em situação de vulnerabilidade social (ALVES, 2003; SOARES, 2011).

É importante situar que a assistência aos estudantes já havia experienciado a face clientelista do Estado. Logo, não cabia mais reviver na incipiência de governos que não tinham como foco a democratização do ensino.

Dado isso que se instituiu a assistência estudantil por Decreto, justamente para garantir o direito dos estudantes em ter acesso a assistência social estudantil durante o curso de suas graduações e não mais como ações pontuais paternalistas.

Nessa via, é necessário a compreender melhor a forma como a assistência estudantil passou a ser implementada nas universidades e a partir daí como surgem os editais de seleção de bolsistas. E assim desvelar seu caráter *universal* ou *focalizador*.

2.3 O DECRETO Nº. 7.234/2010 E O SURGIMENTO DOS EDITAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Conforme retrata Teles (2015), desde as primeiras operações voltadas à assistência estudantil pelo Brasil, a UFAM já contava minimamente com a promoção dessa política. Inicialmente a instituição (na capital) dispunha de um Restaurante Universitário (R.U) e a Casa do Estudante.

A autora aponta ainda alguns departamentos no âmbito da universidade que tratavam sobre a assistência estudantil, como a

Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários Portaria nº. 125/85 que em 1987 foi transformada na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis Comunitários – PROCOMUN Portaria nº. 1334/87, cuja finalidade é assessorar a Reitoria na definição das linhas básicas da política de ação comunitária, planejando, supervisionando, coordenando e executando programas resultantes dessa definição, visando o bem-estar da comunidade universitária (TELES, 2015, p. 78).

A Pró-Reitoria era vinculada ao Departamento de Apoio ao Estudante (DAEST) e ao Departamento de Apoio ao Servidor (DAS) a tinha como objetivo “*organizar, supervisionar e coordenar a política de assistência voltada para servidores e estudantes*” (UFAM, 2022).

Apesar disso, segundo destaca Teles (2015), as ações acabavam tendo baixo alcance dada às demandas existentes na comunidade acadêmica. Somente o Restaurante e a Casa não respondiam mais as questões referentes as linhas básicas da política.

Diante disso, a instituição busca novas ações a fim de responder as demandas estudantis e nesse período também o país passava por muitas mudanças políticas e econômicas. A educação pública superior através do movimento social estava sendo remodelada e havia planos pelo Poder Público de destinar recursos especialmente para o estabelecimento de políticas de assistência estudantil nas universidades públicas federais.

Com isso, a Portaria Normativa nº. 39/2007 que inicialmente instituiu o PNAES versava que a assistência estudantil seria uma “*estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais*”, portanto, havia certa “*importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal*”.

O PNAES deixa de existir enquanto uma portaria normativa do Ministério da Educação em 2010 quando é criado o Decreto nº. 7.234 em julho do mesmo ano. O programa tem como objetivo:

Art. 2º: Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais de permanência e conclusão da educação superior;

- Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Como o programa visava combater os efeitos das desigualdades entre os estudantes nos âmbitos das universidades públicas federais houveram ações que deveriam ser instituídas para que esses jovens fossem localizados e pudessem acessar seu direito, daí surgem os editais de seleção da assistência estudantil nas instituições.

Isso porque a partir da normalização do programa enquanto política educacional passa-se a ter a disponibilização de verbas voltadas diretamente a assistência estudantil, desse modo, garantindo a consolidação efetiva da política nas universidades (TELES, 2015).

No que se refere as diretrizes e linhas de enfrentamento para esse público, o Plano Nacional de Assistência Estudantil delinea áreas estratégicas de atuação, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1: Áreas estratégicas de atuação em assistência estudantil

Áreas	Linhas temáticas
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - moradia - alimentação - saúde (física e mental) - transporte - creche - condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais
Desempenho acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - bolsa - estágios remunerados - ensino de línguas - inclusão digital - fomento à participação político-acadêmica - acompanhamento psicopedagógico
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer

Fonte: Plano Nacional da Assistência Estudantil (2007) - (*releitura*)

Já que o programa visa garantir o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior até a conclusão do curso de graduação, são as áreas acima

elencadas que precisam ser trabalhadas no programa. Afinal, conforme apresenta FONAPRACE⁹ (2007):

A Política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida,¹ [...] agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras

Nessa direção, consoante art. 4, parágrafo único do Decreto n. 7.234/2010:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.” (BRASIL, 2010)

Desse modo, a partir do PNAES é possível instituir programas ou projetos de assistência estudantil voltados a: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte e creche, dos quais podem ser concorridos por meio de editais de seleção, por exemplo.

Nesse ínterim, com base nas indicações do Plano Nacional de Assistência Estudantil, inicialmente, pode-se destacar a criação do Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação, o qual objetivava promover a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade.

O programa surgiu em 2006 a fim de atender estudantes do PROUNI que tinham a carga horária de estudos alta e por conta disso, não conseguiriam conciliar o horário de estudo com trabalho. A bolsa era de R\$300,00 e era destinada exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade e deveria auxiliar em gastos como alimentação, material acadêmico-didático e transporte (BRASIL, 2010).

No ICSEZ, o programa se instituiu por meio da Portaria nº. 1.166/2007 que *“considerando a necessidade de garantir a permanência de alunos em situação socioeconômica vulnerável vinculados a cursos de graduação permanentes das Unidades Acadêmicas de Benjamim Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins”*.

⁹ Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

De acordo com Soares (2011), no ICSEZ/UFAM, o PNAES não tinha o caráter de Plano ou Decreto, era apenas uma portaria instituída por um governo, ou seja, não tinha estabilidade, tão pouco garantia de continuidade.

A autora acrescenta ainda que o programa foi instituído somente nas unidades acadêmicas da UFAM nos municípios fora da sede, visto que a capital já contava com o restaurante universitário, casa do estudante e transporte coletivo de custo baixo, e como o programa visava subsidiar tais questões, a sede não estava apta a receber o programa. Como as unidades dos interiores não tinham acesso a nenhuma política de assistência, o programa foi direcionado a elas com fins de minimizar as situações de desigualdades entre os estudantes.

Nessa direção, a UFAM passou a estruturar outros programas relacionados à assistência estudantil a fim de garantir a efetividade da política bem como responder as demandas estudantis que se intensificavam ano a ano.

Abaixo o quadro com algumas ações da Assistência Estudantil da UFAM, conforme PROCOMUN de 2015:

Quadro 2: Ações de assistência estudantil da Ufam período de 2007 a 2015.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL UFAM (2007-2015)	
AÇÃO/PROGRAMA	FINALIDADE/OBJETIVO
Programa Bolsa Trabalho	O Programa foi instituído na Ufam, por meio da Portaria Nº 387/2007 de 26 de fevereiro de 2007 e, alterado e consolidado pela Portaria Nº 598/2010 de 17 de março de 2010 com a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos alunos regularmente matriculados em curso de graduação dessa Universidade, principalmente aqueles em situação socioeconômica vulnerável.
Programa Bolsa Permanência	O Programa foi instituído na Ufam, por meio da Portaria Nº 1.166 de 27 de junho de 2007 com a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos alunos em situação socioeconômica vulnerável regularmente matriculados em cursos de graduação das Unidades Acadêmicas de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins.
Programa PECTEC	O Programa de apoio à participação de discentes de graduação em eventos científicos, tecnológicos e culturais - PECTEC, regulamentado pela Resolução 007/2012 de 15 de março de 2012, objetiva incentivar os discentes de graduação da UFAM a participarem de eventos científicos, facilitando, assim, sua integração com outras IES brasileiras e incentivando a produção científica.
Transporte Coletivo	Acompanhar o serviço do Transporte Coletivo a fim de melhor atender aos usuários que se deslocam de várias zonas desta cidade ao Campus Universitário.
Cartão Passa Fácil	Validar o cadastro dos alunos da UFAM junto à Sistema Municipal de Transporte Urbano - SMTU.

Moradia Estudantil	Assegurar alojamento e alimentação aos estudantes da Universidade Federal do Amazonas, de ambos os sexos, oriundos do interior do Estado do Amazonas, de outros Estados do Brasil e também de outros países, conforme previsto na legislação vigente, que define o ingresso por meio de processo seletivo, desde que estejam regularmente matriculados em um dos cursos de graduação.
Apoio aos Alunos com Deficiência	Disponibilizar aos discentes de graduação regularmente matriculados na UFAM monitoria e recursos materiais que os auxiliem na vida acadêmica
Monitoramento das condições socioeconômicas de discentes da UFAM	Monitorar as condições socioeconômicas dos discentes que ingressam na Universidade Federal do Amazonas.
Restaurante Universitário	Visa assegurar alimentação subsidiada aos estudantes que frequentam a universidade (Café da Manhã, almoço, janta).
Auxílio Moradia	O Programa Auxílio Moradia foi instituído na Ufam por meio da Portaria Nº 0315/2013. Destina-se a apoiar discente que se encontre em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente oriundo de outras cidades do interior do Estado do Amazonas, que comprove, até a data de inscrição do processo seletivo de ingresso na Ufam, não residir na cidade do campus onde irá cursar a graduação.
Jogos Universitários	Realização dos Jogos Universitários com a participação de cerca de 300 alunos dos Institutos e apoio na participação dos jogos municipais e estaduais, brasileiros e ligas, com desembolso anual de CR\$ 350.000,00.
Programa Bolsa Acadêmica	O Programa visa conceder auxílio financeiro a discentes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UFAM, com o objetivo de custear despesas com alimentação, transporte e material didático-pedagógico, visando à promoção de sua permanência na UFAM. Além das possibilidades de formação acadêmica de seus discentes por meio da participação em projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação.

Fonte: PROCOMUN, 2015.

Todos os programas e as ações de assistência estudantil da Ufam acima descritos voltam-se aos estudantes que cursam a graduação em formato presencial e cada um conta com critérios e disposições para que o estudante tenha acesso. Semestralmente são divulgados editais de inscrição para concorrer às bolsas de concessão financeira.

No ICSEZ, os primeiros programas de assistência estudantil implementados foram o Programa Bolsa Trabalho (PBT), depois o Programa Bolsa Permanência (PBP), segundo dados coletados em pesquisa documental no setor da Divisão de Serviço Social da instituição.

Também foram encontrados nos registros físicos da DSS:

- Auxílio Assistência Estudantil (2014), que objetivava conceder auxílio financeiro de R\$300,00 a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para o custeio de despesas com moradia, alimentação, transporte e material didático-pedagógico (EDITAL Nº. 001/2014).
- Auxílio Acadêmico e Moradia (2017 e 2018), que teve como objetivo conceder auxílio financeiro de R\$300,00 a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para custeio de despesas com moradia, alimentação, transporte e material didático-pedagógico (EDITAL Nº.001/2017 e EDITAL Nº. 001/2018).
- Auxílio PECTEC¹⁰ (2019), o qual era é destinado ao custeio de passagens aéreas, fluvial ou terrestres de eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais com a finalidade de apresentação de trabalhos a nível regional/nacional; eventos universitários desportivos e esportivos com fins de representar oficialmente a universidade em competições; representação da universidade oficial em eventos culturais; ajuda de custo para aquisição de equipamentos em eventos como JUFAM ou Festival Folclórico da Ufam (EDITAL Nº.021/2019).
- Auxílio MATDAC¹¹ (2019), com bolsa-auxílio no valor de R\$3.000,00, destinado a compra de materiais de alto custo e obrigatórios nas disciplinas praticas curriculares dos cursos de Artes Visuais e Educação Física (EDITAL Nº. 022/2019).
- Auxílio Creche (2019), com bolsa de R\$300,00, destinado a discentes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que necessitem de subsídios financeiros para custear gastos referentes a manutenção de cuidador ou creche para filhos(as) menos de 06 anos de idade (EDITAL Nº. 023/2019).

¹⁰ Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos, Tecnológicos, Esportivos e Culturais

¹¹ Auxílio Material Didático de Alto Custo

Com relação ao Programa Bolsa Trabalho, o programa foi instituído por meio da Portaria nº 387/2007 e, alterado e consolidado pela Portaria nº 598/2010 com a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos alunos regularmente matriculados em curso de graduação dessa Universidade, principalmente aqueles em situação socioeconômica vulnerável (UFAM, 2022).

O Programa Bolsa Permanência iniciou no ano de 2006 através do Ministério da Educação e visava atender estudantes do PROUNI e consistia na transferência de R\$100,00 em vista de garantir a permanência de estudantes pela impossibilidade de conciliação de trabalho e estudos, conforme resume Soares (2011).

Segundo aponta a autora, no instituto, o PBP foi instituído pela Portaria nº. 1.166/2007, o qual considerava “*a necessidade de garantir a permanência de alunos em situação socioeconômica vulnerável vinculados a cursos de graduação permanentes das Unidades Acadêmicas de Benjamim Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins*”.

Ressalta-se que o PBP foi direcionado somente aos campi descritos na Portaria, justamente para atender as demandas e necessidades para o funcionamento dos institutos, diferentemente do PBT, o qual também era implementado na unidade sede.

Desse modo, segundo se estabelecem os editais, para se tornar bolsista nos programas de assistência estudantil, os graduandos precisam atender à alguns critérios, dentre eles ao quesito de vulnerabilidade socioeconômica, conforme dispõe o próprio decreto que institui a assistência estudantil nas universidades.

Nesse sentido, buscando estabelecer relação com essa análise, a partir da pesquisa documental, elencamos algumas categorias que podem ser avaliadas durante o processo de análise socioeconômica, o qual recai como demanda de trabalho das assistentes sociais.

2.3.1 Categorias de análise documental

Os editais de auxílio de assistência estudantil atualmente contam com cerca de 18 itens que versam desde as disposições gerais sob o que se objetiva o edital até os requisitos de permanência do estudante nos auxílios.

Todas as informações contidas nos editais detalham o processo de inscrição e indicam como ocorrem os processos de avaliação para a seleção consoante as informações prestadas e comprovadas via documentação apresentada.

Desse modo, extraímos dos editais 09 itens com a finalidade de auxiliar no processo de análise e discussão da atuação profissional do/a assistente social. Algumas categorias são essenciais para a discussão e outras surgem como complementares, todavia, não descartáveis.

Quadro 3: Categorias de análise nos editais de auxílios estudantis

CLASSE	OBJETO
Nome do edital	Identifica de qual edital se trata
Número do edital	Evidencia o ano em que o edital foi proposto
Objetivo	Indica qual a finalidade do edital
Público-alvo	Indica a qual público se destina
Critérios de seleção	Apresenta a que critérios o estudante precisa responder para participar
Procedimentos de análise	Indica os processos de avaliação das inscrições
Quantidade de vagas	Sinaliza a quantidade de vagas disponíveis em cada edital
Valor da bolsa	Apresenta o valor subsidiado pelo auxílio
Requisito para permanência	Designar as regras que o estudante precisa cumprir para continuar sendo beneficiário da política

Fonte: autora, 2023.

A partir do que se indica o PNAES, o quadro acima apresenta categorias que buscam configurar o perfil dos discentes prováveis beneficiários. Somado a isso, determina quais indicadores os estudantes precisam responder nos processos de análise de inscrição nos editais.

Ressalta-se que as análises de inscrição ocorrem exclusivamente por meio da análise de documentos via e-campus.

Partindo do exposto, precisamos pontuar que os processos de acesso aos programas não prescindem a atuação profissional de assistentes sociais.

2.3.1.1 Acesso aos programas: inscrição e condições

Para participar dos programas, o estudante deve: *“estar matriculado e frequentando curso de graduação da UFAM; pertencer a família em situação socioeconômica vulnerável; não ter vínculo empregatício; não ser beneficiário de outra modalidade de bolsa durante a vigência do programa”* (Edital Programa Bolsa Permanência, 2008).

O critério acima é básico para todos os auxílios conforme atesta o art. 5º do Decreto n. 7.234/2010 do PNAES.

Corroborando o que dispõe o decreto, Teles (2015, p. 83) afirma,

é necessário que o aluno possua renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Para ter direito à concessão de assistência, em qualquer modalidade, é necessário também que o aluno esteja regularmente matriculado, e frequentando de forma regular, um dos cursos de graduação oferecidos pela instituição, cursando no mínimo 15 créditos em disciplinas oferecidas, exceto no último período do curso” (TELES, 2015, p. 83).

Desse modo, conforme assinalamos inicialmente, os auxílios estudantis da UFAM são direcionados exclusivamente aos estudantes regularmente matriculados e frequentantes dos cursos de graduação presencial.

Diferentemente das políticas públicas sociais em que o requisito é exclusivamente o usuário possuir o perfil socioeconômico estabelecido na política. Para concorrer a seleção nos editais de assistência estudantil, o estudante deve, além de ter o perfil socioeconômico estabelecido pelo programa, cursar um dos cursos presenciais na UFAM.

Desse modo, semestralmente o estudante deve, não só realizar a matrícula nas disciplinas ofertadas em seu curso de graduação como também precisa ter aproveitamento dessas disciplinas e não obter histórico de reprovação.

2.3.1.2 Acesso aos programas: análise acadêmica e socioeconômica

Conforme consta em um Edital do Programa Bolsa Permanência do ano de 2008, as análises de inscrição são realizadas em duas etapas simultâneas, as análises acadêmica e socioeconômica.

Na primeira, é realizada a análise de documentos de natureza acadêmica que comprovem regularidade na matrícula e coeficiente de aproveitamento mínimo do curso (EDITAL BOLSA PERMANÊNCIA 2008).

Na segunda é realizada a análise da documentação apresentada na inscrição que comprove as condições de vulnerabilidade socioeconômica do candidato e também uma entrevista com a finalidade de apurar a condição de vulnerabilidade

socioeconômica declarada e deve ser realizada por assistente social (EDITAL BOLSA PERMANÊNCIA 2008).

Com relação a segunda forma de análise de inscrição, cabe ressaltar conforme Soares (2011), o ICSEZ enfrentava grandes dificuldades à época da implementação da política de assistência estudantil na instituição, a vistas de que, o formato de seleção dos auxílios necessitava do trabalho técnico de assistente social e até então não se tinha um/a profissional na instituição. Esse aspecto será melhor tratado no próximo capítulo desse estudo.

Segunda aponta a autora, todo o processo de inscrição consistia na divulgação do edital físico nas dependências da instituição e posterior recolhimento dos documentos solicitados via edital. Todo o processo de seleção era realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PROCOMUN), a qual encaminhava uma assistente social da Sede em Manaus para realizar a análise e seleção dos bolsistas do programa no ICSEZ em Parintins-AM.

A ausência de profissionais na instituição acompanha o déficit no planejamento do próprio governo federal à época da criação do REUNI. A situação se agrava no ano de 2011 com a criação da Portaria nº. 39/2011 da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no governo da Presidenta Dilma, a qual suspendia

por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para a realização de concursos públicos e de autorização para pavimento de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional publicadas até a presente data

Tal feito inclusive foi fator determinante para instaurar uma série de reivindicações de estudantes, docentes e técnicos por todo o país, ressaltando ainda, segundo relembra Soares (2011) a paralisação das atividades no ICSEZ no mesmo ano.

2.3.1.3 Acesso aos programas: ausência de técnicos

Diante disso, cumpre apontar que a ausência de profissionais na instituição externa as falhas existentes na organização e elaboração de programas e projeto - *ou falta de*, e revela a precariedade que acompanhou o processo de expansão do ensino superior pelo Brasil e em seguida a tentativa de responder às demandas socioassistenciais estudantis.

Nesse sentido, os processos de implementação da política de assistência estudantil foram gravemente prejudicados. Afinal, uma vez criada uma política, conforme aponta Walt (1994), há uma necessidade do apoio técnico em seu processo de operacionalização.

É possível apontar que a implementação do PNAES no ICSEZ foi permeada de inúmeros desafios, haja vista que a política não contava com monitoramento e nem avaliação contínua em virtude da ausência de profissional técnico capacitado para a função.

Nessa perspectiva, não é somente criar uma política de assistência aos estudantes, é preciso que sua efetividade seja real. É inconteste que a criação de auxílios estudantis foi uma grande conquista para a garantia da permanência de muitos estudantes nos cursos de graduação, contudo, é fundamental garantir a qualidade na efetivação dessa política.

Por outro lado, apesar dos déficits iniciais, algumas alterações foram realizadas no âmbito da política de assistência estudantil no ICSEZ, primeiro pela contratação de profissional técnico da área do Serviço Social, posteriormente à reconfiguração dos auxílios estudantis, a alteração no procedimento de inscrição, que atualmente ocorre pelo portal do aluno, *e-campus*.

Com relação a última alteração citada, cabe destacar duas perspectivas sobre, se por um lado otimizou o processo de inscrição e análise, por outro, caminhou para intensificar a vulnerabilidade digital persistente em Parintins/AM e não garantir o acesso a política pelos estudantes.

Partindo do viés que em Parintins há grandes dificuldades com relação ao acesso à internet, a modernização no sistema de inscrição dos auxílios culminou na exclusão de muitos discentes que não possuem o acesso a uma boa rede de conexão. Em outro lado, também robotizou o trabalho do assistente social nos processos de análise socioeconômica.

Nessa perspectiva, chegamos a um ponto nuclear desse estudo, como se dá a atuação profissional de assistentes sociais na implementação do PNAES no ICSEZ, aspecto que será tratado no próximo capítulo.

Para finalizar esse capítulo, trataremos sobre 04 auxílios estudantis em vigência e sua relação com a atuação da/o assistente social a partir de entrevistas com beneficiários da política de assistência estudantil do ICSEZ.

2.3.2 Auxílio acadêmico

Conforme dispõe o Decreto nº. 7.234/2010, art. 1º, o PNAES é voltado a “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Partindo dessa perspectiva, o auxílio acadêmico visa conceder o benefício a fim de *“ampliar e democratizar as condições de permanência dos discentes da UFAM e destina-se a apoiar o estudante que se encontre em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a custear parcialmente gastos com transporte público municipal urbano ou alternativo e material didático pedagógico”* (EDITAL Nº. 024/2022).

1 - Estar regularmente matriculado (a) no semestre letivo 2021/2 no ato da inscrição e no semestre letivo 2022/1 no ato da implementação, em no mínimo 02 (duas) disciplinas da matriz curricular de seu curso de graduação regular presencial desta Universidade (Campus Parintins);

2 - Comprovar renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo nacional vigente por meio de documentação própria exigida no Anexo 01 deste Edital;

3 - Não ter concluído nenhum outro curso superior de graduação, devendo o/a estudante autodeclarar, assinalando no espaço específico no ato da inscrição;

4 - Não ter ultrapassado dois semestres do tempo mínimo regulamentar para integralização do curso de graduação em que estiver matriculado. Salvo em situações devidamente comprovadas relacionadas a doenças graves e/ou considerando o período em que o discente não recebeu atendimento no regime de exercício domiciliar e/ou em virtude de alterações na estrutura curricular e seu curso de graduação.

O auxílio atualmente dispõe de 300 vagas para todos os estudantes dos sete cursos de graduação presencial do ICSEZ. O valor da bolsa-auxílio é R\$400,00, o qual, conforme previsto em edital, é dividido em R\$100,00 para custear gastos com transporte e R\$300,00 para custeio de gastos com material didático.

Do mesmo modo como eram realizadas as análises dos primeiros editais de assistência estudantil, no edital supracitado ainda ocorre do mesmo modo, a diferença está no processo, o qual ocorre por meio do *e-campus* e na existência de uma profissional assistente social na instituição.

Como citado anteriormente, as análises consistem em acadêmica e socioeconômica. A análise acadêmica verifica os documentos de natureza acadêmica que comprovem regularidade na matrícula previstos nos itens **1, 3 e 4** descritos acima e é realizada por Técnico em Assuntos Educacionais da instituição. A análise socioeconômica verifica-se se o (a) candidato (a) atende aos critérios estabelecidos no item **2** e será realizada por Assistente Social do ICSEZ/UFAM.

A análise considera como critérios relevantes: a Renda Familiar Bruta per capita (RFBPC); a forma de ingresso (FI), procedência escolar do estudante (PEE); a situação de moradia do (a) estudante (SME) e a Situação de Deficiência e/ou Agravos em Saúde – doenças com agravo permanente do discente e/ou familiar (SDAS), Situação Agravante de Vulnerabilidade (SAV) - (avaliação realizada pelo profissional Assistente Social).

Nos processos de análise de inscrição dos auxílios, o que nos cabe como objeto de estudo é a análise socioeconômica, tendo em vista o objeto de investigação proposto aqui e o instrumento de trabalho de assistente social no âmbito dos editais de auxílios estudantis da política de assistência estudantil.

Nessa perspectiva, a partir das entrevistas pretende-se estabelecer uma relação entre a atuação profissional da assistente social da instituição e o processo de inscrição dos discentes nos auxílios. Levando em consideração tanto os instrumentos que preveem a atuação de assistente social na política de educação quanto teorias científicas que versam sobre a atuação profissional na política de assistência estudantil, bem como os marcos que regulamentam a profissão.

Ressaltamos ainda, cada edital a ser discutido nesse estudo conta com diferente discente beneficiário, tal procedimento visa trazer uma maior discussão sobre os aspectos a serem abordados¹².

A/o primeira/o participante é do sexo feminino, tem 26 anos de idade, cursa Serviço Social e ingressou no curso no ano de 2016. Durante o decorrer da pesquisa denominaremos a participante pelo codinome de **Sol**.

O processo de entrevista é dividido em duas etapas, na primeira é verificado como se deu o contato de **Sol** com o auxílio em questão, posteriormente qual a percepção sobre a atuação profissional da assistente social na implementação da política de assistência estudantil no ICSEZ.

¹² As denominações nominais dos participantes entrevistados nesse estudo fazem referência a natureza: **Sol, Lua, Estrela e Mar** e teve como finalidade resguardar o sigilo dos participantes.

Inicialmente, precisamos identificar como se dá a socialização de informações sobre os auxílios na instituição, levando em consideração que a Universidade estabelece que deve haver uma ampla divulgação e publicação dos editais.

Nessa direção, perguntamos a **Sol** *“como ficou sabendo sobre o auxílio?”*

Bom, a primeira vez que eu soube foi assim que eu entrei na faculdade em 2016 e através de colegas, né? Pelos corredores eu acabei sabendo que a universidade oferecia auxílios e a gente poderia se inscrever. Só que naquela época a divisão não era assim, como eu posso dizer, ela não dava tanto suporte pra gente como é hoje em dia, por exemplo, a gente só sabia que existia um auxílio, mas a gente não sabia de que forma fazer inscrição, que documentação procurava¹³

Em seguida perguntamos *“como se deu o processo de inscrição no auxílio?”*

Eu lembro que na época a gente pegou um papelzinho que era só o que precisava, mas não dizia assim, você insere isso, você insere aquilo, você conta isso, conta aquilo, porque como a gente sabe é todo um processo. E nesse processo, pra gente tentar passar, porque são poucas vagas, a gente precisa saber se escrever de uma forma correta, porque isso conta também¹⁴

A partir do que relata **Sol**, podemos evocar a discussão que inicialmente trouxemos com Soares (2011), o processo de implementação do PNAES no ICSEZ foi permeado por dificuldades estruturais, com isso, é possível visualizar a partir das declarações acima como essas fragilidades atingiram os discentes.

Com isso, não há como indicar um único responsável para toda a questão, quando falamos que houveram e há dificuldades estruturais, estamos localizando a instituição dentro do próprio sistema capitalista. Seja na fragilidade da aplicabilidade das políticas de modo geral, seja na precarização das condições de trabalho do funcionalismo público federal. Aponta também a necessidade de democratização da informação e a criação de múltiplos canais de comunicação para que torne mais ampla a possibilidade de acesso dos discentes aos programas.

Quando **Sol** afirma em sua fala que *“ela não dava tanto suporte pra gente como é hoje em dia”*, a discente retrata com base no cotidiano a situação de precarização do trabalho profissional que já havia em 2016 e como isso refletia no agir profissional na instituição.

¹³ Informação verbal cedida por meio de entrevista por Sol, em pesquisa de campo, no ano de 2023

¹⁴ Informação verbal cedida por meio de entrevista por Sol, em pesquisa de campo, no ano de 2023

Conforme apontou Soares (2011), inicialmente o ICSEZ não contava com um/a profissional assistente social, com isso, pode-se afirmar que quando a instituição passa a contar com essa profissional em seu corpo de funcionários, a demanda recebida triplica, sem contar com a própria estrutura física que a autora também aponta ter sido quase inexistente por volta do ano de 2007.

Nesse sentido, Soares destaca que além de ser somente uma assistente social na instituição para responder à todas as demandas, a profissional não contava com o espaço físico adequado para o atendimento aos discentes e demais usuários.

Além disso, a alta demanda de atendimento e a conseguinte precarização das condições de trabalho da assistente social que afetam não só o profissional, mas o usuário das políticas, pode ser percebida na seguinte declaração de **Sol**: *“Bom, a primeira vez que eu soube foi assim que eu entrei na faculdade em 2016 e **através de colegas, né? Pelos corredores** eu acabei sabendo que a universidade oferecia auxílios e a gente poderia se inscrever.”*

Dentro dessa perspectiva aponta-se também a própria desorganização institucional quanto ao fornecimento de informações sobre os editais de auxílios aos discentes.

Considerando ainda que a universidade prevê em resolução a publicização das informações em vias públicas, percebe-se uma grande problemática quanto as estratégias criadas para que o acesso aos programas seja amplo.

Do mesmo modo, percebe-se que a falta de canais de comunicação eficazes pela instituição acaba por direcionar a responsabilidade da falta de informações a assistente social quando na verdade esse aspecto nem se configura como atribuição da profissional no âmbito da política.

2.3.3 Auxílio Creche

Segundo dispõe o art. 3º do PNAES, as ações de assistência estudantil podem ser desenvolvidas em diversas áreas, dentre elas, dispõe da possibilidade de implementação da assistência à creche. No ICSEZ, a primeira vez que o auxílio creche foi implementado data o ano de 2019, exatos 09 anos após instituição do PNAES.

O Auxílio Creche é destinado a discentes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que necessitem de subsídios financeiros para

custear gastos referentes a manutenção de cuidador ou creche para filhos(as) menores de 06 anos de idade, contribuindo para diminuição do índice de evasão desses estudantes, diretamente influenciada pela condição de maternidade ou paternidade durante o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas (EDITAL Nº. 016/2022).

A bolsa-auxílio é no valor de R\$300,00 e conta com 300 vagas totais. A análise de inscrição atualmente ocorre do mesmo formato em todos os auxílios vigentes.

Conforme estabelece o PNAES, em seu art. 2º, inciso III, o programa objetiva “*reduzir as taxas de retenção e evasão*” dos estudantes. Haja vista que conforme aponta Dimenstein (2009) e Motta (2009), a gravidez, muitas vezes, acaba limitando o desenvolvimento de forma dramática nas oportunidades educacionais, econômicas e sociais de um indivíduo. Isso porque, socialmente, a maternidade e/ou paternidade advinda ante uma estabilidade financeira é vista como um grande problema.

Desse modo, o auxílio pode (ou não) minimizar os efeitos sociais que atingem mães e pais estudantes. Afinal, é possível que o valor não dê conta de responder as demandas apresentadas no ser responsável legal por um/a criança.

Partindo desse viés, as implicações negativas impostas aos estudantes pais e mães culminam, na maioria das vezes, na desistência desse estudante do curso de graduação. Diversos são os fatores que implicam para a evasão, uma delas está na ausência de uma rede de apoio.

Desse modo, a política de assistência estudantil, no âmbito do auxílio creche, visa minimizar as desigualdades e os impactos econômicos e sociais que afligem esses estudantes pais e mães.

Para torna-se beneficiário/a do auxílio, o/a estudante precisa responder à alguns requisitos previstos em edital:

- 1 - estar matriculado em todas as disciplinas ofertadas no período letivo;
- 2 - não ter ultrapassado o tempo mínimo para integralização do curso;
- 3 - não ter concluído outro curso de graduação;
- 4 - não ser discente proveniente de mobilidade estudantil;
- 5 - comprovar ser responsável legal da criança apresentando documento equivalente;
- 6 - não receber nenhum outro tipo de auxílio creche ou equivalente; e

7 - comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Conforme discute Reis (2023), a permanência na universidade para mães discentes é permeada de desafios, seja pela sobrecarga de rotinas seja pela ausência de estruturas nas universidades para receber as crianças.

Nessa direção, o auxílio creche enquanto uma política que visa minimizar o índice de evasão de estudantes mães/pais tem sido ao longo dos anos a única forma institucionalizada nessa direção.

Para discutimos sobre o papel desse auxílio na vida dos/as discentes e a sua relação com a atuação de assistente social no âmbito dessa política, apresentaremos recortes de entrevista realizada com uma mãe discente beneficiária da política.

A mãe-discente beneficiária tem 23 anos de idade, tem uma filha de 05 anos de idade, cursa Serviço Social e ingressou no curso no ano de 2018. Nesse estudo, terá a denominação de **Lua**.

A princípio buscamos identificar como **Lua** ficou sabendo sobre o auxílio creche e como se deu o processo de inscrição,

Eu fiquei sabendo tanto do auxílio acadêmico quanto do auxílio creche através da publicação do edital, porque antes disso eu não sabia, não tinha contato sobre esses auxílios de estudante. No processo de inscrição eu tive muita dificuldade por conta da internet e por não ter um celular, até o momento, adequado para que eu conseguisse fazer a inscrição. Por conta disso, eu precisei fazer na Lan house¹⁵

A declaração de **Lua** rememora o que apontamos anteriormente com Lassance (2021), Soares (2011), Silva (2014), Teles (2015) e Cardoso, Santos e Weil (2016) ao discutirmos sobre as condições de expansão do REUNI, as fragilidades que atingem a efetividade da política de assistência estudantil, a insuficiência de recursos humanos e físicos no ICSEZ e a forma como as políticas públicas sociais não possuem um planejamento integral que possibilite o acesso de fato.

Isso pois, quando Soares aponta que o ICSEZ, em 2011, pouco contava com recursos físicos para responder às demandas, a declaração da discente mostra, ao dizer que precisou ir a uma *lan house*, que em 2023 esse problema persiste na instituição. Ainda que a instituição conte com computadores em sua biblioteca, estes aparelhos não possuem o acesso à internet e levando em consideração que a

¹⁵ Informação verbal cedida por meio de entrevista por Lua, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

inscrição nos auxílios ocorre via portal *e-campus* há uma grande déficit quanto a efetividade da política na instituição.

Desse modo, precisamos questionar se a política de fato tem sido efetiva no ICSEZ e para além disso, investigar como o Estado tem procurado sanar as fragilidades que acompanham à implantação do REUNI nas universidades (SILVA, 2014).

Por outro lado, é possível apontar que há uma tentativa das instituições em minimizar os efeitos das precarizações que as atingem. Esses esforços partem dos próprios servidores, aos quais estão ali na ponta do atendimento e prestação de serviços pela universidade.

Não há como romantizar o esforço dos servidores e escamotear as dificuldades. A precarização que atinge a universidade, ainda que nitidamente não se apresente com prejuízo a totalidade, atinge a totalidade e o prejuízo chega primeiro a quem está na base, os estudantes e os servidores.

2.3.4 Auxílio Residência Universitária – RUNI

O ICSEZ/UFAM até o primeiro semestre do ano de 2018 não contava com uma Residência Universitária (RUNI) para atender os estudantes oriundos de outros locais fora de Parintins/AM. A RUNI foi uma conquista do movimento estudantil organizado do ICSEZ, o qual ocupou por quase uma semana o local que hoje residem cerca de 90 discentes de graduação. Atualmente a residência conta com mais de 120 vagas distribuídas em apartamentos estruturados para receber até 03 discentes.

Nesse sentido, evocamos o que discutimos a priori, não é só criar uma política, ela precisa ser efetivada e acessada por seus usuários. Com isso, ressalta-se mais uma vez que o acesso efetivo a política de moradia somente foi possível devido as pressões estudantis.

Anteriormente a construção da RUNI, os estudantes contavam apenas com o Auxílio Moradia que dispunha somente de 120 vagas e uma bolsa-auxílio no valor de R\$300,00, o qual além do custeio de um local para morar, o valor deveria cobrir também gastos com alimentação, transporte e material didático-pedagógico (EDITAL Nº. 001/2017).

Com base nisso, percebe-se grande disparidade entre a demanda e a possibilidade de resposta, afinal, a política de assistência estudantil deve conforme

art. 2º, inciso II: “minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior”.

Isso posto, a partir do segundo semestre de 2018, há a efetiva entrega da RUNI aos estudantes enquanto política de assistência estudantil. O Auxílio Residência Universitária objetiva:

conceder o benefício visando ampliar e democratizar as condições de permanência dos discentes da UFAM. Visa à seleção de estudantes para acesso, de caráter pessoal e intransferível, à moradia estudantil através de ocupação de vaga na Residência Universitária - RUNI assim como para benefício pecuniário denominado Auxílio RUNI no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), de caráter pessoal e intransferível, para despesas com alimentação aos finais de semana e feriados. É destinado ao discente que se encontre em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que passou a residir na cidade do campus exclusivamente para cursar graduação na UFAM e que mantenha a condição de inquilinato mesmo em compartilhamento de aluguel devidamente comprovado ou que residam no momento da inscrição na residência Universitária (EDITAL Nº. 025/2022).

Destaca-se a especificidade do auxílio RUNI o qual é destinado somente aos discentes que comprovem que passaram a residir na cidade do campus exclusivamente para cursar graduação na UFAM, mediante preenchimento da Declaração de Moradia e documentos discriminados para referida declaração.

O processo de inscrição no auxílio RUNI segue o mesmo fluxo dos demais auxílios existentes na instituição, exceto pela diferença na comprovação de moradia. Apesar disso, é preciso ressaltar a dificuldade que os discentes recém-chegados na instituição possuem em compreender o que se pede o edital, muito disso é reflexo do próprio sistema educacional vigente somado a burocracia que acompanha o escrito dos editais.

Nesse sentido, conforme declara **Estrela**,

apesar de ter as assistentes sociais, não tinha como ter todas as informações com ela, porque elas chamam muita coisa. Também porque eu estava recém-chegada no campus e eu não sabia muita coisa, sabe? Eu não tinha conhecimento e como eu sou de outro município, eu não conhecia muitas pessoas, eu não conhecia ninguém, para falar a verdade. Então, eu não conseguia falar com muitas pessoas sobre as minhas dúvidas. Mas eu li o edital, que era bem confuso, e eu lembro que na época tinha alguém de um outro curso, se eu não me engano, de administração, que ajudou alguns alunos. E aí eu tinha um único conhecido que fazia administração, me passou as coisas que essa pessoa passou para ele. Então, me ajudou na inscrição. E nesse ano eu consegui me inscrever no auxílio, o que foi bom, porque como

eu já falei, eu era de outro município e eu não tinha renda nem nada e nem o auxílio aqui¹⁶

A partir da declaração acima, destacamos a falta de canais de comunicação eficazes na instituição, esse não é um problema novo e conseqüentemente impacta diretamente na efetividade da política na instituição, mas o que fazer?

É como apontou Lassance, não é só criar uma política, ela precisa ser efetivada e para isso é necessário criar mecanismos e instrumentos suficientemente capazes de garantir isso. Seja na contratação de mais profissionais capacitados seja no subsídio de recursos materiais para que os profissionais existentes consigam agir de forma a garantir o acesso a política.

Não adianta individualizar a culpa aos profissionais, diante do grave sucateamento que enfrentam os trabalhadores públicos federais, considera-se positivo que pelo ao menos as implementações das políticas estejam sendo realizadas.

Não obstante, destaca-se, não há como trabalhar exitosamente sem recursos, haverá lacunas na atuação, na intervenção e na investigação, mas a responsabilidade não é particular e nem profissional, é sistêmica.

Nessa direção, os profissionais tem buscado, dentro das responsabilidades e condições reais dadas responder às demandas institucionais, como pode ser percebido a seguir,

Como eu já havia dito, em 2018 a gente teve reunião, eu lembro que teve algumas reuniões para tratar sobre algumas questões dos auxílios. Só que nem todas as perguntas conseguiam ser respondidas, porque era muita gente, era muita gente. Inclusive, na época, as assistentes sociais atendiam na sala delas, algumas pessoas mais. Eram filas gigantescos e não dava para atender a todo mundo. E no segundo edital, eu não me lembro de ter tido reunião. Acredito que teve só uma reunião inaugural, só para falar que o auxílio estava aberto, etc. Para terem cuidado com a documentação e que agora a documentação, e que é no momento, em 2019, essa documentação seria enviada via E-campus. Foi quando inaugurou essa questão do E-campus¹⁷

Com isso, não há como não lembrar dos apontamentos auferidos por Soares, o passar dos anos as demandas institucionais das assistentes sociais do ICSEZ só tendiam a aumentar, visto que, expandiu-se as formas de acesso a universidade e o

¹⁶ Informação verbal cedida por meio de entrevista por Estrela, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

¹⁷ Informação verbal cedida por meio de entrevista por Estrela, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

novo sistema de inscrição nos auxílios tornou-se menos demorado. Desse modo, triplicando as demandas já afogadas, nesse processo ainda há as ausências de recursos materiais, o que dificulta ainda mais a atuação das assistentes sociais na instituição.

Outro fator que pode ser levantado para discutir sobre a precarização nas condições de trabalho se dá ao próprio acesso a rede de internet. O campus não possui uma internet de qualidade, assim como toda Parintins, nessa direção, pontua-se que atualmente todos os processos relacionados a atuação profissional, seja o envio de um simples ofício, se dá por meio da internet ou por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Logo as deficiências materiais impactam arduamente nos processos de trabalho aos quais são requisitadas a assistente social, o que prejudica desde a efetivação do acesso a um direito quanto ao próprio estabelecimento de uma rede de apoio com profissionais de outros campis.

2.3.5 Programa Bolsa Permanência

A partir do Decreto nº. 7.234/2010 criam-se diversas formas de promover a política de assistência estudantil no âmbito da educação pública superior no Brasil. Considerando a Lei nº. 5.537/1968¹⁸, o Decreto nº. 7.234/2010, a Lei nº. 12.711/2010¹⁹, a Lei nº. 12.801/2013²⁰ e o Decreto nº. 7.824/2012²¹, o Ministério da Educação cria o Programa Bolsa Permanência (PBP) através da Portaria nº. 389 em 2013.

Assim como prevê o PNAES, o PBP é destinado “à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2013) e tem por objetivo, consoante art. 3º:

¹⁸ Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP).

¹⁹ Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

²⁰ Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001.

²¹ Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

- I - Viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Destaca-se ainda conforme a Portaria, que além do combate às desigualdades econômicas, o programa visa também minimizar as disparidades sociais e étnico-raciais dos estudantes indígenas e quilombolas, levando em consideração, principalmente, o racismo estrutural no Brasil e as desvantagens as quais são impostas historicamente a esses estudantes em decorrência das condições geográficas, organização social das comunidades, costumes, línguas, crenças e tradições de cada grupo étnico.

O PBP não é o mesmo que o PNAES, apesar de ter a mesma finalidade. Diferentemente da forma de inscrição dos auxílios estudantis advindos do PNAES, para solicitar do benefício, o estudante precisa se cadastrar no Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP) do Ministério da Educação e apresentar a documento do cadastro a universidade (UFAM, 2022).

No ato de inscrição do cadastro devem ser apresentados os documentos:

- 1- Termo de Compromisso MEC;
- 2- Auto declaração do candidato;
- 3- Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos 03 (três) lideranças reconhecidas;
- 4- Declaração da Fundação Nacional do Índio - Funai²² de que o estudante indígena reside em comunidade indígena ou comprovante de residência em comunidade indígena (quando for o caso);
- 5- Declaração da Fundação Cultural Palmares de que o estudante quilombola reside em comunidade remanescente de quilombo ou comprovante de residência em comunidade quilombola (quando for o caso).

²²Nomenclatura alterada de Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas conforme Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023.

A partir disso, as instituições analisam e autorizam (ou não) os cadastros aptos conforme a Portaria do programa. Ressalta-se que conforme Ofício-Circular nº. 1/2022/ CGRED/DIPPES/SESU/SESU-MEC (*em anexo*), os tramites para a realização do cadastro são muito detalhados e criteriosos, assim, a possibilidade de êxito na inscrição é enfraquecida.

Nesse sentido, a fim de percorrer na linha de investigação desse estudo, buscaremos estabelecer relação entre o programa e a importância da atuação profissional de assistente social do ICSEZ através de recortes de entrevista cedida por estudante beneficiário do programa.

O beneficiário é do sexo masculino, com 25 anos de idade, do curso de Licenciatura em Educação Física com o ingresso no ano de 2019. Nesse estudo, o beneficiário será chamado de **Mar**.

Inicialmente, perguntamos como **Mar** “*ficou sabendo da existência do programa*” e “*como foi o processo de inscrição*”, levando em consideração que o PBP não tem o mesmo processo de divulgação e inscrição no âmbito da universidade.

Segundo declara o estudante, ele ficou sabendo da existência do programa na universidade “*através do meu amigo Bruno*²³” e sobre a inscrição “*Na verdade, foi um pouco complicado na hora de fazer a solicitação do auxílio da Bolsa Permanência por conta de alguns documentos que ainda não tinha em mão, aí ficou um pouco mais difícil de ter e fazer*”²⁴

A partir disso, podemos destacar que há uma grande força do movimento estudantil em fazer-se acessar seus direitos apesar da grande lacuna estrutural que muitas vezes os excluem. Nesse sentido, conforme aponta Santana (2010), nos últimos tempos a questão da inclusão social tem tomado grande foco de discussão no Brasil. E o movimento estudantil organizado tem tomado para si esses debates, sejam por meio de organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) ou pelos próprios grêmios e Centros Acadêmicos nas Universidades.

Não obstante, trabalhadores comprometidos com a classe trabalhadora em geral também têm buscado ampliar esses debates, tanto ao que concerne a defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada quanto

²³ Nome fictício.

²⁴ Informação verbal cedida por meio de entrevista por Mar, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

a qualidade do trabalho que tem sido ofertado por elas. No sentido de que, não são antagônicas, mas complementares.

Nessa direção, não precisamos ir tão longe, pois podemos destacar a atuação da Associação dos Docentes da UFAM (ADUA), a qual lança campanhas, como “Não à Reforma Administrativa” e “Eu defendo a UFAM” e atos reivindicatórios constantemente buscando garantir que o ensino público superior federal não seja tão sucateado.

Mas o que pretendemos dizer com isso? Quando permitimos que a Universidade seja atingida com cortes e/ou em degradação em condições de trabalho do funcionalismo, estamos permitindo que logo a universidade deixe de existir, e conseqüentemente que os estudantes não tenham mais acesso nem a própria possibilidade cursar uma graduação pública quanto as próprias políticas de assistência estudantil.

A precarização do trabalho tem sido crescente no Brasil, conforme retratamos com Antunes (1995) no capítulo I. Logo, quando colocamos a discussão da precarização do trabalho no âmbito das universidades públicas, estamos falando que o sucateamento começa quando não há recursos humanos e físicos suficientes para que a universidade funcione efetivamente.

Partindo dessa discussão e buscando evidenciar a ausência de recursos humanos suficientes no ICSEZ/UFAM, podemos, a partir da declaração seguinte, sobre a prestação de auxílios/orientações da universidade, corroborar o que estamos apontando

não tive um acompanhamento, pois por causa de algum documento ainda faltou enviar algum documento, porque quem me ajudou já foi outro aluno, né, que estava fazendo, no caso o Bruno, também me auxiliou bastante²⁵

Destacamos que essa discussão evidencia a ausência de profissionais para o atendimento à PNAES na instituição. Isso pois, conforme discutido a partir de Soares (2011) sobre a alta demanda que recebem assistentes sociais no ICSEZ e Teles (2015) das dificuldades que permeiam a implementação efetiva do PNAES, podemos demonstrar pelas falas dos discentes com, ainda que já façam 12 anos de instituição do Programa, o Governo Federal segue a passos vagarosos de consolidar o projeto democratizador que iniciou ao criar o REUNI e instituir o PNAES.

²⁵ Informação verbal cedida por meio de entrevista por Mar, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

Nessa direção, no capítulo III buscaremos trazer a discussão sobre a atuação profissional de assistentes sociais a partir da implementação do PNAES no ICSEZ e estabelecer relação concreta com o que já foi discutido até o momento.

CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO ICSEZ

Este capítulo discute a atuação profissional de assistente social na educação superior pública federal com foco na Política de Assistência Estudantil implementada no ICSEZ/UFAM. A construção da análise desse capítulo parte da entrevista concedida pela assistente social da instituição.

De forma introdutória, discute-se a Educação Pública enquanto espaço socioocupacional do/a assistente social a partir dos marcos que regulamentam a sua inserção na área.

Em seguida, discutiremos como se dá a atuação profissional no contexto do PNAES, considerando especialmente os processos de análise socioeconômica enquanto parte da instrumentalidade de trabalho de assistente social no âmbito dos editais de assistência estudantil.

A partir dessas discussões teceremos considerações sobre os desafios e possibilidades da atuação profissional no PNAES, dada a sua inserção de trabalho em contexto do sistema capitalista.

3.1 A EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR COMO ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

A profissionalização do Serviço Social, historicamente, surge para atender os processos dinâmicos decorrentes do capitalismo e se gesta em sua fase industrial. Conforme registram Iamamoto (2008) e Martinelli (2008), na gênese da profissão são registradas ações filantrópicas e de caridade, diferentemente da atuação que assumem atualmente.

Esse momento histórico, como já discutido no primeiro capítulo, inicia de fato entre a década de 1930 e 1940. Desse modo, segundo Iamamoto (2008) e Yasbek (2009), a inserção de assistentes sociais em órgãos públicos era limitada e não havia diversidade em espaços para a atuação profissional.

Nessa direção, a partir das reflexões desenvolvidas durante o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, a categoria profissional passa a recusar ao assistencialismo e aos métodos e teorias que fundamentam o *Social Work*.

Tal reconfiguração no projeto profissional possibilita a criação de novos parâmetros nas ações profissionais e das próprias análises nas relações sociais e de trabalho. A materialização desse novo projeto profissional pode ser evidenciada no Código de Ética do Assistente Social, de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social – Lei nº. 8.662/1993 e nas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social e em todo o contexto de avanço democrático pós 1988.

Diante desse novo cenário ampliam-se os horizontes para a inserção do assistente social nas esferas públicas e privadas, principalmente, no âmbito das políticas de saúde, assistência e educação. Assim, buscando discutir os parâmetros que regulamentam a atuação profissional de assistentes sociais na educação pública, partiremos então para esta discussão.

A educação pública no Brasil carrega em sua história contradições, disparidades, avanços e retrocessos em decorrência da sua inserção política no mundo do trabalho, conforme aponta Perazza (2014) e é espaço de disputas entre classes.

No âmbito do Serviço Social, segundo CFESS (2012, p. 16), compreende-se que a educação “*é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação*”.

Ao apontar a existência das contradições sociais no âmbito da educação, é possível compreender a inserção de assistentes sociais na política de educação, não somente como resposta aos tensionamentos decorrentes da sociedade capitalista, mas enquanto um espaço que apresenta a própria imagem para o exercício do projeto profissional.

Afinal, o próprio projeto profissional do Serviço Social, desde à época das lutas para o fim da Ditadura Militar, questionam o viés político profissional buscando concretizar a reorientação da categoria que já caminhava desde a década de 1980 (IAMAMOTO, 2013).

Diante disso, a atuação de assistentes sociais na política de educação, de acordo com CFESS (2011), não é recente, remonta a década de 1930, embora fosse

especificamente voltada ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade social.

Ao relacionar o envolvimento da atuação profissional de assistentes sociais com a política de educação, é preciso evocar as mudanças consubstanciais que fortalecem o exercício profissional na política, como as intervenções organizadas pelo conjunto CFESS-CRESS, na criação dos primeiros Grupos de Trabalho sobre Educação. Inclusive, o espaço em questão possibilitou amplo processo para discussões sobre a inserção profissional de assistentes sociais nesse espaço socioocupacional.

Somado a isso, pode-se destacar também produções teóricas que fortalecem a discussão sobre o Serviço Social na Educação, como:

- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Brasília, 2001.²⁶
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, 2011.²⁷
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, 2012.²⁸

Além das questões teórico-metodológicas elencadas, outros fatores também impulsionaram a inserção do Serviço Social na educação. Desse modo, não há como desvincular a questão dos processos políticos e sociais que ocorrem no país. Uma delas se trata do avanço do neoliberalismo e seus impactos sociais e econômicos.

Behring e Boschetti (2011) nomeiam que o avanço do ideário neoliberal no país, datado já em 1970, e o conseqüente desmonte dos direitos sociais, o desemprego, precarização nas condições e relações de trabalho e a exasperação da questão social também impactam à inserção profissional de assistentes sociais na política de educação.

²⁶ O documento teve como finalidade contribuir com o processo de discussão sobre a presença do Serviço Social na Educação que ocorria desde a década de noventa.

²⁷ O documento objetivou, a partir do acúmulo teórico e político da categoria sobre a inserção do Serviço Social na Educação, contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional.

²⁸ O documento teve como objetivo contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e da luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade.

Nesse sentido, evocando Almeida (2011) é preciso afirmar, toda organização que surge em decorrência dos fatores acima citados e a conseguinte inserção de assistentes sociais na política de educação não tem como resultado um desejo particular ou apenas uma autorização para adentrar em um espaço socioocupacional de atuação, e sim, um produto da dinâmica social do próprio sistema.

Importa destacar também, que apesar da crescente inserção de assistentes sociais na educação, ainda há uma menor produção teórica sobre as práticas, competências e atribuições profissionais da categoria, principalmente ao que concerne a atuação profissional no âmbito da educação superior, no qual, especificamente os profissionais são inseridos na política de assistência estudantil (PERAZZA, 2014).

Afinal, conforme aponta Martins (2012, p. 125),

Há diferentes formas de inserção do serviço social no espaço educacional, geralmente respondendo às requisições institucionais. Na óptica da totalidade na apreensão da realidade, o serviço social participa do processo de produção e reprodução das relações sociais; portanto, pode ampliar seu espaço de intervenção, considerando os condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere [...].

Isso pois, historicamente o Serviço Social adentra em espaço de políticas mais amplas, como a assistência social, saúde e educação em nível regular. E quando o âmbito de educação é no nível superior, os profissionais se fazem presentes em outras esferas da universidade.

Na educação superior, segundo apontam Cavaignac e Costa (2017, p. 421) os assistentes sociais são demandados para “*planejar, elaborar, executar e avaliar ações no âmbito da assistência estudantil*”. Embora este não sejam somente estas as requisições impostas ao trabalho dos/das assistentes sociais no âmbito da educação superior, como pontuaremos a seguir ao perguntamos em quais atividades são requisitadas à assistente social do ICSEZ,

a gente pode destacar que a nossa principal atividade no setor é voltada ao processo de organização de editais de assistência estudantil, publicação desses editais, a questão da análise socioeconômica de todos os alunos que se inscrevem e o acompanhamento contínuo deles, porque depois que o aluno é contemplado no auxílio estudantil, ele fica dependendo da vigência

do edital, até 12 meses sendo acompanhado pelo serviço social. Então, essa atividade norteia o serviço social no ICSEZ²⁹

Partindo do exposto e conforme pontuamos anteriormente, o PNAES se configura como uma atividade que empreende maior atenção de assistentes sociais na educação pública superior, nesse viés, conforme expressa a declaração acima, ao passar a acessar a política de assistência estudantil, o estudante passa a ser acompanhado diretamente pelo setor da DSS através do Relatório de Acompanhamento Acadêmico (RAA).

O RAA é a ferramenta que possibilita a assistente social a ter acesso a informações referentes a situação social e familiar do beneficiário, além de também ser um mecanismo de acompanhamento que determina a continuidade do acesso ao benefício, visto que, conforme consta em edital nos requisitos de permanência (UFAM, 2022), o estudante deve:

VII. Preencher e enviar, até o dia 07 (sete) de cada mês de referência, Relatório de Acompanhamento Acadêmico – RAA disponível no e-campus.

a) Para efeito de entrega do 1o (primeiro) Relatório de Acompanhamento Acadêmico – RAA será considerada a participação na etapa de implementação dos Auxílios.

b) O Relatório de Acompanhamento Acadêmico – RAA, disponível no e-campus, deverá efetivamente ser preenchido a partir do mês subsequente ao mês de implementação.

Desse modo, conforme apontado pela assistente social, em razão dos editais possuírem vigência de até 12 meses, durante todo esse período é necessário o acompanhamento da profissional. De acordo com Cavaignac e Costa (2017), no âmbito da assistência estudantil, há aspectos a serem trabalhados além da implementação dos programas.

A profissional acrescenta ainda,

Além disso, a gente faz atendimentos, acompanhamentos, encaminhamentos para políticas públicas, principalmente para a saúde. A gente tem recebido algumas demandas de discentes que precisam de atendimentos e a gente conta com o apoio da técnica de enfermagem do ICSEZ para mediar esses encaminhamentos. Nós elaboramos relatórios mensais e o relatório anual também. Nós realizamos reuniões com os discentes para orientá-los sobre

²⁹ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

os critérios de seleção dos auxílios estudantis. Nós participamos de eventos e de ações sociais que, de alguma forma, beneficiam os discentes, beneficiários da assistência estudantil. E em determinados momentos, somos chamados para outros trabalhos, como participação em eventos. A questão da pesquisa também esteve muito presente na divisão de serviço social, com aplicação de alguns formulários, como, por exemplo, o formulário de avaliação dos serviços do restaurante universitário, para que a gente, de alguma forma, pudesse conhecer esse trabalho e contribuir³⁰

Um realce necessário para discutir a declaração acima trata-se da autonomia que cada instituição define as áreas que devem ser alcançadas pelo PNAES e de que forma o recurso será aplicado. O adendo aqui, é o disposto do decreto sobre a possibilidade de ações de assistência estudantil no âmbito da atenção à saúde.

A profissional destaca que além das atividades relacionadas ao PNAES, os atendimentos e encaminhamentos à política de saúde são os mais recorrentes. Nessa direção, é preciso ressaltar a ausência de um espaço de atendimento médico na instituição, apesar do apontamento do apoio técnico em enfermagem, seria substancial a existência de posto de atendimento na própria instituição, visto ainda a universidade possuir uma vaga para médico efetivo na grade de funcionários do MEC.

Devido a própria constituição das universidades na contemporaneidade, em contexto de crise capitalista, percebe-se que a presença dessa problemática e as ações voltadas à atenção à saúde estarão no eixo de eventos e ações pontuais com fins de suprir a demanda e garantir o acesso. Somado a isso, têm-se o vasto cenário de cortes de orçamentos para as universidades o que implica afirma a precarização dos serviços ofertados pelas instituições.

Um fator interessante a se apontar a partir da fala da profissional, é o esforço em efetivar a política de assistência estudantil na instituição, principalmente quando a profissional traz a necessidade de reuniões para orientação sobre a finalidade dos auxílios e o formulário de avaliação do restaurante universitário. O primeiro ponto repercute no próprio projeto profissional em garantir a democratização de informações para acesso as políticas públicas sociais, o segundo pressupõe a criação de procedimento de monitoramento e avaliação que devem ser realizados junto a implementação dos programas socioassistenciais (ROLIM, 2009; SOARES, 011).

Nessa perspectiva, tais ações profissionais realizadas pela assistente social incidem no alcance dos objetivos da PNAES e devem ser considerados como

³⁰ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

movimentos importantes tanto na esfera do planejamento quanto em sua execução. Nessas considerações, ressalta-se a presença da pesquisa nos espaços ocupacionais, visto que, as ações para intervenção são definidas mediante a compreensão das demandas postas ao cotidiano dos/as assistentes sociais (MENDONÇA, 2021).

A participação em eventos na universidade e os procedimentos de pesquisa de avaliação comentados pela assistente social também contribuem na efetivação do projeto político profissional e as configuram como uma estratégia de potencialização da organização, por um lado, do trabalho profissional e de outro, a compreensão dos estudantes do que é o trabalho e como se dá as atribuições dos assistentes sociais no âmbito da política de educação.

Somado a isso, a assistente social acrescenta a elaboração de relatórios de atividades mensais e anuais no setor, os quais, por meio da observação em estágio supervisionado em serviço social na DSS do ICSEZ, pode auxiliar no processo de solicitação de melhorias para o atendimento as demandas do setor assim como no planejamento das ações de intervenção.

Dessa forma, importa dizer que apesar dos entraves cotidianos postos a atuação profissional dos/as assistente social, as atividades mencionadas pela profissional conformam os princípios fundamentais da categoria profissional expressos no Código de Ética Profissional de 1993.

Partindo da discussão apresentada, buscaremos finalizar a análise desmembrando a atuação profissional da assistente social na assistência estudantil do ICSEZ, considerando, principalmente, os processos de análise socioeconômica dos editais.

3.2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO

Como objetivo precípua de uma política pública de inclusão social, o PNAES objetiva promover a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao focar na atuação do Serviço Social na política de assistência estudantil e discutir intervenção em aspectos situados na vulnerabilidade social de

discentes enquanto atribuição profissional nesta política, precisamos situar algumas nuances.

Ferreira (2004) aponta que o Serviço Social, no âmbito da política de assistência estudantil tem novas possibilidades de trabalho, visto a absorção desse espaço sócio-ocupacional requisitar novos *modus* de intervenção.

Afinal, de acordo com os estudos do CFESS (2014), a desigualdade social culminada a outras expressões da questão social não se abstrai na realidade educacional, por outro lado, ela se agudiza e configura novas expressões.

Desse modo, o/a assistente social é um/a profissional essencial para a implementação do PNAES, já que, partindo da compreensão da Lei de Regulamentação da Profissão, do Projeto Ético-Político Profissional e do Código de Ética Profissional, os/as assistentes sociais devem orientar, informar e acompanhar os estudantes em suas demandas sociais, econômicas e culturais, visando a garantia dos direitos sociais e a promoção da cidadania.

Embora a atuação no âmbito da política de assistência estudantil não seja a única atribuição profissional de assistentes sociais na política de educação, essa tem sido uma das atividades que requisitam maior demanda de tempo.

Por outro lado, há uma crescente de demandatários da política de assistência estudantil nas universidades, o que conforme afirmam Mukai, Leite e Cavalcanti (2018, p. 412) “reflete a realidade de acesso às demais políticas públicas em nosso país.”.

Outrossim, verificamos que cada vez mais os processos para acesso às políticas públicas se tornam mais burocráticos, mais focalizados e menos universais. Na política de assistência estudantil, a realidade, muitas vezes, não se distancia da burocratização e os processos de análise socioeconômica que se resumem na extensiva solicitação de documentos de inscrição, fato que por si só já é expressão da exclusão de muitos usuários (MUKAI; LEITE; CAVALCANTI, 2018).

Desse modo, a forma como a política tem caminhado, ao invés de democratizar o acesso tem obtido resultado invertido, não dando conta da alta demanda de solicitações. Não obstante, esse têm sido o caminho que as políticas de transferência de renda têm tomado no país nos últimos quatro anos no Brasil.

A análise socioeconômica enquanto instrumento técnico do/a assistente social para averiguar situação de vulnerabilidade dos estudantes acaba sendo

comprometida devido a própria forma como a política tem sido implementada nas universidades.

Afinal, o que compreendemos como “*apenas*” uma análise, na verdade, se trata de um estudo que o profissional faz baseando-se em sua fundamentação teórica, ética e técnica, alinhada ao seu projeto profissional (GRACIANO, 2013).

Isso pois, esse instrumento técnico utilizado por assistentes sociais busca conhecer e analisar determinada situação pela qual foi requisitado estudar (MIOTO, 2011).

Ao apontar o comprometimento do processo de análise socioeconômica pela forma como estão se implementando a política de assistência estudantil nas universidades, parte-se do pressuposto que a crescente busca pelos serviços sociais e o intensivo processo de burocratização para acesso a esses serviços, têm demandando dos profissionais traçar novas estratégias, todavia, a crescente precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, dificulta a efetivação da atuação profissional mais ampla.

Culminado a escassez de recursos humanos e materiais, o trabalho de assistentes sociais nas universidades requer novos desdobramentos. Afinal, a proposta de conhecer a realidade dos estudantes, a partir da análise socioeconômica, não pode se resumir a análise de documentos, consequência da alta demanda pela política.

O instrumento que chamamos de estudo socioeconômico se faz por um conjunto de ações de investigação, tais: entrevista (individual ou coletiva), a visita (domiciliar ou institucional) e a análise de documentos, conforme pontua Graciano (2013, p. 60). São essas ações em conjunto que corroboram o parecer social da qual precisa a intervenção profissional, nesse caso, o parecer do profissional às análises de inscrição, por exemplo.

Nesse viés, o instrumental vem a ser, segundo Martinelli e Koumrouyan (1994, p. 137), um conjunto de instrumentos e técnicas que norteiam a operacionalização da atuação profissional. A articulação das técnicas e dos instrumentos a serem utilizados reside na capacidade de investigação do/a profissional, no entanto, não é somente a técnica ou somente o instrumento, mas sim a “unidade dialética” de ambos que resulta na excelência da atuação profissional.

Da mesma maneira, Sarmiento (1994, p.239-241) argumenta:

Os instrumentos e técnicas são maneiras de levar à prática, permitem a operacionalização da proposta de ação, pois é através deles que contatamos com a realidade, conhecendo-a para, através deles, intervir.

Posto que,

o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações. (MIOTO, 2009, p. 482).

Nessa perspectiva, ao afirmamos a importância do conjunto de técnicas e instrumentos no ato de análise socioeconômica, apontamos que a atuação profissional deve compreender as dimensões da realidade social na qual se inserem os usuários, afinal, o profissional precisa captar também aquilo que verbalmente não é expresso, nesse caso, o que as documentações não apresentam.

Em síntese, o conjunto de instrumentos não é somente metodologias de análises com o único fim de viabilizar acesso a determinada política, também são formas de democratizar informações sobre direitos e acesso aos serviços, fazem parte do processo de compreensão das burocratizações existentes e do papel ético-político na organização comunitária (GRACIANO, 2013).

Ainda assim, o contexto sócio-histórico de inserção de assistentes sociais na política de educação traduz a capacidade de planejar uma intervenção profissional capaz e comprometida com a viabilização dos direitos sociais dos usuários e não somente isso, mas na própria busca de melhorias a essa inserção nos espaços sócio-ocupacionais.

Na esteira das dimensões profissionais, os instrumentos técnicos-operativos interagem como mediações que devem se fazer presentes na atuação profissional e são eles quem sustentam a intervenção a partir do papel que assumem ao interpretar a realidade social de cada usuário.

Desse modo, no processo de reconhecimento da Assistência Estudantil como direito, o/a assistente social no uso do arcabouço teórico, técnico e ético, ao realizar a análise socioeconômica realiza também a concreticidade do acesso aos bens e serviços aos usuários.

Nessa direção, compreende-se também a necessidade de reconhecimento da Assistência Estudantil enquanto direito pelo próprio Estado. Devendo este subsidiar os recursos humanos e materiais necessários para o atendimento às demandas.

Em outra via, na contemporaneidade neoliberal encontram-se uma imensidão de entraves que distanciam ainda mais o reconhecimento efetivo da Assistência Estudantil como direito. Afinal, nesse cenário, a discriminação dos usuários, a elegibilidade de quem é *mais pobre* para acesso a proteção social e o rebaixamento da cidadania dos que mais necessitam aparecem no fundo do ideário neoliberal e afasta o caráter de universalidade das políticas (PEREIRA; STEIN, 2004).

Ainda assim, é nesse terreno de contradições que a Assistência Estudantil tem buscado responder o que se propõe. Da universalidade defendida pelo Serviço Social ao financiamento e desfinanciamento da política, os caminhos até aqui percorridos propõem a distribuição mais equânime, dentro dos limites e das possibilidades profissionais e institucionais.

Dentro dessa perspectiva, baseado nas exposições já elencadas, é necessário descrever e analisar como se apresentam essas perspectivas particulares no âmbito da assistência estudantil no ICSEZ. Afinal, como se deu a implementação do PNAES no ICSEZ e como se configura a atuação profissional de assistente social nessa política?

3.2.1 Perfil Profissional

Inicialmente, é imprescindível identificar e discutir sobre o perfil profissional da assistente social sob a qual trabalharemos a análise da atuação profissional a partir de implementação do PNAES no ICSEZ/UFAM.

Quadro 4: Informações gerais sobre o perfil acadêmico e profissional

INFORMAÇÕES DO PERFIL ACADÊMICO E PROSSIONAL
CURSO/INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM);
ANO DE FORMAÇÃO: 2015;
PÓS-GRADUAÇÃO: Mestrado (PPGSS/UFAM);
CARGO: Assistente Social;
DEPARTAMENTO: Divisão de Serviço Social (DSS/ICSEZ);
TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO: 08 meses

VÍNCULO EMPREGATÍCIO: Vínculo efetivo
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: 01-09 anos
EXPERIÊNCIA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: 1ª vez

Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Os dados acima expostos compõem traços profissionais importantes para a discussão quanto a atuação profissional. Ao trazer pro debate o exercício profissional é necessário conhecer também o perfil de formação, o vínculo de formação e características complementares.

Segundo dados do CFESS (2022), atualmente registram-se mais de 176.524 mil assistentes sociais habilitados no CRESS. Esse dado também é reflexo do movimento de expansão do ensino superior no Brasil, conforme já discutimos.

Face o exposto, o conjunto CFESS/CRESS aponta ainda que nos últimos anos houve uma crescente de formação de profissionais advindos de instituições de ensino superior privadas, o que provoca uma renovação no quadro de profissionais nas esferas públicas e privadas.

Conforme quadro 4, a profissional lotada no ICSEZ é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas, uma universidade pública federal. Pelos dados podemos cruzar com levantamento realizado em 2022 pelo CFESS/CRESS, o qual aponta que cerca de 18,63% dos profissionais registrados na Região Norte são egressos de universidade pública. O maior índice de profissionais registrados é formado em instituições privadas com fins lucrativos, com 52,97%.

Nesse viés, a expressão ora apresentada reflete também o alto índice do estímulo a programas do governo federal, como o Fies e o Prouni (GOMES COSTA, 2009). Todavia, ainda que haja expressivamente uma entonação em demonstrar certa efetividade nas políticas de expansão do ensino superior, por outro lado podemos perceber a desigualdade regional nesse aspecto. Por exemplo, segundo dados desse levantamento, a Região Norte registra 10,17% e 9,99% de profissionais, sendo egressos de instituição privada e pública, respectivamente (CFESS, 2022).

Esse dado corrobora na discussão sobre as características da expansão e como se configurou no Amazonas que traçamos inicialmente e ao mesmo tempo

reflete o movimento lucrativo do mercado na oferta de cursos nas instituições privadas.

A expansão do ensino pelo país também pode ser observada no âmbito de pós-graduação. Apesar de não representar uma democratização integral, há que se considerar certo avanço.

O universo de pós-graduados ainda é tímido, fatores como pouca oferta, carga horária mais elevada e em alguns casos a exigência de dedicação exclusiva tem provocado os passos lentos no universo da pós. A exemplo disso, é o levantamento do CFESS demonstrar 7,19% de assistentes sociais que cursaram mestrado e o número ainda mais reduzido em doutorado, 1,80%.

Dado o requisito em qualificações profissionais ser um dos fatores que mais aparecem nos concursos públicos, é preciso discutir a insuficiência na oferta desses cursos em instituições públicas e além disso, a atenção aos subsídios para que esses profissionais possam concluir a pós-graduação.

A despeito da pós-graduação ser um dos requisitos mais cobrados nos concursos públicos federais atualmente, importa dizer o peso que tem a pós-graduação ter sido realizada em instituição pública, não que isso influencie na seleção, mas que auxilia nos pontos de contato com as leis, estatutos e o próprio trabalho profissional, além da prova de títulos.

Percebe-se então, a partir de análise de dados do quadro 04, que apesar do pouco tempo de trabalho na área da educação, a assistente social tem grande domínio sobre a temática e sobre o próprio espaço sócio-ocupacional em que está inserida. Esse fator pode ser influenciado por diversas questões e atividades, mas é possível considerar aqui o comprometimento com a pesquisa em que se obtém durante o processo de formação profissional em nível público.

Tal comprometimento profissional com a investigação e a intervenção pode ser demonstrado no projeto piloto realizado pela DSS em 2023, a qual buscou construir um banco de dados dos discentes beneficiários da política de assistência estudantil do ICSEZ³¹. Ressalta-se ainda que nenhum outro campi da UFAM tenha realizado pesquisas com esse caráter, o que demonstrar o perfil propositor da profissional.

Chamamos a atenção ainda ao fato de a pós-graduação coincidir com a qualificação contínua prevista à profissão. Pois sabendo do desafio na qualificação e

³¹ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, em pesquisa de campo, ano de 2023.

aperfeiçoamento continuados, o profissional precisa a todo momento reinventar seus instrumentais de atuação. Não obstante, é necessária a discussão, a investigação sobre as novas expressões da questão social que perpassam o cotidiano profissional e principalmente, o entrelaçamento da teoria à prática.

Ressaltamos a precisão do acesso a pós-graduação no sentido de investigar os novos espaços sócio-ocupacionais e as configurações que esses espaços assumem em tempos de cortes orçamentários e subfinanciamentos, principalmente, pelas regressões vivenciadas durante o governo Bolsonaro.

3.2.2 Implementação do PNAES no ICSEZ

Conforme discutimos a partir de Perazza sobre a pouca produção técnica com relação a atuação profissional de assistentes sociais na política de assistência estudantil no âmbito da educação pública superior, buscaremos a partir da análise de documentos, de entrevista semiestruturada e dos estudos teóricos selecionados, discorrer sobre a atuação profissional de assistentes sociais nos processos de avaliação socioeconômica em editais da política de assistência estudantil no ICSEZ/UFAM.

Para tanto, conforme discutimos anteriormente (**item 2.1, 2.2 e 2.3 – Cap. II**), o PNAES surge como meio de minimizar os índices de evasão e retenção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no âmbito das universidades públicas federais (BRASIL, 2010).

Considerando que o ingresso nas universidades ante a criação do REUNI era ainda mais difícil e a partir do programa a dificuldade contorna um novo modelo de desigualdades, logo, a assistência estudantil assume o papel político de reduzir os impactos das desigualdades econômicas e sociais entre os estudantes, complementam Nascimento e Arcoverde (2012).

As autoras acrescentam que o mal planejamento na institucionalização da política de assistência estudantil somado a expansão advinda com o REUNI culminam diretamente na efetividade do trabalho dos profissionais envolvidos na política, conforme apresentamos no capítulo anterior.

Embora o recurso orçamentário do PNAES seja exclusivo da política de assistência estudantil, o que significa haver uma possibilidade de efetivação da

mesma, a alta demanda para acesso as vagas disponíveis comprometem a execução e a ampliação das ações na política dentro das universidades federais.

Aspectos como insuficiência em recursos humanos e materiais, quantidade de vagas disponíveis nos auxílios estudantis, alta demanda a acesso a serviços sociais nas instituições são reflexos cotidianos no exercício profissional de assistentes sociais no âmbito do PNAES.

Nessa perspectiva, ressalta-se que as vagas dispostas para os auxílios estudantis no ICSEZ ainda não contemplam muitos estudantes, apesar da expressiva demanda, conforme declaração a seguir,

os auxílios são muito importantes para o custeio de material, para o transporte, para a alimentação, e a gente vê o quanto eles são necessários, e apesar de terem uma aceitação forte no município de Parintins, ainda assim os alunos demandam que tenham mais auxílios, mais bolsas, porque nem todos ainda são contemplados³²

Embora em outro formato, a demanda por acesso a política de assistência estudantil reflete também a realidade de milhares de brasileiros que anseiam o acesso às demais políticas públicas sociais. A insuficiência de recursos dispostos reflete no quantitativo de usuários que terão acesso a essas políticas e conseqüentemente na maior atenção que os profissionais empreenderão para atestar quem acessará os serviços.

Nessa perspectiva, um fato a se apontar é justamente a ausência de recursos humanos e físicos suficientes para atender as altas demandas que decorrem nas relações sociais no âmbito da educação pública superior (CAVAIGNAC; COSTA, 2017). Isso pois o déficit acaba impondo limites para atuação profissional e dificulta a consolidação e ampliação de direitos.

Por outro lado, essa é uma questão que historicamente se mostra como um grande desafio a ser enfrentado no cotidiano profissional de assistentes sociais, principalmente como já apontado por Soares (2011) no capítulo anterior. Nessa direção de quadro restrito de profissionais, no caso específico do ICSEZ, o que precisamos chamar atenção, conforme assinala a assistente social,

³² Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

é a questão do quantitativo de profissionais que é insuficiente para o atendimento das demandas que nós temos aqui. Hoje a nossa equipe é composta por duas pessoas, sendo eu, efetiva, e a colega que é voluntária. Então existe uma vulnerabilidade muito grande com relação a esse quadro de pessoal. Além de nós duas, nós temos o apoio de um servidor, que é um técnico em assuntos educacionais da coordenação acadêmica, porém ele se divide com as atribuições da coordenação e o trabalho das análises que são realizadas no momento dos auxílios. Então a gente não pode contar o tempo inteiro com a colaboração desse servidor, porque ele compartilha funções. Então recursos humanos é algo que a gente precisa pensar e avaliar. O setor não se movimenta apenas com a questão dos auxílios, tem outros trabalhos que são desenvolvidos e em alguns momentos a gente tem um acúmulo de atividades muito grande. A questão do próprio espaço físico que nós temos para desenvolver o trabalho, quem conhece o serviço social do ICSEZ já percebeu que nós dispomos de uma sala relativamente pequena, onde a gente tem algumas dificuldades de resguardar, por exemplo, o sigilo profissional no momento dos atendimentos³³

A declaração da profissional expõe a persistência de uma problemática outrora elencada por Soares, mas não expressa uma surpresa dada ser uma realidade enfrentada desde a implantação da unidade acadêmica do ICSEZ em Parintins. Somado a isso percebe-se a precarização imposta às condições para o exercício profissional, o que culmina na própria fragilização da intervenção.

Não obstante, a fragilização à efetividade da atuação tem sido uma crescente, considerando a inserção do assistente social na divisão sociotécnica do trabalho no capitalismo.

Nessa perspectiva, é preciso demonstrar como tem se expressado essas fragilidades no cotidiano de atuação segundo pontua a profissional

Então a gente se esforça muito para amparar esse aluno que em determinados momentos chega para fazer uma escuta qualificada, mas nós também nos sentimos vulneráveis com relação a isso. A questão dos recursos materiais, a gente tem algumas dificuldades com relação a isso também, acesso a computadores, no momento nós estamos com problemas nos nossos computadores, o acesso à internet às vezes também nos compromete um pouco, ficamos muitos meses sem ter a nossa impressora em funcionamento. Então quando a gente soma todos esses fatores, esses pequenos empecilhos se tornam grandes problemas³⁴

Sabe-se ainda que a vulnerabilidade digital e tecnológica que se enfrenta na unidade acadêmica do ICSEZ acompanha a sua instalação no município. Essa tem sido uma problemática recorrente e conforme é afirmado pela profissional, pode ser

³³ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

³⁴ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

que seja visto com algo pequeno, mas na realidade tem grandes impactos no cotidiano, seja no atendimento aos estudantes, professor e demais funcionários seja na própria expedição de um documento.

Ressalta-se com isso que todos os procedimentos referentes a política de assistência estudantil são realizados via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Governo Federal. Para acessar o SEI a profissional precisa tanto do acesso à internet quanto de um equipamento (computador ou celular).

Diante disso, a situação das condições de trabalho inviabiliza o desenvolvimento pleno das ações e intensifica a sobrecarga de trabalho existente dada as altas demandas e os limitados recursos para abarcar a todas elas.

Somado a isso, a assistente social acrescenta um grande desafio que incide sob os profissionais atuantes no âmbito das políticas,

à própria questão às vezes desse processo de formação e capacitação dos profissionais acho que é algo que pode ser pontuado também como um desafio, porque eu, enquanto profissional, sinto a necessidade de participar de formações, de oficinas, de encontros que aprimorem o trabalho que já é desenvolvido. E a nossa rotina de trabalho é tão corrida que às vezes a gente não dá atenção merecida a isso. Então esse é um ponto que também tem que ser pensado, na construção desse profissional em termos técnicos, em termos teóricos, é relevante também para o bom andamento da política³⁵

A questão apontada pela profissional é uma realidade incidente ao desvelarmos a práxis profissional. Segundo aponta Setubal (2007), apesar de parecer um problema de fácil solução, é necessário considerar a força dos fatores externos que compelem o processo contínuo de formação.

Afinal, conforme argumenta o autor, a produção do conhecimento em Serviço Social permite ao profissional o rompimento de quaisquer visões pseudoconcreta e o instiga a movimentar-se em direção a compreensão dialética dos processos.

Basta pesquisarmos quem são os maiores autores dos estudos em Serviço Social, em sua maioria, docentes. Ressalto que esse dado não significa necessariamente que não haja autores de outros espaços ocupacionais, mas ao considerarmos a declaração apresentada, percebemos quanto o cotidiano profissional

³⁵ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, em pesquisa de campo, no ano de 2023.

daqueles profissionais que estão na ponta de intervenção dificulta o aparecimento na produção de trabalhos no mundo acadêmico.

Não obstante, é preciso destacar também, a necessidade da profissional em participar mais efetivamente da produção técnica em Serviço Social não corresponde unicamente a um desejo ou inquietação pessoal, é uma necessidade que é demandada tanto pela qualificação dos serviços quanto a prestação desses nas políticas públicas.

Essa necessidade é sentida também no processo de compreensão da práxis compromissada ao projeto profissional e não a uma “práxis mimétrica” de seguir os modelos sem saber pra quê serve e o seu porquê (LEFEBVRE, 1979, p. 39).

A pontuação que pretendemos afirmar com isso é justamente a importância da relação teoria e prática como condição central na formação acadêmica e na atuação profissional.

Afinal, pensar a profissão face a pluralidade e a dinâmica na qual se insere, em contexto capitalista, é apontar a clareza profissional construída desde o Movimento de Reconceituação e a sua reconstrução na contemporaneidade.

3.3 CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PNAES DO ICSEZ

A partir do exposto, buscaremos discutir como se configura o trabalho do/a assistente social na política de assistência estudantil no ICSEZ, atentando ao instrumento técnico-operativo da avaliação socioeconômica utilizado nas análises dos auxílios estudantis.

Nesse contexto, conforme pontuam Lara e Araújo (2021), os instrumentos e as técnicas frequentemente usados por assistentes sociais são:

- 1 Análise de documentos;
- 2 Avaliação socioeconômica;
- 3 Entrevistas;
- 4 Observações, e
- 5 Visitas domiciliares, etc.

No âmbito de atuação na política de assistência estudantil, a avaliação socioeconômica é o principal instrumento de trabalho de assistentes sociais, e se configura como um instrumento privativo de profissionais que atuam em políticas públicas sociais.

Mas afinal, *como se dá a análise socioeconômica nos processos de análise de inscrição nos editais de assistência estudantil?*

Segundo Graciano (2013), o estudo socioeconômico é uma metodologia de trabalho do assistente social, consoante expressa o inciso XI art. 4º da Lei 8.662/1993, que define como competência de assistente social “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (BRASIL, 1993).

Para Mioto (2009) esse instrumento tem como função analisar as condições de vida dos sujeitos sociais com a finalidade de formular um parecer sobre os aspectos analisados.

Nessa direção, segundo Fávero (2006, p.42-43), esse processo “é comprometido com o conhecimento aprofundado de uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional, destacadamente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais”.

Desse modo, nas considerações de Araújo (2021), a atuação de assistentes sociais na compreensão da realidade social, no âmbito da assistência estudantil, considera o objetivo geral do PNAES, nos termos de garantir o acesso do estudante a política, pautando-se, principalmente, na realização da avaliação socioeconômica fundamentada nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Ao tratar da avaliação socioeconômica nos processos de análise de inscrição dos auxílios estudantis, o instrumento é utilizado com a finalidade de selecionar os estudantes que acessarão os programas socioassistenciais da política de assistência estudantil (VICENAL, 2013).

Para a avaliação socioeconômica, a assistente social deve-se analisar, segundo orienta UFAM (2022):

- Renda Familiar Bruta per capita (RFBPC);
- Forma de ingresso (FI), procedência escolar do estudante (PEE);

- Situação de moradia do (a) estudante (SME);
- Situação de Deficiência e/ou Agravos em Saúde – doenças com agravo permanente do discente e/ou familiar (SDAS)
- Situação Agravante de Vulnerabilidade (SAV), mediante avaliação realizada pelo profissional Assistente Social (UFAM, 2022).

E para essa avaliação deve-se considerar os indicadores abaixo:

Quadro 5: Indicadores de avaliação socioeconômica (salário mínimo base 2022).

Indicadores de avaliação socioeconômica (salário mínimo base 2022)		
Indicadores		Pontuação
Renda familiar bruta per capita	Nível I – Renda familiar per capita de até R\$ 227,25	80
	Nível II - Renda familiar per capita de R\$ 227,26 até R\$ 259,71	70
	Nível III – Renda familiar per capita de R\$ 259,72 até R\$ 303,00	60
	Nível IV - Renda familiar per capita de R\$ 303,01 até R\$ 363,60	50
	Nível V – Renda familiar per capita de R\$ 363,61 até R\$454,45	40
	Nível VI - Renda familiar per capita de R\$ 454,46 até R\$606,00	30
	Nível VII - Renda familiar per capita de R\$ 606,01 até R\$ 909,00	10
	Nível VIII - Renda familiar per capita de R\$ 909,01 até R\$ 1.818,00	10
Forma de ingresso	Ingressante pela Lei nº. 12.711/2011; (PPII/PPII-PCD/NDCI / NDCI-PCD)	10
	Outros	5
Procedência escolar do estudante (ensino médio)	Pública	10
	Privada (mesmo na condição de bolsista)	5
Situação de moradia dos estudantes	Alugada	20
	Mora cedido com parentes ou terceiros	15
	Imóvel financiado	10
	Imóvel próprio	5

Fonte: UFAM (2022)

Os instrumentais de análise acima apresentados devem contribuir para a apropriação da realidade ao que concerne as vulnerabilidades sociais e econômicas dos estudantes e configuram o conjunto de elementos que constroem o perfil socioeconômico a ser avaliado pela assistente social.

Os procedimentos adotados para a análise socioeconômica dos estudantes é reflexo do caráter seletista de atendimento que o PNAES apresenta, conforme apontam Bragança e Silva (2021). A focalização que o programa adota tem sido determinada tanto pela limitação orçamentária quanto a própria política de governo que vinha sendo estabelecida no país desde 2016 (LIMA; ARAÚJO, 2021).

Nessa direção, Oliveira (2016) argumenta que os processos de análise empreendidos no PNAES acompanham as demais políticas públicas sociais as quais se direcionam aos comprovadamente pobres.

Essa discussão consolida o argumento em relação aos processos de burocratização que permeiam a implementação do PNAES. Quando o que o profissional tem de instrumento consolidado trata-se de uma tabela de pontuação com base em indicadores sociais, surge o que alguns autores denominam de “relativa autonomia” dos profissionais no âmbito do exercício profissional.

Nessa perspectiva, sustenta-se o apontamento com base na seguinte declaração,

algo que eu tenho analisado bastante é a questão da relativa autonomia. Muitos autores do Serviço Social falam sobre essa questão e se faz muito presente aqui no nosso fazer profissional, porque algumas coisas a gente gostaria de dar andamento, de resolver, mas a gente precisa entender que nem tudo depende do Serviço Social³⁶

Ao evidenciarmos a questão acima, acrescentamos ainda que as informações dispostas no quadro 05 partem de uma visão generalista e que não responde a realidade local do ICSEZ, fato que intensifica as desigualdades existentes no ambiente acadêmico, pois dificulta o acesso à política, e limita o trabalho da assistente social no processo de análise das inscrições nos editais.

Afinal, o processo de análise socioeconômica para o acesso a política de assistência estudantil requer o trabalho da assistente social, além de ser previsto nos editais, essa análise também corresponde a uma competência privativa da profissional.

Por isso exposto, no ICSEZ, o processo de análise socioeconômica ocorre somente por via da análise de documentos. Existem alguns fatores que explicam, mas

³⁶ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, pesquisa de campo, ano de 2023.

não justificam isso, o principal deles é a alta demanda de inscrições nos editais de seleção e a limitação de profissionais para atender essa demanda, conforme discutimos anteriormente.

Partindo dessa discussão, a assistente social acrescenta,

hoje esse processo de análise socioeconômica dos auxílios estudantis na UFAM está em discussão, porque quando a gente reúne para tratar disso, o que nós temos percebido a análise do assistente social está muito voltada e muito aproximada a uma análise meramente documental, e isso é um problema, porque quando a gente diz que um aluno tem perfil socioeconômico para determinado auxílio, a gente tem se baseado por documentos, documentos que nós não podemos garantir que são verídicos, que apresentam os fatores que realmente culminem para o recebimento desse auxílio ³⁷

Somado a isso,

o que a gente percebe? Uma fragilidade nesse processo de análise, e o assistente precisa se desdobrar para identificar algum aspecto que realmente diga que aquele aluno tem o perfil para o auxílio. Os documentos são importantes, sim, mas eles não são suficientes para que a gente chegue a uma conclusão nos auxílios. Então, tem várias coisas em discussão, a possibilidade de realização de uma visita domiciliar, onde o profissional possa ter um pouco mais de contato com a realidade vivenciada pelo aluno e pelo seu grupo familiar, comunitário, ou de repente a realização de uma entrevista, onde o profissional, a partir do contato, vai poder indagar situações que não ficaram bem esclarecidas nos documentos, e são coisas que aos poucos vão acontecendo [...] ³⁸

O que temos aqui é mais uma expressão dos desafios inerentes a prática profissional posta pela relação capital-trabalho. Não obstante, conforme assinalamos a partir de Lara e Araújo (2021), Santos (2017), Oliveira (2016) e Mota (2009), a inserção de assistentes sociais na política de assistência estudantil, de forma geral, acompanha os entraves e limitações postas ao exercício profissional nas políticas públicas sociais no país.

O contexto de precarização e sucateamento que atingem essas políticas orienta para o chamamento de atenção aos processos fragilizadores das ações tensionadas pelas relações e demandas profissionais e institucionais.

³⁷ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, pesquisa de campo, ano de 2023.

³⁸ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, pesquisa de campo, ano de 2023.

Não obstante, os profissionais além de enfrentar todo o processo de sucateamento engendrados nas relações capitalistas, ainda são desafiados a demonstrar a efetividade de sua atuação, nessa direção, há um crescente movimento dos profissionais em enfrentar o estigma social imposto até mesmo nos espaços de atuação.

Esse enfrentamento tem sido uma pauta de luta assumida pela categoria, principalmente pelos profissionais que estão na linha de frente no enfrentamento da questão social. Nessa perspectiva, a assistente social pontua ser esse um dos maiores desafios enfrentados na atuação na política de assistência estudantil

a gente pode destacar a própria valorização do profissional na política de educação. Nós somos muito relacionados a profissionais que irão desenvolver atividades, executar benefícios em favorecimento aos discentes. O nosso trabalho não se resume a isso. É a principal atividade? Sim, mas a gente tem tantas outras atribuições que às vezes ficam despercebidas e que ocupam tanto tempo como a política de assistência estudantil. Então, a valorização do profissional de serviço social no âmbito da educação, e eu trago até outras profissões que, no caso do nosso instituto, fazem muita falta, como um psicólogo, por exemplo, um pedagogo³⁹

Somando a essa questão, a profissional ainda acrescenta,

Essa questão de valorizar o profissional e entender que ele é importante sempre está em evidência e no nosso instituto não é diferente. Então, é algo que a gente tem tentado desconstruir mesmo, de que o serviço social aqui cuida apenas dos benefícios estudantis, que nós podemos participar, por exemplo, de atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, que nós temos capacidade técnica para isso. É difícil, mas a gente tem tentado, de acordo com as nossas possibilidades, nos fazer presentes nesses espaços de discussão também⁴⁰

Nesse viés, é preciso assegurar, é fato que o/a assistente social se apropria da condição de ser mediador das demandas existentes, tanto pela busca em atender as demandas institucionais quanto ao atendimento dos interesses dos usuários (LIMA; ARAÚJO, 2021), todavia, os profissionais não são capacitados somente para esse fim, muitos possuem pós-graduação e atuam em áreas de pesquisa, como no caso da assistente social que tem mestrado na área (ver quadro 05).

³⁹ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, pesquisa de campo, ano de 2023.

⁴⁰ Informação verbal cedida através de entrevista por Assistente Social do ICSEZ, pesquisa de campo, ano de 2023.

Essa qualificação deveria ser absorvida na atuação profissional com a finalidade de potencializar as intervenções dada as contradições presentes também nesse espaço ocupacional. No entanto, o que se percebe é um contínuo processo de desvalorização dos profissionais e do próprio processo de trabalho, o que afeta ainda mais o reconhecimento do comprometimento profissional na defesa da educação.

Desse modo, afirma-se que a luta dos assistentes sociais não acaba na conquista da sua inserção efetiva na política de educação, na verdade, é nesse processo de apropriação de lugar que a luta começa de fato, tanto no enfrentamento aos desafios presentes no cotidiano profissional quanto na construção de estratégias para criar possibilidades e horizontes para intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos a assistência, enquanto prática que objetiva minimizar as desigualdades entre os indivíduos, assume, a depender do governo, ou um caráter clientelista ou uma política pública social. Dessa maneira, o direito social fica comprometido e a atuação profissional de quem lida com essas políticas também.

Analisando a atuação profissional de assistentes sociais na Educação Pública Superior Federal e o papel que o Serviço Social assume na política de educação, e posteriormente na política de assistência estudantil, percebe-se que mesmo passado décadas de sua profissionalização, os desafios que incidiram sob o surgimento da profissão se reconfiguram cotidianamente no exercício profissional.

Não há como negar que os avanços conquistados pela categoria profissional tenham sido uma ilustração massiva da organização política e teórica dos profissionais, todavia, a ascensão da mundialização do capital tem desencadeado uma necessidade ainda maior da apreensão de atenção ao trabalho junto as manifestações da questão social.

Nessa direção, a hegemonia ultraneoliberal que se estende pelo país desde os últimos 06 anos e sua intensificação no governo Bolsonaro tem culminado no contínuo processo de reconfiguração das práticas e as ações interventivas e investigativas que assumem os assistentes sociais no âmbito das políticas públicas sociais.

A intensificação do debate toma força justamente pela percepção dos profissionais no âmbito de atuação, já que, lidando diretamente na linha de frente sob a qual a questão social se agudiza, o panorama da práxis se torna ainda mais amplo.

Conforme sinalizamos ao longo desse trabalho, muitos são os desafios que acompanham a atuação profissional de assistentes sociais no ICSEZ e muito deles estão presentes desde a implantação da Unidade Acadêmica em Parintins, já outros surgem ano a ano devido as consequências do sucateamento que aflige a educação pública federal.

Por outro lado, mostrou-se também o comprometimento profissional em atender as demandas, ainda que em um cenário tão precarizado onde a ausência de recursos humanos e materiais limita e dificulta quaisquer ação maior do profissional no gozo do exercício profissional.

Entretanto, não há como romantizar o empreendimento de força dos profissionais em tentar solucionar um problema estrutural, mas sim buscar unir forças

para que a problemática seja solucionada por quem a criou: o Estado Capitalista. Nessa perspectiva, ressalta-se que somente a união organizada entre os trabalhadores é capaz de lutar em prol do ressarcimento da dignidade social.

Partindo dessa realidade, compreende-se que o caminho ao qual percorremos tem mostrado que a sociedade caminha num universo de incertezas e questionamentos. Não há como negar que a realidade tem apresentado novas facetas da questão social em decorrência, principalmente, das mudanças políticas por todo o mundo, seja pela eleição do democrata Biden, nos EUA, seja pela eleição de Lula, no Brasil.

Afinal, conforme assinalamos a princípio, muito do configurou as políticas de assistência social como paternalistas decorreu dos princípios politiqueros de alguns governos que se passaram. Desse modo, ao apontarmos a mudança de governo no Brasil, sinalizamos que novos horizontes nas lutas de classes estão por vir.

Nesse contexto, já tem sido possível observar novas configurações no trato com a educação de forma geral, seja pelo plano de reinvestimento para ampliação do acesso seja no reajuste nas bolsas de pós-graduação. De todo o modo, essas são respostas aos últimos 06 anos de entraves assumidos pelo movimento estudantil em busca de maior qualidade nos processos de educação.

As lutas sociais em defesa da educação tem sido historicamente a maior forma de buscar o acesso e as condições de permanência de muitos estudantes no ensino superior, não obstante, não se pode dizer que foram benefícios e sim resultados das pressões dos movimentos sociais e estudantis por todo o país.

Por outro lado, para o Serviço Social, a realidade não tem sido uma das melhores nos últimos anos; o sucateamento e precarização nas condições de trabalho tem sido um problema que, não só acompanha a profissão, mas que se intensifica cotidianamente. Quando o cenário envolve a educação pública superior, essas condições se tornam ainda mais degradantes.

Sendo as universidades um grande palco de lutas entre classes, as demandas de trabalho de assistentes sociais se intensificam, e dada as condições de trabalho em que atuam os profissionais, a fragilização do exercício profissional tem sido corriqueira, por este motivo tem eclodido pautas de lutas sociais e também de discussão em pesquisas científicas em finalidade de modificar esse cenário.

Não obstante, em decorrência dos contingenciamentos de recursos para as universidades federais, acentuaram-se as vulnerabilidades vivenciadas pelos

estudantes no âmbito das universidades federais e ao mesmo tempo se configura novos desafios ao exercício profissional de assistentes sociais.

Fora do mundo teórico (no senso comum), se fazem afirmações equivocadas sobre se a atuação de assistentes sociais na política de educação é direcionada “somente ao trato dos processos de editais de auxílios estudantis”, mas aqui evidenciou-se que o exercício profissional vai além, que apesar de ser a atividade que mais empreende tempo e atenção, não é a única realizada no âmbito do instituto.

Além disso, as vulnerabilidades econômicas são apenas uma parte das expressões apresentadas no cotidiano profissional. Podemos observar através das falas tanto da assistente social quanto dos discentes beneficiários que as expressões que envolvem a saúde, foco na saúde mental, também são bastante recorrentes do cotidiano de trabalho, requerendo, portanto, a atenção e a devida intervenção por meio de encaminhamentos a rede municipal de saúde já que o instituto não conta com rede de atenção à saúde.

Posto que há diversas limitações a instituição, em decorrência da centralização das políticas de expansão e assistência nas universidades, assevera-se, postas as análises apresentadas, que se faz necessária uma reforma nos *modus operandi* do PNAES no ICSEZ.

Conforme assinalamos no capítulo III, os processos de análise socioeconômica, do qual requisitam o trabalho de assistente social, não podem e nem devem se limitar a análise de documentos e a pontuações tabeladas de indicadores para “*ver quem é mais pobre*”. Nem tão pouco no desdobramento da profissional em averiguar se o documento apresentado é real.

Há uma urgência em criar mecanismos que assegurem o pleno exercício profissional de assistentes sociais na política de assistência estudantil. Já que se configura como a maior demanda dos profissionais, os processos que envolvem a política precisam responder a objetivação da qual emergiram. A política de assistência estudantil não deve se manifestar apenas como transferência de recurso, essa é uma das funções, mas não deve ser a principal.

Afinal, deixar que o direito assumira esse caráter é desvaler anos e anos de lutas pela seriedade da política de assistência estudantil no Brasil, é colocar o direito como benesse sem buscar medidas que visem responder a uma demanda, é apenas agir curativamente em meio ao caos.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional.** Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

ABREU, E. M. C. **O Serviço Social na educação profissional e tecnológica:** as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação. Tese – Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 278. 2017.

ALMEIDA, N. L. T. **“Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais”.** In: CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. **Serviço social, trabalho e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, J. M. **Assistência Estudantil no Âmbito da Política de Educação Superior Pública.** 2003. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_jo.htm

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. S. et. al. **Subsídios para atuação do/a assistente social na análise socioeconômica no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior.** [E-book]. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. 90p.

BARBOSA, R. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2. ed. 2011.

BRAGANÇA, E. G. SILVA, A. M. C. S. **Dimensão Política do Serviço Social na Assistência Estudantil: Limites e Possibilidades.** O Social em Questão. Ano XXIV, Puc-Rio, nº 49 – jan a abr/2021. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51142/51142.PDF>.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1934.

BRASIL. DECRETO N. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Distrito Federal.

BRASIL. **Diretrizes Gerais do REUNI**. Ministério da Educação, Brasília, agosto de 2007. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/diretrizesreuni>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. LEI Nº. 8.662/93. LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO. 07 de junho de 1993.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2011-2020). Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília: Capes, 2010. 2 v.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/portaria/pdf/decreto_pnaes.pdf> Acesso em: setembro de 2022.

BRASIL. Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Lei no 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. **Planalto**, Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil>.

CARDOSO, F. G. **O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo**. In: Silva, M. L.O. (orgs.). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO, M. S. G; SANTOS, S. F. S; WEIL, A. G. **Políticas de permanência no ensino superior do ICSEZ/UFAM em Parintins**. RELEM, 2016. 265-278p.

CARNEVISKIS, C; MACALINI, E; SILVA, E. G. **A precarização do trabalho docente nas licenciaturas dos campi em expansão da Universidade Federal do Amazonas**. In: SILVA, Maria Cristina; SANTOS, Vera Marques (orgs.). **Formação docente e políticas públicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2016. p. 121-141.

CARVALHO, R; IAMAMOTO, M. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CAVAIGNAC, M. D; COSTA, R. M. P. C. **Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado**. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17589>

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). **CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL**, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). Comissão de Fiscalização. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. 1. ed. ampl. Brasília: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). **Em questão: atribuições privativas do assistente social**. Brasília, Distrito Federal: CFESS, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Subsídios para o debate sobre serviço social na educação**. Brasília: Distrito Federal: 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**: Subsídios para a atuação na Política de Educação. Brasília: 2014. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/908>>

COSTA, S. G. **A equidade na Educação Superior**: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010. 202. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, S. G. **A permanência na educação superior no Brasil**: uma análise das políticas de Assistência Estudantil. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis, **[Anais...]**. Florianópolis, 2009.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. 7.ed.São Paulo: Cortez. 2000.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, V. M. **“Neodesenvolvimentismo” e política socioassistencial em tempo de crise sistêmica do capital**. Brasília. 2015. 109f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Política Social – PPGPS) – UnB Instituto de Ciências Humanas – IH Departamento de Serviço Social. Brasília, 2015.

DIMENSTEIN, G. **Gravidez tira da escola 25% das adolescentes**. Disponível em: <<http://www.metodista.br/maiscidadania/reportagens/gravidez-tira-da-escola-25-dasadolescentes>>

FAVERO, M. L A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-38, jul/dez. 2006*.

FERREIRA, S. **Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades**. 2010. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/reformadaeducacaosuperior.pdf>.

FERREIRA, V. S. M. **Repensando a prática do assistente social no âmbito educacional**. 2004 - CBASSS – 10-641. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/eventos/br-cbass-con-10-po-12.htm>

FÉRRIZ, A. F. P; ALMEIDA N. L. T. **O trabalho do/a assistente social na política de educação em tempos de gerencialismo**. IN: FÉRRIZ, A. F. P; BARBOSA, M. Q. (ORGS.). *Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação*. Salvador: EDUFBA, 2019. 306p.

FILARDI, A. M. B. **Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica**. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 563–582, 2014. DOI: 10.26512/lc.v20i43.4389. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4389>.

FONAPRACE/ANDIFES. **Revista “Fonaprace – 20 anos (1987 – 2007)”**. Brasília: 2007. Disponível em: < <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/foruns/>>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRACIANO, M. I. G. **Estudo socioeconômico: um instrumento técnico-operativo**. São Paulo: Veras, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios**. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.20, n.1, p. 1-20, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/1415/447>

IAMAMOTO, M. V. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>>.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social no processo de reprodução das relações sociais**. In: IAMAMOTO, M. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social**. *Revista Ser Social*, Brasília, n. 6, p. 45-78, 2000b.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>

JUSTI, J.; SILVA, T. P. V. **Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu**. Programa de Pós-graduação lato sensu e stricto sensu da Universidade de Rio Verde. Rio Verde: UniRV, 2016.

LARA, C. S. P.; ARAÚJO, W. M. **Assistencia estudantil e o trabalho dos assistentes sociais nas universidades**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.6, p. 54036-54055 jun. 2021.

LASSANCE, A. **O que é uma política e o que é um programa: uma pergunta simples e até hoje sem resposta clara**. *Boletim de Análise político-institucional*. 2021. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi27art7>

LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

LEI FEDERAL N.º 3.688/2000. DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICÓLOGOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

LEITE, J. de. O. **As políticas sociais brasileiras em tempos neoliberais e as atuais tendências da política de educação superior e da assistência ao estudante universitário**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia. Anais... . Águas de Lindóia: CFESS, 2013. p.1-9.

LESSA, S. **Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho**. 2.ed – revista ampliada. Instituto Lukács. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uplouds/7/1/3/3/71338853/sstrab.pfd>.

LIMA, K. R. S. **Universidades federais e o REUNI: alterações nas funções da universidade pública brasileira**. Revista Advir, Rio de Janeiro, nº23, dezembro de 2009, p. 20-27. Disponível em: http://www.asduerj.org.br/images/advir/pdf_revista/Advir23online.pdf

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. Trad. Carlos N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em Serviço Social**. In. **Revista Serviço Social & Sociedade** São Paulo: Cortez, n. 45, 1994.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, R. B. B. S. **O programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na UFPB: uma abordagem da gestão sob a perspectiva dos assistentes sociais**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021. 220p.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408p.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MIOTO, R. C. T. **Estudos socioeconômicos**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009. p. 481-512.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. **Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica**. *Temporalis*, Brasília, DF, n. 21, ano 11, p. 211-237, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1378>

MOTA, A. E. *et al.* (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MUKAI, P. H. S; LEITE, P. P. R; CAVALCANTI, R. W. **O Serviço Social na assistência estudantil da UTFPR**. Caderno Humanidades em Perspectivas - I Simpósio de Pesquisa Social e I Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Julho/2018.

NASCIMENTO, C. M. do.; ARCOVERDE, A. C. B. **O Serviço Social na Assistência Estudantil: Reflexões Acerca da Dimensão Político-Pedagógica da Profissão**. FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, Memórias e múltiplos olhares, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.167-179, out. 2012.

NETTO, J. P. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 79, set 2004*

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 1, Brasília: CEA/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo. Cortez 1992.

NETTO, J. P. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 6. ed., v. 1, Biblioteca básica de serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social: introdução a suas técnicas**. São Paulo: Nacional, 1978.

OLIVEIRA, L. M. S. **A Autonomia Relativa do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

PERAZZA, G. I. **A inserção do Serviço Social na Universidade pública: contribuições e desafios para o debate da profissão na área da política de educação**. Monografia: Universidade Federal de São Paulo, curso de Serviço Social. Santos: 2014. 72p.

PEREIRA, L. D. **Educação superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 96, Cortez: São Paulo, 2008. PP. 151- 173.

PEREIRA, P.A. P, STEIN, R.H. **A assistência social no contexto das políticas: focalização X Universalização na integração de programas e projetos sociais. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Política Social (NEPPoS/CEAM/UnB)**, Ano XVII, v.9. julho/dezembro, Brasília, 2004. (Política Social em Debate).

PRATES, J. C. **Serviço Social e pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto.** XX Seminário Latino OAmericano de Escuela de Trabajo social. <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/VZ733F30vyYV048tULD0.pdf>

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013

REIS, Y. L. **Discentes-mães no ICSEZ/UFAM: dilemas e desafios para a permanência no espaço acadêmico em Parintins-AM.** IN: MOURA, I. O. E. S (orgs) et al. **Por onde andamos? Experiencias e perspectivas das múltiplas maternidades nas universidades.** [E-book]. Ed. das Autoras: Rio de Janeiro, 2023. 183-199p.

ROLIM, D. C. **Abordagens teórico-metodológicas sobre Monitoramento e Avaliação.** In: Efetividade do Sistema de informação, monitoramento e Avaliação da Assistência Social: limites, potencialidades e desafios. Manaus: UFAM, 2009.

SANTOS, I. E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica.** 5. Ed. Niterói: Impetus, 2005.

SETUBAL, A. A. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 64-72 2007.

SILVA, M. G. **Processo de trabalho e Serviço Social.** Revista InterAÇÕES – Cultura e Comunidade / v.2, nº 2 / p. 35-47 / 2007.

SILVA, M. M. J. (org.). **Serviço Social na educação: teoria e prática.** Campinas, SP: Papel Social, 2014.

SIMIONATTO, I. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana.** In: **Rev. Katálysis**, v.12, n.1. Florianópolis Jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802009000100006.

SOARES, L. K. G. **Monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência: um caminho para a efetividade das ações de assistência estudantil.** Monografia – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. Curso de Bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas. Parintins, p. 125. 2011.

SOARES, L. K. G. **Monitoramento e Avaliação do programa bolsa permanência: um caminho para a efetividade das ações de assistência**. Monografia [Curso de Serviço Social]. Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, Parintins, 2011. 125p.

SOUSA, C. T. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>.

SOUZA JÚNIOR, L. C. *et al.* **Reflexões acerca do exercício profissional do Serviço Social na Assistência Estudantil na educação superior**. In: ENPESS: em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória/ES: 2018, n. pag. 1-18.

SOUZA, F. D. **O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, 2016.

SOUZA, I. L. **Serviço social e educação: uma questão em debate**. *Interface*, Natal/RN, v.2, n.1, p. 27-41, jan/jun. 2005.

TELES, M. A. P. **A implementação da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas no período de 2007 a 2012**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. 170p.

VASCONCELOS, N. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. *Revista da Católica*. Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. DOI: <https://doi.org/10.26512/2015.5.d.18619>.

WALT, G. **Health Policy: An introduction to process and power**. London: Zed, 1994.

APÊNDICE A – EDITAL ANO 2008

1. **Nome:** Programa Bolsa Permanência
2. **Número do edital:** 001/2008
3. **Objeto:** -----
4. **Público-alvo:** estudantes vinculados a cursos de graduação presencial das unidades acadêmicas do interior do Estado.
5. **Critérios de seleção:** estar matriculado e frequentando curso de graduação da UFAM; pertencer a família em situação socioeconômica vulnerável; não ter vínculo empregatício; não ser beneficiário de outra modalidade de bolsa durante a vigência do programa.
6. **Procedimentos de análise:**
 - 6.1 **Análise acadêmica:** -----
 - 6.2 **Análise socioeconômica:** é realizada a análise do perfil socioeconômico familiar do candidato a partir das documentações apresentadas na inscrição e pela entrevista que deve ser realizada por Assistente Social.
7. **Quantidade de vagas:** 200 bolsas
8. **Valor da bolsa:** R\$100,00
9. **Requisito para permanência:** estudante deve seguir a todos os critérios estabelecidos para a seleção, caso contrário pode ser desligado do programa a qualquer tempo.

APÊNDICE B – EDITAIS ANO 2010

1. **Nome:** Bolsa trabalho
 2. **Número do edital:** 001/2010
 3. **Objeto:** -----
 4. **Público-alvo:** alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFAM que respondam aos critérios (item 5) previstos no edital.
 5. **Crêterios de inscrição:** apresentar documento que comprove regularidade de matricula e o semestre cursado; ter coeficiente de aproveitamento mínimo acima de 5,0 do curso de graduação; comprovar experiencia em atividades de natureza administrativa;
 6. **Procedimentos de análise:**
 - 6.1 **Análise acadêmica:** -----
 - 6.2 **Análise socioeconômica:** é realizada por meio dos documentos apresentados na inscrição e caso sejam insuficientes é realizada entrevista para comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica e deve ser realizada por Assistente Social.
 7. **Quantidade de vagas:** 300 vagas (270 AC + 30 PCD)
 8. **Valor da bolsa:** R\$412,00
 9. **Requisito para permanência:** -----
-

1. **Nome:** Bolsa Permanência
2. **Número do edital:** 002/2010
3. **Objeto:** -----
4. **Público-alvo:** estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFAM que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
5. **Crêterios de seleção:** o estudante deve possuir coeficiente de rendimento acadêmico acima de 5,0; possuir renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo vigente; ser oriundo da rede de educação pública de educação básica.
6. **Procedimentos de análise:**
 - 6.1 **Análise acadêmica:** é realizada a análise de documentos de natureza acadêmica que comprovem regularidade na matricula, coeficiente de aproveitamento mínimo do curso.
 - 6.2 **Análise socioeconômica:** é realizada a análise da documentação apresentada da inscrição que comprove as condições de vulnerabilidade socioeconômica do candidato e também entrevista com finalidade de apurar a condição de vulnerabilidade socioeconômica declarada e deve ser realizada por assistente social.
7. **Quantidade de vagas:** 300 vagas
8. **Valor da bolsa:** R\$150,00
9. **Requisito para permanência:** -----

APÊNDICE C – EDITAL ANO 2014

1. **Nome:** Auxílio Assistência Estudantil (Bolsa Acadêmica/Pesquisa; Bolsa Acadêmica/Extensão; Bolsa Acadêmica/Monitoria; Bolsa Acadêmica/Inovação; Auxílio Moradia)
2. **Número do edital:** 001/2014
3. **Objeto:** objetiva conceder auxílio financeiro a discentes matriculados nos cursos de graduação da UFAM em situação de vulnerabilidade socioeconômica para o custeio de despesas com moradia, alimentação, transporte e material didático-pedagógico.
4. **Público-alvo:** estudantes devidamente matriculados em curso de graduação presencial da UFAM que comprove estar cursando pelo menos 60% dos créditos do período letivo atual do curso.
5. **Crêterios de seleção:** comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica; não ter concluído outro curso de graduação; não ter ultrapassado tempo mínimo de conclusão do curso; não ter vínculo empregatício – exceto para o aux. Moradia;
6. Procedimentos de análise:
 - 6.1 **Análise acadêmica:** -----
 - 6.2 **Análise socioeconômica:** é realizada por meio da análise de documentos referentes a situação socioeconômica do candidato e comprovada pela entrevista e visita domiciliar que deve ser realizada por Assistente Social.
- 7 **Quantidade de vagas:** Bolsa Acadêmica: 300 vagas; Auxílio Moradia: 120 vagas
- 8 **Valor da bolsa:** R\$300,00 (cada modalidade)
- 9 **Requisito para permanência:** cursar pelo menos 60% dos créditos do curso no período letivo vigente; não trancar matrícula do curso e nem disciplina obrigatória no semestre; obter coeficiente de rendimento superior ou igual a 5,0; apresentar aprovação em 70% das disciplinas cursadas. Para o Bolsa Acadêmica é necessário estar fazendo uma das modalidades de atividades acadêmicas indicadas no edital.

APÊNDICE D – EDITAL ANO 2016

1. **Nome:** Programa Bolsa Trabalho
2. **Número do edital:** 002/2016
3. **Objeto:** tem finalidade de prestar auxílio financeiro a estudantes com o perfil socioeconômico condizente com os critérios estabelecidos em edital, bem como estimular a participação do estudante na dinâmica da administração universitária por meio do programa conforme Portaria Nº 387/2007 de 26 de fevereiro de 2007.
4. **Público-alvo:** estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que estivesse devidamente matriculado em curso de graduação presencial no ICSEZ/UFAM.
5. **Críticos de seleção:** estar matriculado em curso de graduação presencial da UFAM e comprovar estar cursando pelo menos 60% dos créditos exigidos no período vigente; não ter concluído outro curso de graduação; não ter ultrapassado tempo mínimo para integralização do curso; comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de documentação própria; não ter vínculo empregatício.
6. **Procedimentos de análise:**
 - 6.1 **Análise acadêmica:** verifica se o discente atende aos critérios (item 5) de situação acadêmica exigidas no edital e deve ser realizada por pedagogo ou servidor da Coordenação Acadêmica designado pela Direção.
 - 6.2 **Análise socioeconômica:** verifica se o discente atende aos critérios (item 5) referentes a situação socioeconômica exigidas pelo edital através da documentação apresentada na inscrição e deve ser realizada por Assistente Social. É realizada entrevista e visita domiciliar quando necessário.
7. **Quantidade de vagas:** -----
8. **Valor da bolsa:** R\$ 364,00 + R\$60,50 (auxílio transporte)
9. **Requisito para permanência:** discente deve cumprir carga horaria de 20h semanais; apresentar confirmação de matrícula e histórico escolar de cada semestre ao Coordenador do Projeto; desempenhar atividades de acordo com as orientações do setor proponente; apresentar relatório de atividades mensalmente ao Coordenador do Projeto e ao setor responsável pela folha de pagamento.

APÊNDICE E – EDITAL ANO 2017

1. **Nome:** Auxílio Acadêmico e Auxílio Moradia
2. **Número do edital:** 001/2017
3. **Objeto:** tem o objetivo de conceder auxílio financeiro a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para custeio de despesas com moradia, alimentação, transporte e material didático-pedagógico.
4. **Público-alvo:** *Do auxílio acadêmico* - destina-se a apoiar o discente que se encontre em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a custear despesas com alimentação, transporte e material didático-pedagógico. *Do auxílio moradia:* destina-se a apoiar discente que se encontre em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que comprove, até a data de inscrição do processo seletivo de ingresso na UFAM, não residir na cidade do campus onde irá cursar a graduação.
5. **Critérios de seleção:** estar matriculado no curso de graduação presencial da UFAM; comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica e não ter concluído nenhum outro curso de graduação.
6. **Procedimentos de análise:**
 - 6.1 **Análise acadêmica:** é realizada por um Servidor da Coordenação Acadêmica que analisa os critérios de estar matriculado no curso de graduação presencial da UFAM e não ter concluído outro curso de graduação por meio das declarações apresentadas no ato da inscrição.
 - 6.2 **Análise socioeconômica:** é realizada por Assistente Social que analisa por meio dos documentos apresentados na inscrição se o discente comprova situação de vulnerabilidade socioeconômica.
7. **Quantidade de vagas:** 300 vagas (auxílio acadêmico) + 120 vagas (auxílio moradia)
8. **Valor da bolsa:** R\$300,00 (cada modalidade)
9. **Requisito para permanência:** -----

APÊNDICE F – EDITAIS ANO 2019

1. **Nome:** Auxílio PECTEC
2. **Número do edital:** 021/2019
3. **Objeto:** é destinado ao custeio de passagens aéreas, fluvial ou terrestres de eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais com a finalidade de apresentação de trabalhos a nível regional/nacional; eventos universitários desportivos e esportivos com fins de representar oficialmente a universidade em competições; representação da universidade oficial em eventos culturais; ajuda de custo para aquisição de equipamentos em eventos como JUFAM ou Festival Folclórico da Ufam.
4. **Público-alvo:** estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFAM que tenham o perfil socioeconômico condizente com o Decreto n. 7234/2010 e que tenham advindos de escolas públicas.
5. **Critérios de seleção:** estar matriculado em curso de graduação presencial da UFAM; comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica; não ter concluído outro curso de graduação; não ter ultrapassado o tempo mínimo de integralização do curso; ter o trabalho aprovado e deve ser inédito; comprovar inscrição no evento; não ser estudante proveniente de mobilidade estudantil.
6. **Procedimentos de análise:**
 - 6.1 **Análise acadêmica:** né realizada análise documental referentes aos critérios referentes ao curso de graduação e é feita por um pedagogo ou profissional destinado pela Direção.
 - 6.2 **Análise socioeconômica:** é realizada análise documental para verificar se o discente atende aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica exigida pelo edital e deve ser realizada por Assistente Social.
7. **Quantidade de vagas:**
 - 7.1 **eventos para apresentação de trabalho; eventos desportivos/esportivos para representar a UFAM; eventos culturais para representar a UFAM:** 28 AC + 2 PCD
 - 7.2 **ajuda de custo para aquisição de equipamentos pro JUFAM ou Festival Folclórico da UFAM:** 142 AC + 8 PCD
8. **Valor da bolsa:** modalidade 7.1 R\$3.000,00; modalidade 7.2 R\$200,00

1. **Nome:** Auxílio MATDAC
2. **Número do edital:** 022/2019
3. **Objeto:** é destinado a compra de materiais de alto custo e obrigatórios nas disciplinas praticas curriculares dos cursos de Artes Visuais e Educação Física.
4. **Público-alvo:** estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFAM que tenham o perfil socioeconômico condizente com o Decreto n. 7234/2010 e que tenham advindos de escolas públicas.
5. **Critérios de seleção:** estar matriculado nos cursos presenciais de graduação da UFAM (Artes Visuais ou Ed. Física); estar cursando as disciplinas práticas que contenham a lista de materiais necessárias para o desenvolvimento das atividades exigidas; não ter concluído outro curso de graduação, não ser estudante proveniente de mobilidade estudantil e não ter ultrapassado o

período mínimo para integralização do curso e comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica familiar.

6. Procedimentos de análise:

6.1 Análise acadêmica: avalia os critérios referentes aos documentos sobre a vida acadêmica do discente e deve ser realizada por um pedagogo ou profissional técnico profissional designado pela direção.

6.2 Análise socioeconômica: analisa os documentos referentes a situação socioeconômica familiar do discente a partir de indicadores sociais e econômicos informados pelo discente e deve ser realizada por Assistente Social.

7. Quantidade de vagas: 28 AC + 02 PCD

8. Valor da bolsa: R\$3.000,00

1. Nome: Auxílio Creche

2. Número do edital: 023/2019

3. Objeto: é destinado a discentes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que necessitem de subsídios financeiros para custear gastos referentes a manutenção de cuidador ou creche para filhos(as) menos de 06 anos de idade.

4. Público-alvo: estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial da UFAM advindos de escola pública e que atendam aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica previstas pelo Decreto n. 7.234/2010.

5. Critérios de seleção: estar matriculado em todas as disciplinas ofertadas no período letivo, não ter ultrapassado o tempo mínimo para integralização do curso, não ter concluído outro curso de graduação, não ser discente proveniente de mobilidade estudantil; comprovar ser responsável legal da criança apresentando documento equivalente, não receber nenhum outro tipo de auxílio creche ou equivalente; comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.

6. Procedimentos de análise:

6.1 Análise acadêmica: é verificado se o/a discente responde aos critérios referentes a situação acadêmica exigidos pelo edital (item 5) e é realizada por um pedagogo ou profissional técnico equivalente

6.2 Análise socioeconômica: é verificada a situação socioeconômica do/a discente por meio dos documentos apresentados no ato de inscrição e deve ser realizada por Assistente Social.

7. Quantidade de vagas: 23 AC + 1 PCD

8. Valor da bolsa: R\$300,00

9. Requisito para permanência: o/a discente deve continuar atendendo ao critério de vulnerabilidade socioeconômica; estar matriculado em todas as disciplinas ofertadas pelo curso, responder ao Relatório de Acompanhamento Acadêmico – RAA acompanhado do comprovante de pagamento da creche ou do cuidador;

APÊNDICE G – EDITAL ANO 2018

1. **Nome:** Auxílio Acadêmico e Auxílio Moradia
2. **Número do edital:** 001/2018
3. **Objeto:** *Do aux. Acadêmico:* destina-se aos estudantes que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica com fins de custear parcialmente gastos com alimentação, transporte e material-pedagógico. *Do aux. Moradia:* destinado a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que comprovem ter passado a residir no município para cursar graduação da UFAM e que estejam em condição de inquilino ou compartilhamento de aluguel comprovada.
4. **Público-alvo:** estudantes brasileiros matriculados nos cursos de graduação da UFAM com renda per capita de até 1,5 salário mínimo vigente advindos de escola pública, que não sejam beneficiários de Bolsa Mérito ou Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES.
5. **Crêterios de seleçãõ:** estar matriculado em curso de graduaçãõ presencial da UFAM, não ter concluído outro curso de graduaçãõ, não ter ultrapassado limite para integralizaçãõ do curso; comprovar ser oriundo de outro município ou comunidade; comprovar situaçãõ de vulnerabilidade socioeconômica.
6. **Procedimentos de análise:**
 - 6.1 **Análise acadêmica:** é verificado se o/a discente atende aos critérios referentes a situaçãõ acadêmica e é realizada por um pedagogo ou profissional e ou Servidor da Coordenaçãõ Acadêmica designado pela Direçãõ.
 - 6.2 **Análise socioeconômica:** é verificado se o/a discente responde aos critérios de situaçãõ de vulnerabilidade socioeconômica estabelecido pelo edital e é realizada por assistente social por meio dos documentos apresentados no ato de inscriçãõ. É realizada também entrevista e visita domiciliar, quando necessárias.
7. **Quantidade de vagas:** auxílio acadêmico 300 vagas – auxílio moradia 120 vagas
8. **Valor da bolsa:** R\$300,00 (cada modalidade)
9. **Requisito para permanência:** atender ao critério de vulnerabilidade socioeconômica; estar matriculado nas disciplinas ofertadas pelo curso no período vigente, ter coeficiente de rendimento superior ao de ingresso no auxílio, não ser reprovado por frequência em nenhuma disciplina, apresentar aprovaçãõ mínima de 70% por semestre, não ultrapassar o limite máximo de dois semestres para integralizaçãõ do curso; responder ao RAA mensalmente, para o auxílio moradia é solicitado também anexar recibo de aluguel ou documento equivalente no RAA.

APÊNDICE H – EDITAIS ANO 2022

1. Nome: Auxílio Creche
2. Número do edital: 016/2022
3. Objeto: o presente edital tem por objetivo conceder o benefício a estudantes da UFAM em situação de vulnerabilidade socioeconômica que tenham filhos menores de 06 (seis) anos de idade, contribuindo para diminuição do índice de evasão desses estudantes, diretamente influenciada pela condição de maternidade ou paternidade.
4. Público-alvo: Estudantes matriculados em curso de graduação regular presencial da UFAM (Campus Parintins), com perfil socioeconômico condizente com o regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que trata do PNAES e demais critérios/requisitos previstos neste edital, prioritariamente, oriundos de escola pública (estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública)
5. Critérios de seleção: 1 Estar regularmente matriculado (a), no período das inscrições no semestre letivo 2021/1 e para implementação estar matriculado no semestre letivo 2021/2, em todas as disciplinas do período, conforme a matriz curricular de seu curso de graduação regular presencial desta Universidade (Campus Parintins)..2 Comprovar renda per capita de até 1,5 salário mínimo nacional vigente por meio de documentação própria exigida no Anexo 01 deste Edital; 3 Não ter concluído nenhum outro curso superior de graduação, devendo o discente autodeclarar, assinalando no espaço específico no ato da inscrição; 4 Não ter ultrapassado dois semestres do tempo mínimo regulamentar para integralização do curso de graduação em que estiver matriculado. Salvo em situações devidamente comprovadas relacionadas a doenças graves e/ou considerando o período em que o discente não recebeu atendimento no regime de exercício domiciliar e/ou em virtude de alterações na estrutura curricular e seu curso de graduação; .5 Ser pai ou mãe ou responsável legal (com termo de guarda) de crianças menores de 6 (seis) anos de idade, sendo obrigatória a apresentação de certidão de nascimento e comprovação de que a criança possui o mesmo domicílio do estudante que solicitar o auxílio; .6 Não receber outro tipo de auxílio creche/escola, seja de caráter pecuniário ou não; 7 Não ser estudante proveniente de mobilidade estudantil;
6. Procedimentos de análise:
 - 6.1 Análise acadêmica: A Análise Socioeconômica verificará se o (a) candidato (a) atende aos critérios estabelecidos nos subitens 5.1.2, 5.1.5 e 5.1.6 do item 5 e 6.2 do item 6 e será realizada por Assistente Social do ICSEZ/UFAM.
 - 6.2 Análise socioeconômica: A análise socioeconômica considerará como critérios relevantes: a Renda Familiar Bruta per capita (RFBPC); a forma de ingresso (FI), procedência escolar do estudante (PEE) a situação de moradia do (a) estudante (SME) e a Situação de Deficiência e/ou Agravos em Saúde – doenças com agravo permanente do discente e/ou familiar (SDAS), Situação Agravante de Vulnerabilidade (SAV), mediante avaliação realizada pelo profissional Assistente Social.
7. Quantidade de vagas: 30 vagas
8. Valor da bolsa: R\$ 300,00

9. Requisito para permanência: -----

1. Nome: Auxílio Acadêmico
2. Número do edital: 024/2022
3. Objeto: o presente edital tem por objetivo conceder o benefício acima discriminado visando ampliar e democratizar as condições de permanência dos discentes da UFAM. destina-se a apoiar o estudante que se encontre em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a custear parcialmente gastos com transporte público municipal urbano ou alternativo e material didático pedagógico
4. Público-alvo: Estudantes matriculados em curso de graduação regular presencial da UFAM (Campus Parintins), com perfil socioeconômico condizente com o regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que trata do PNAES e demais critérios/requisitos previstos neste edital, prioritariamente oriundos de escola pública (estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública).
5. Critérios de seleção: 1 Estar regularmente matriculado (a) no semestre letivo 2021/2 no ato da inscrição e no semestre letivo 2022/1 no ato da implementação, em no mínimo 02 (duas) disciplinas da matriz curricular de seu curso de graduação regular presencial desta Universidade (Campus Parintins). 2 Comprovar renda per capita de até 1,5 salário mínimo nacional vigente por meio de documentação própria exigida no Anexo 01 deste Edital; 3 Não ter concluído nenhum outro curso superior de graduação, devendo o/a estudante autodeclarar, assinalando no espaço específico no ato da inscrição; .4 Não ter ultrapassado dois semestres do tempo mínimo regulamentar para integralização do curso de graduação em que estiver matriculado. Salvo em situações devidamente comprovadas relacionadas a doenças graves e/ou considerando o período em que o discente não recebeu atendimento no regime de exercício domiciliar e/ou em virtude de alterações na estrutura curricular e seu curso de graduação .
6. Procedimentos de análise:
7. Análise acadêmica: A Análise Acadêmica verificará se o (a) candidato (a) atende aos critérios estabelecidos nos subitens 5.1.1, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5 do item 5, e será realizada por Técnico(a) em Assuntos
8. Educacionais do ICSEZ/UFAM.
9. Análise socioeconômica: a análise socioeconômica considerará como critérios relevantes: a Renda Familiar Bruta per capita (RFBPC); a forma de ingresso (FI), procedência escolar do estudante (PEE) a situação de moradia do (a) estudante (SME) e a Situação de Deficiência e/ou Agravos em Saúde – doenças com agravo permanente do discente e/ou familiar (SDAS), Situação Agravante de Vulnerabilidade (SAV), mediante avaliação realizada pelo profissional Assistente Social).
10. Quantidade de vagas: 300 vagas
11. Valor da bolsa: R\$400,00
12. Requisito para permanência: -----

1. Nome: Auxilio RUNI
2. Número do edital: 025/2022
3. Objeto: o presente edital tem por objetivo conceder o benefício acima discriminado visando ampliar e democratizar as condições de permanência dos discentes da UFAM. Visa à seleção de estudantes para acesso ,de caráter pessoal e intransferível, à moradia estudantil através de ocupação de vaga na Residência Universitária - RUNI
4. Público-alvo: Estudantes matriculados em curso de graduação regular presencial da UFAM, Campus Parintins com perfil socioeconômico condizente com o regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que trata do PNAES, e demais critérios/requisitos previstos neste edital, prioritariamente oriundos de escola pública (estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública).
5. Critérios de seleção: 1 Estar regularmente matriculado (a), no semestre letivo 2021/1 e no semestre letivo 2022/1 no ato da implementação, em no mínimo 02 (duas) disciplinas da matriz curricular de seu curso de graduação regular presencial desta Universidade (Campus Parintins). 2 Comprovar renda per capita de até 1,5 salários mínimo nacional vigente por meio de documentação própria exigida no Anexo 01 deste Edital; 3 Não ter concluído nenhum outro curso superior de graduação, devendo o discente autodeclarar, assinalando no espaço específico no momento da inscrição; 4 Não ter ultrapassado dois semestres do tempo mínimo regulamentar para integralização do curso de graduação em que estiver matriculado, salvo situações devidamente comprovadas relacionadas à doenças graves e/ou considerando o período em que o aluno não recebeu atendimento no regime de exercício domiciliar e/ou em virtude de alterações na estrutura curricular em seu curso de graduação (realizar o upload dos documentos comprobatórios no processo de inscrição): 5 Comprovar que passou a residir na cidade do campus exclusivamente para cursar graduação na UFAM, mediante preenchimento da Declaração Auxílio Moradia e upload da mesma e dos documentos discriminados na referida declaração. O referido Auxílio será EXCLUSIVO para estudantes que mantenham a condição de inquilinato mesmo em compartilhamento de aluguel devidamente comprovado, com exceção dos estudantes que residam no momento da inscrição na Residência Universitária; 6 Não ser estudante proveniente de mobilidade estudantil;
6. Procedimentos de análise:
 - 6.1 Análise acadêmica: A Análise Acadêmica verificará se o (a) candidato (a) atende aos critérios estabelecidos nos subitens 5.1.1, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.6 do item 5, e será realizada pela(o) Técnica(o) em Assuntos Educacionais do ICSEZ;
 - 6.2 Análise socioeconômica: A análise socioeconômica considerará como critérios relevantes: a Renda Familiar Bruta per Capita (RFBPC); a Forma de Ingresso (FI), Procedência Escolar do Estudante (PEE), a situação de moradia do (a) estudante (SME) e a Situação de Deficiência e/ou Agravos em Saúde - doenças com agravos permanentes/ discente e/ou núcleo familiar (SDAS), Situação Agravante de Vulnerabilidade (SAV), mediante avaliação realizada pelo profissional Assistente Social
7. Quantidade de vagas: 134 vagas
8. Valor da bolsa: R\$300,00
9. Requisito para permanência: -----

1. Nome: Aux. Inclusão Digital
2. Número do edital: 040/2022
3. Objeto: o presente edital tem por objetivo conceder o benefício acima discriminado visando ampliar e democratizar as condições de permanência dos estudantes da UFAM.
4. Público-alvo: Estudantes matriculados em curso de graduação regular presencial da UFAM (campus Parintins), com perfil socioeconômico condizente com o regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que trata do PNAES, e demais critérios/requisitos previstos neste edital, prioritariamente oriundos de escola pública (estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública) assim como aqueles que sejam beneficiários do Auxílio acadêmico n.º 024/2022 e solicitem adesão conforme as regras deste edital. Trata-se de auxílio financeiro prestado ao estudante, de caráter pessoal e intransferível, destinado a aquisição de notebook ou tablet ou leitor digital de livros e sistemas operacionais e/ou aplicativos de escritório que contribuam para a inclusão digital e realização das atividades acadêmicas.
5. Critérios de seleção: 1 Estar regularmente matriculado (a) no semestre letivo 2022/1 em no mínimo 02 (duas) disciplinas da matriz curricular de seu curso de graduação regular presencial desta Universidade (Campus Parintins);;.2 Comprovar renda per capita de até 1,5 salário mínimo nacional vigente por meio de documentação própria exigida no Anexo 01 deste Edital; 3 Não ter concluído nenhum outro curso superior de graduação, devendo o discente autodeclarar, assinalando no espaço específico no ato da inscrição; 4 Não ter ultrapassado dois semestres do tempo mínimo regulamentar para integralização do curso de graduação em que estiver matriculado, salvo situações devidamente comprovadas relacionadas a doenças graves e/ou considerando o período em que o aluno não recebeu atendimento no regime de exercício domiciliar e/ou em virtude de alterações na estrutura curricular em seu curso de graduação; 5 Não ser estudante proveniente de mobilidade estudantil;
6. Procedimentos de análise:
 - 6.1 Análise acadêmica: A Análise Acadêmica (exceto para os estudantes/candidatos inscritos à adesão) verificará se o (a) candidato (a) atende aos critérios estabelecidos nos subitens 5.1.1, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5 do item 5, e será realizada por Técnico em Assuntos Educacionais do ICSEZ.
 - 6.2 Análise socioeconômica: a Análise Socioeconômica verificará se o (a) candidato (a) atende aos critérios estabelecidos no subitem 5.1.2 do item 5 e 6.2 do item 6, e será realizada por Assistente Social do ICSEZ.
7. Quantidade de vagas: 60 vagas
8. Valor da bolsa: R\$2.500,00
9. Requisito para permanência: -----

APÊNDICE I – Instrumentais de Entrevista com Assistente Social

INFORMAÇÕES DE TRABALHO
Nome:
Cargo:
Departamento:
Tempo de serviço na instituição:
Vínculo empregatício: () CLT () COMISSIONADO () VINCULO EFETIVO
FORMAÇÃO E DADOS GERAIS
Curso/Ano de formação:
Pós-graduação: () Especialização () Mestrado () Doutorado
Experiência profissional: () 01-09 anos () 10-20 anos () +21 anos
Já atuou na área da educação? Se sim, por quanto tempo:
QUESTÕES
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
Como se configura o seu trabalho na política de educação no ICSEZ?
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
Como você percebe a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no ICSEZ?
Atualmente o PNAES implementado no ICSEZ supre a demanda dos estudantes? Como você analisa essa realidade de vulnerabilidade socioeconômica no corpo discente?
Como você tem percebido a atenção institucional quanto às demandas da assistência estudantil?
Quais os desafios enfrentados na implementação da política no ICSEZ?
Há possibilidades de melhorias na política de assistência estudantil na configuração atual da instituição?
O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PNAES
Como se configura o trabalho do/a assistente social nesse programa?
Os editais dos auxílios estudantis requerem o trabalho do/a assistente social para a avaliação socioeconômica dos/as candidatos/as, como se dá essa análise nos processos de análise das inscrições dos auxílios? Quais os limites e as possibilidades para garantir um acesso amplo aos beneficiários?
Além da análise socioeconômica, quais outras atividades se relacionam com a política de assistência estudantil vigente na instituição?
Quais os desafios enfrentados nos processos de trabalho na política de educação com ênfase na política de assistência estudantil? Quais as estratégias que você tem adotado para enfrentar esses desafios?

APÊNDICE J – Instrumentais de Entrevista com discentes beneficiários

DADOS GERAIS
Nome:
Idade:
Sexo:
Curso:
Ano de ingresso:
Beneficiário de qual auxílio/programa? () Auxílio acadêmico () Auxílio Creche () Auxílio RUNI () Programa Bolsa Permanência
QUESTÕES
Como você ficou sabendo do programa/auxílio e como foi o processo de inscrição/solicitação do auxílio/programa?
Quais as dificuldades enfrentadas durante esse processo?
Houve algum tipo de orientação pelo setor de Serviço Social do ICSEZ durante o processo de inscrição nos auxílios?
De que forma o benefício auxilia em suas despesas para a manutenção da sua permanência no curso de graduação do ICSEZ? (alimentação, transporte, materiais didáticos, saúde)
Você acredita que as informações contidas nos editais promovem maior acesso aos benefícios?

APÊNDICE K – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **“A atuação profissional de assistentes sociais do ICSEZ a partir da implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil”**, sob a responsabilidade da professora Dra. Valmiene Florindo Farias Souza, do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, localizado na Estrada Parintins/Macurany 1805 - Jacareacanga, CEP 69153-010 - Parintins/AM, telefone (92) 3533-2251/3533-3731, e-mail: valmienefarias@ufam.edu.br, telefone (92) 99343-5387.

O objetivo geral do estudo é “Analisar a atuação profissional de assistentes sociais do ICSEZ a partir da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil”. Para tanto, essa pesquisa terá abordagem qualitativa com utilização de Roteiro de entrevista Semiestruturada, a qual será garantido o sigilo e privacidade, assim como assistência em qualquer fase da pesquisa, e informamos que sua participação é voluntária.

Informamos ainda que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, contudo, neste estudo, por envolver uma análise de pesquisa qualitativa, corre-se o risco de se chegar a uma conclusão que não traduza de fato a realidade dos sujeitos da pesquisa, fato que poderá ocorrer se não forem bem compreendidos pelos pesquisados os objetivos da pesquisa. Portanto, para que possamos minimizar tais riscos, a pesquisadora se compromete a suprimir todas as dúvidas que possam ocorrer no momento da aplicação dos instrumentos as participantes e será garantido todo suporte as mesmas durante a coleta de dados.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar na pesquisa, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora e com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM no seguinte endereço**: Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07 Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM. Fone: (92) 3305-5130 - (92) 9171-2496 E-mail: cep@ufam.edu.br - cep.ufam@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e por que precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data:/...../.....

Assinatura do participante



Impressão Dactiloscópica